unesp **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Câmpus de Araraquara - SP

MIRELLA DE SOUZA BALESTERO

DEFINIÇÕES TERMINOLÓGICAS DA REVISÃO DE TEXTOS:
ESTUDOS INICIAIS PARA A ELABORAÇÃO DE UM GLOSSÁRIO

ARARAQUARA - SP
2019

MIRELLA DE SOUZA BALESTERO

DEFINIÇÕES TERMINOLÓGICAS DA REVISÃO DE TEXTOS:
ESTUDOS INICIAIS PARA A ELABORAÇÃO DE UM GLOSSÁRIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara como requisito para a obtenção do título de Mestra em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estudos do Léxico.

Orientadora: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa.

ARARAQUARA - SP
2019

Balestero, Mirella de Souza
Definições terminológicas da Revisão de Textos: estudos iniciais para a elaboração de um glossário / Mirella de Souza Balestero — 2019
120 f.

Dissertação (Mestrado em Linguistica e Lingua Portuguesa) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

1. Terminologia. 2. Revisão de Textos. 3. Definição Terminológica. 4. Glossário. 5. Termos. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MIRELLA DE SOUZA BALESTERO

DEFINIÇÕES TERMINOLÓGICAS DA REVISÃO DE TEXTOS:
ESTUDOS INICIAIS PARA A ELABORAÇÃO DE UM GLOSSÁRIO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Estudos do Léxico.

Orientadora: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa.

Data da defesa: 31/05/2019

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa – Universidade Estadual Paulista/FCLAr
PRESIDENTE E ORIENTADORA

Prof. Dr. Odair Luiz Nadin da Silva – Universidade Estadual Paulista/FCLAr
MEMBRO TITULAR

Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
MEMBRO TITULAR

LOCAL: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)
Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara

Aos meus pais, terrestres e espirituais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade a mim concedida e pelos ensinamentos, ainda que particulares, válidos para minha trajetória acadêmica: sabedoria e paciência.

À minha família, pelo amor, carinho, incentivo e apoio em todas as minhas escolhas. Agradeço especialmente aos meus pais, por acreditarem em mim e nos meus sonhos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, por me aceitar, ainda como aluna especial, em sua disciplina de pós-graduação na FCLar-Unesp. Por todos os conselhos, sugestões, reflexões, discussões, enfim, por ter acolhido o meu projeto com tanto apreço e dedicação. Por toda a orientação, eu a agradeço.

À querida Profa. Dra. Gladis Maria de Barcellos Almeida, que acompanhou, desde cedo, a minha evolução acadêmica. Eu a agradeço imensamente por me apresentar o fascinante mundo da Terminologia, pela paciência e dedicação em continuar me guiando no mestrado e na vida. Como competente terminóloga que é, viu em mim um potencial nas Ciências do Léxico, e me resta dizer muito obrigada por acreditar em mim e por tudo mais.

À Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado, competente pesquisadora, professora e especialista dos processos de Edição, bem como da Revisão de Textos. Agradeço-lhe imensamente por entrar nesta jornada comigo, por acreditar em mim e na minha competência como terminóloga. Todas as discussões, conversas, disciplinas, sugestões e avaliações como especialista do domínio enriqueceram o trabalho, deram credibilidade e voz à pesquisa.

À Profa. Me. Luciana Rugoni Sousa, pesquisadora e atuante da Revisão de Textos, que me cedeu parte do seu tempo para esclarecer dúvidas e inquietações. Sou muito agradecida pela participação em seus cursos e pelas sugestões que muito acrescentaram ao trabalho.

Ao Dr. Leandro Henrique Mendonça de Oliveira, por me auxiliar com o ambiente e-Termos todas as vezes em que tive dificuldades com a ferramenta.

À doutoranda Letícia Clares, pelos empréstimos de livros, pelas suas contribuições para os estudos de Revisão e por editar esta dissertação (normalizar, copidescar e fazer a revisão final). Sem dúvida, não teria profissional mais capacitado para a tarefa, e seus olhares de revisora e de pesquisadora da área foram fundamentais para aperfeiçoar o trabalho.

Aos meus colegas universitários, pela prestatividade, colaboração e apoio em todos os momentos do meu mestrado, principalmente aos colegas da FCLar, em especial Camila Bordonal Clempi, parceira de estudos, disciplinas, congressos e artigos, além de ter se tornado uma querida amiga. Agradeço também aos colegas pesquisadores do GETerm, em especial Jackson Wilke da Cruz Souza.

Aos meus amigos, que acompanham o meu crescimento profissional e pessoal, e com quem eu divido todo esse processo.

Aos funcionários da Biblioteca FCLar-Unesp, especialmente à Camila Domingos Peres Serrador, por auxiliar nas buscas e nos empréstimos de livros, nas questões de formatação deste texto, bem como pela prestatividade e simpatia. Agradeço por toda a assessoria.

À Seção Técnica de Pós-Graduação, pelas informações e pela atenção.

A todos, muito obrigada.

O único lugar onde o sucesso vem antes
do trabalho é no dicionário.
(Albert Einstein, [*S.d.*])

BALESTERO, M. de S. **Definições terminológicas da Revisão de Textos**: estudos iniciais para a elaboração de um glossário. Orientadora: Profa. Dra. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2019.

RESUMO

Considerando que o termo consiste em uma unidade lexical cujo valor especializado é ativado na verificação de seus contextos de uso em um determinado domínio[1], entendemos que descrever os termos de uma área implica compreender o funcionamento dela. Nesse sentido, a ausência de trabalhos terminológicos e/ou terminográficos sobre a Revisão de Textos e as inquietações do domínio, sobretudo em relação aos termos da área, que se mostram imprecisos e variáveis, motivaram a presente pesquisa. Ao verificar que a instabilidade terminológica do domínio favorece a desvalorização desse profissional do texto, chamado *revisor*, e dificulta o reconhecimento da Revisão como atividade e área de estudo, investigamos e descrevemos o domínio da Revisão de Textos, buscando entender o seu funcionamento e, assim, reestruturar a área por meio da elaboração de definições terminológicas. Para isso, partimos da Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999), fundamentação teórica que considera a Terminologia uma ciência interdisciplinar e de base descritiva, e, de início, apresentamos brevemente a história da prática de revisão, os principais conceitos da área e as inquietações em relação à profissão e ao profissional do texto, especialmente no que se refere à formação e à atuação do revisor. Organizamos, então, um *corpus* da área, sistematizamos uma sequência de etapas terminológicas – compilação do *corpus*, extração automática dos termos, edição da estrutura conceitual, criação da ficha terminológica, incremento da base definicional e redação das definições terminológicas –, descrevemos e analisamos os resultados, com o auxílio de ferramentas computacionais como e-Termos e AntConc. Ao final da pesquisa, chegamos a 31 definições que irão compor o primeiro glossário em língua portuguesa do domínio da Revisão de Textos, o qual visa atender às necessidades tanto de especialistas da área quanto de profissionais do texto, estudantes em geral e iniciantes no assunto. Contribuímos, portanto, para os estudos de (i) Terminologia e Terminografia, já que a pesquisa está fundamentada em aspectos teóricos da Terminologia e apresenta um produto terminográfico, e para (ii) o domínio da Revisão de Textos, na medida em que buscamos requalificar e esclarecer a discussão do domínio e gerar seu primeiro glossário.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Definição terminológica. Revisão de Textos. Glossário.

[1] Neste trabalho, domínio e área de especialidade são considerados sinônimos.

BALESTERO, M. de S. **Terminological Definitions of Proofreading**: initial studies for the development of a glossary. Advisor: Dr. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa. 2019. Master's thesis (Master's in Linguistics and Portuguese Language) – School of Humanities and Sciences, São Paulo State University (Unesp), Araraquara, 2019.

ABSTRACT

Considering that the term consists of a lexical unit whose specialized value is activated when contexts of use are verified in a given domain, to us, describing the terms of a field implies in comprehending its behavior. In this sense, the absence of terminological works and/or terminographics in Proofreading and the domain concerns, mainly regarding the field terms which are shown to be imprecise and variable, motivated this research. When verifying that the terminological instability in the field favors the debauchery of this professional, called proofreader, and hampers the acknowledgment of Proofreading as an activity and study area, we aim to investigate and describe the domain of Text Proofreading, pursuing to understand its behavior and, thus, to restructure the field through the elaboration of terminological definitions. For that, we depart from The Communicative Theory of Terminology (CABRÉ, 1999), a theoretical basis which considers Terminology as an interdisciplinary science and of descriptive basis. We seek to present, briefly, the proofreading practice History, the main concepts of the field and the concerns about the profession and the text professional, especially in what concerns the proofreader's education and professional performance. For the execution of this work, we organized a field corpus and followed a sequence of terminological phases, namely – the corpus compilation, automatic extraction of terms, conceptual framework edition, creation of terminology record, increment of the definitional base and writing terminological definitions. The description and result analysis were based on the use of computational tools, such as e-Termos and AntConc. At the end of the research, we achieve 31 definitions that going to be part of the first Brazilian Portuguese language glossary of the Proofreading domain which aims to suits the needs of either field specialists or text professionals, students in general and beginners. Therefore, we contribute to (i) the studies of Terminology and Terminography, since the research is based on theoretical aspects of Terminology and presents, at the end, a terminographic product. Hence, we contribute to (ii) the studies of Editorial Mediation, mostly in the Proofreading domain, in that it seeks to requalify and clarify the discussion of the field and generates the first field's glossary.

KEYWORDS: Terminology. Terminological Definition. Proofreading. Glossary.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da definição do tipo GPDE 32
Figura 2 – Profissionais do jornalismo 51
Figura 3 – Descrição sumária 52
Figura 4 – Formação e experiência 52
Figura 5 – Exemplo I: edição de um excerto sobre vinhos 58
Figura 6 – Exemplo II: edição de um excerto sobre Administração de Empresas 59
Figura 7 – Exemplo III: edição de um excerto de livro de EaD da SEaD-UFSCar 60
Figura 8 – Tela inicial do NewOCR 66
Figura 9 – EditPad Pro7 67
Figura 10 – Comparação entre arquivos no Beyond Compare 69
Figura 11 – Tela inicial do e-Termos 69
Figura 12 – Compilação e suporte para análise de *Corpus* 72
Figura 13 – Quantidade de palavras em cada texto do *corpus* ReTex 72
Figura 14 – Compilação do *corpus* ReTex 73
Figura 15 – Quantidade de ocorrências do ReTex (*type*s *tokens*) 74
Figura 16 – *Stoplist* 74
Figura 17 – Frequência das palavras lexicais no *corpus* 75
Figura 18 – Extração automática de termos 76
Figura 19 – Listas de termos da Revisão representadas em conjunto 81
Figura 20 – Categorização de termos 86
Figura 21 – Estrutura conceitual da Revisão de Textos em formato *folder tree* 89
Figura 22 – Preenchimento da base definicional 92
Figura 23 – Base definicional do termo *preparador de textos* 93
Figura 24 – Protocolo de ficha terminológica 94
Figura 25 – Ficha terminológica do termo *lauda* 95
Figura 26 – Editor de definição referente ao termo *lauda* 96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução histórica da Terminologia 26
Quadro 2 – Tipologias de DT 31
Quadro 3 – Modelos definitórios 33
Quadro 4 – Elementos relevantes para a definição 34
Quadro 5 – Linha do tempo da Revisão de Textos 39
Quadro 6 – Cursos de formação em Revisão de Textos 53
Quadro 7 – Fontes do *corpus* ReTex 64
Quadro 8 – Padrão de nomeação de arquivos 68
Quadro 9 – Etapas do e-Termos 70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – *Word types* e *word tokens* no ReTex 75
Tabela 2 – Listas de candidatos a termos extraídos automaticamente 77
Tabela 3 – Listas de termos da Revisão de Textos 77
Tabela 4 – Termos selecionados de cada lista (%) 81
Tabela 5 – Termos selecionados da lista total (%) 82
Tabela 6 – Quantidade de termos da Lista E 84
Tabela 7 – Tipos definitórios empregados 102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANSI	American National Standards Institute
ASCII	American Standard Code for Information Interchange
DT	definição terminológica
GPDE	gênero próximo e diferença específica
GIF	Grapichs Interchange Format
IT	Intervenção textual
JPEG	Joint Photographics Experts Group
PC	Personal Computer
PDF	Portable Document Format
PNG	Portable Network Graphics,
ReTex	Revisão de texto
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TGT	Teoria Geral de Terminologia
TXT	Arquivo de texto
UTF-8	Unicode Transformation Formato (8-bit)
WEB	World Wide Web/Website

SUMÁRIO

Introdução 14
Motivação da pesquisa 16
Objetivos 18
Estrutura do trabalho 18
1. Fundamentos teóricos 20
1.1 Estudos do léxico 20
1.2 Da palavra ao termo 21
1.3 Terminologia e Terminografia 24
1.4 Definição terminológica 30
2. Do domínio de especialidade 39
2.1 Revisão de Textos: apresentação do domínio 39
2.2 Revisão de Textos no Brasil: formação e atuação do revisor 50
3. Métodos e resultados 62
3.1 Compilação e tratamento do *corpus*: seleção, conversão e limpeza 63
3.2 Termos: extração e seleção 76
3.3 Elaboração da estrutura conceitual 85
3.4 Base definicional 91
3.5 Ficha terminológica 93
3.6 Redação das definições e análises 97
Considerações finais e encaminhamentos futuros 104
Referências 108
Anexo 116

Para todas as coisas, dicionário
Para que fiquem prontas, paciência.
(MONTE, 1991)

INTRODUÇÃO

Descrever o léxico de uma língua[2], sobretudo o léxico especializado, é observar o funcionamento da linguagem [3]em domínios de especialidades. Isso quer dizer que o linguista é levado a mergulhar no universo do domínio, conhecer a sua história, reconhecer suas necessidades e propor soluções para minimizar as problemáticas da área.

Neste trabalho, foi preciso mergulhar não só no domínio da Revisão de Textos, mas também na grande área que abarca todos os processos de edição: a Mediação Editorial. Assim, entender como funciona o universo do tratamento editorial de textos foi essencial para a realização da pesquisa.

O atual cenário da Revisão (que discutiremos com mais detalhes no Capítulo 2), bem como o cotidiano do revisor de textos, requer reflexão e olhar aprofundados. Nesse sentido, abordamos uma das maiores demandas do domínio, a instabilidade terminológica, haja vista que os termos apresentam denominações e/ou concepções diferentes em instituições como as editoras, nas empresas especializadas, nos diferentes coletivos de trabalho e nos materiais que circulam no mercado editorial.

Essa instabilidade é problematizada por Yamazaki (2009, p.89), que enfatiza: "Desanuviar a imprecisão terminológica não é tarefa simples, pois para explicar o que cada etapa implica é preciso considerar muitas variáveis. Ao encomendar uma preparação de texto, por exemplo, cada editora tem sua concepção do que o trabalho envolve.". Para observar tal imprecisão, nos inserimos nas práticas desse mercado, participando de disciplinas e cursos sobre o assunto, fazendo um levantamento de publicações relacionadas ao tema e atuando como profissional da área.

Uma das publicações que interessam diretamente à pesquisa é o *e-book Mediação editorial: o que é? quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis*, lançado pela Editora Urutau em 2018, que se configura como um documento histórico, uma vez que compreende diferentes perspectivas, problemáticas, experiências e objetos de estudo da área. Nessa obra, são pontuadas as diversas possibilidades e interpretações sobre os conceitos da área, embora os autores quase nunca cheguem a um consenso sobre os termos utilizados,

[2] Neste trabalho, língua é um sistema heterogêneo, ordenado e passível de mudança, e se modifica na medida em que se altera.
[3] Linguagem é, por natureza, heterogênea, dinâmica e funcional. Além disso, produz efeitos de sentidos diferentes devido ao seu caráter social, ou seja, devido à interação entre sujeitos.

apesar de todos caminharem para uma mesma direção: discutir a importância da atividade e do profissional do texto, que continua sendo tão desvalorizado quanto seu ofício.

Organizado por Salgado e Penteado (2018), esse *e-book* materializa a presente situação e discussão do domínio, registrando oportunamente no seu título a grande área da produção, do tratamento e da circulação/publicização de textos – a Mediação Editorial. Sendo assim, frisamos que se trata de uma leitura indispensável para este estudo, pois nos permite verificar as variações em relação à denominação de serviços, etapas e tarefas editoriais, bem como investigações sob perspectivas teóricas bastante distintas.

A variação de denominações da Revisão de Textos é uma questão que vai muito além de entender o que essa atividade representa, pois a dificuldade de compreendê-la e de discorrer sobre ela diz respeito a um problema anterior a isso, relacionado à concepção de língua. A falta de compreensão do que é a língua, antes mesmo de qualquer reflexão sobre texto, torna ainda mais complexa a problemática da área.

Os termos da Revisão variam de editora para editora, e o domínio, ainda não reconhecido como tal, flutua em relação à terminologia até mesmo entre especialistas do assunto. De acordo com Yamazaki (2009, p.13), "É explícita a confusão de denominações e a falta de definição para cada atividade envolvida no tratamento editorial dos textos [...]".

O problema terminológico começa pela confusão entre os termos *Revisão de Textos* (*Revisão*) e *revisão de textos* (*revisão*). Para esclarecer nossas discussões e análises, fazemos aqui uma diferenciação entre esses usos: adotamos a grafia com iniciais em letra maiúscula ao nos referirmos à área científica/ao domínio e em letra minúscula ao tratarmos da atividade/do processo.

Nesse contexto, e dada a necessidade de consolidação da Revisão e de maior visibilidade do revisor, delineamos esta pesquisa de mestrado para investigar, descrever, sistematizar e propor soluções de uma perspectiva terminológica. Nosso objetivo é dar os primeiros passos para uma investigação terminológica e terminográfica do domínio da Revisão, buscando compreender o funcionamento da área e descrever os termos a partir de elaboração de definições terminológicas (DTs).

Com base na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), teoria de base linguística e descritiva cunhada por Maria Teresa Cabré (1999) na qual se leva em consideração o uso e o funcionamento da área, adotamos uma sequência de etapas metodológicas que vão desde a compilação do *corpus* até a elaboração de DTs, organizando o primeiro *corpus* do domínio da Revisão de Textos, até o momento inexistente.

Essas etapas (descritas mais adiante com detalhamentos) são, em síntese:

- delimitação do domínio;
- seleção das fontes para compilar o *corpus*;
- compilação do *corpus* (conversão e limpeza dos textos);
- nomeação dos textos;
- extração automática dos candidatos a termos do domínio;
- limpeza das listas geradas;
- seleção dos termos do domínio;
- edição da estrutura conceitual;
- incremento da base definicional;
- criação das fichas terminológicas;
- preenchimento das fichas terminológicas;
- redação das DTs.

Em geral, as atividades foram realizadas com o auxílio de ferramentas semiautomatizadas, como o ambiente colaborativo e-Termos[4] e o kit AntConc[5]. Contamos com a colaboração de uma especialista do domínio (Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado) para validar as tarefas terminológicas e nossas análises, uma vez que a parceria entre terminólogo e especialista pode possibilitar resultados mais precisos e uma pesquisa mais eficiente.

As definições dos termos (no total, 31 DTs) poderão auxiliar o público-alvo da pesquisa, composto de especialistas, profissionais da área, professores, estudantes e iniciantes no assunto, por isso entendemos que se trata de uma série de estudos iniciais para a elaboração de um glossário de Revisão de Textos, que requer circunscrever os usos do domínio, reestruturá-lo e descrevê-lo. Ao final da pesquisa, propomos divulgar esse glossário gratuitamente no ambiente e-Termos.

Vale registrar que as discussões que acompanham os dados visam ao amadurecimento da pesquisa. Além disso, a finalidade do glossário é esclarecer a Revisão de Textos em relação às definições, minimizando o problema central do domínio – a instabilidade terminológica.

MOTIVAÇÃO DA PESQUISA

Determinada a colaborar com os estudos lexicográficos, comecei a fazer pesquisa na área dos Estudos do Léxico, mais especificamente na Terminologia, ainda nos primeiros anos do Bacharelado em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com um

[4] Disponível em: https://www.etermos.cnptia.embrapa.br/index.php. Acesso em: 20 fev. 2019.
[5] Disponível em: http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/. Acesso em: 20 fev. 2019.

projeto de Iniciação Científica, em 2014. Descobri a paixão pelas Ciências do Léxico ainda nas aulas de Morfologia, cujos textos debatiam as tentativas de definir a palavra e estudá-la a partir da ciência lexicográfica e/ou terminográfica.

Adquiri também admiração pelos estudos do texto durante a disciplina *Revisão de Textos*, ministrada em 2015 pela Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado na UFSCar, cuja abordagem discursiva do tratamento editorial de textos proporcionou aos alunos, além de debates teóricos, reflexões acerca da língua e da linguagem, do sistema linguístico, das gramáticas, das possibilidades de enunciação de um texto, bem como questionamentos sobre os conceitos de autor, coautor, textualização, *ethos* discursivo etc. Foram realizadas atividades interessantes, que se fundamentavam nas práticas do mercado editorial (os ritos genéticos editoriais) e mostravam que as intervenções no texto não são possíveis se considerados apenas os fundamentos teóricos, deixando de lado sua aplicação prática.

Assim, surgiram as primeiras inquietações acerca de um domínio que apresentava e apresenta muitas instabilidades, sejam profissionais, sociais, conceituais ou denominativas. Como o domínio da Revisão de Textos convive com uma dificuldade de estabilização de denominação, notei, no contato com professores, pesquisadores, especialistas, profissionais e estudantes, a importância de realizar um estudo terminológico na área, em virtude da inexistência desse tipo de pesquisa. É importante ressaltar que a iniciativa de sistematizar um domínio pode partir tanto do especialista quanto do terminólogo, e que, nesta pesquisa, veio do meu olhar de terminóloga, como consequência da identificação de uma necessidade de reestruturação do domínio por um viés terminológico.

A partir de disciplinas, dos eventos e minicursos realizados na área de especialidade e das conversas informais com pesquisadores desta, elaborei o projeto, desenvolvido no mestrado na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp-Araraquara) desde 2017, na linha de pesquisa *Estudos do Léxico*.

Isso posto, viso conciliar duas áreas de que gosto muito, a Terminologia e a Revisão de Textos, dois temas de extrema relevância para os avanços linguísticos. A necessidade de descrever os termos da Revisão se dá por uma série de motivos, como a ausência de trabalhos terminológicos no domínio, a dificuldade dos profissionais da área na sistematização de termos que variam muito (conceito e/ou definição), a confusão terminológica de profissionais, estudantes e/ou iniciantes no assunto na utilização dos termos, a desvalorização do revisor como profissional, o desconhecimento do domínio por parte do público em geral, a instabilidade terminológica no mercado editorial, a imprecisão na atribuição de funções, a baixa remuneração dos profissionais, a contratação de especialistas sem vínculo empregatício (os *freelancers*, por

exemplo) e a falta de qualificação de mão de obra. Essa imprecisão terminológica prejudica, principalmente, o trabalho do revisor, tornando indefinidas as funções que ele deveria ou não cumprir e desvalorizando sua categoria profissional, o que reflete diretamente na sua remuneração.

Dessa forma, considero que esta pesquisa tem caráter interdisciplinar, e, portanto, requer cautela e precisão, posto que os resultados podem trazer benefícios para as atividades de revisão e avanços para as Ciências do Léxico. Destaco ainda que consiste em um trabalho pioneiro na área, que apresenta, longe de encerrar as discussões do domínio, uma proposta passível de alteração e crítica, embora apoiada nas práticas editoriais e na descrição do domínio em questão.

OBJETIVOS

Pretendemos investigar e descrever o domínio da Revisão de Textos, elaborando DTs do domínio, na tentativa de enfrentar e minimizar a instabilidade terminológica, um dos maiores problemas da área. Na busca de tais propósitos, selecionamos a bibliografia especializada da área (bastante limitada), nos aprofundamos nas leituras e adotamos uma série de etapas terminológicas, realizadas com o auxílio das já referidas ferramentas semiautomatizadas.

A Revisão é uma área que vem crescendo muito nas últimas décadas e, portanto, requer um trabalho bastante completo e detalhado, dada a ausência de base de dados do domínio, *corpora* e produtos lexicográficos ou terminográficos. Para cumprir com o objetivo específico do trabalho – a elaboração de definições dos termos da Revisão –, precisamos, portanto, percorrer um longo caminho com base na perspectiva terminológica, que significou desenvolver tarefas que vão desde à elaboração de *corpus* até a redação das definições.

Para isso, nos valemos dos pressupostos teóricos da TCT, teoria de base descritiva cuja unidade terminológica (o termo) consiste na palavra atribuída de valor especializado, levando em consideração o uso e o discurso, e admitindo as variações da língua. Dessa forma, foram realizados os estudos iniciais para a elaboração de um glossário da Revisão de Textos.

ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa está organizada em cinco seções. Na Introdução, pontuamos sua motivação, seus objetivos e sua estrutura. Nos Fundamentos teóricos, discorremos sobre os Estudos do léxico, Da palavra ao termo, de Terminologia e Terminografia e da Definição terminológica.

Na seção Do domínio de especialidade, apresentamos o percurso histórico da Revisão de Textos e o problema central da área, e discutimos brevemente o campo de formação e de

atuação do revisor de textos no Brasil. Nos Métodos e resultados, detalhamos a metodologia do trabalho, as etapas e todas as tarefas realizadas em cada uma delas, assim como os respectivos resultados.

Como neste trabalho são indissociáveis as etapas de execução e os dados gerados em cada uma delas, decidimos que tanto os métodos quanto os resultados deveriam estar juntos. Nesse caso, consideramos irrelevante estudar isoladamente cada uma das tarefas, uma vez que elas se complementam e todas as etapas se configuram como resultados e possíveis objetos de estudo para trabalhos futuros. Em síntese, as etapas anteriores à redação das definições constituem-se como resultados da pesquisa.

Por fim, encerramos a discussão com Considerações finais e encaminhamentos futuros, reunindo as principais observações, alguns esclarecimentos e toda a contribuição feita para o domínio, além de temas que ainda precisam ser desenvolvidos e podem ser explorados em outros trabalhos.

A "realidade" passa a existir de fato somente depois que recebe um nome, antes ela é simplesmente "coisa"[...].
(MURAKAWA; NADIN, 2013, p.7).

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Subdividimos a fundamentação teórica da pesquisa em quatro subseções: na primeira delas (Estudos do léxico), iniciamos a discussão sobre o léxico, mais pontualmente o léxico especializado; na segunda (Da palavra ao termo), diferenciamos as unidades lexicais do contexto geral e do contexto especializado; na terceira (Terminologia e Terminografia), apresentamos os conceitos básicos da perspectiva teórica que fundamenta o trabalho e o seu percurso histórico; na última (Definição terminológica), tratamos de questões teóricas do texto definitório em um contexto especializado e situamos o leitor a partir de uma linha do tempo do percurso da prática terminológica.

1.1 ESTUDOS DO LÉXICO

Apesar de não se saber exatamente quando surgiram os estudos do léxico, temos que a denominação *Ciências do Léxico* [6] apareceu no século XX no Brasil, englobando a Lexicologia, a Lexicografia, a Terminologia e a Terminografia. Entretanto, podemos afirmar que a prática lexicográfica é bastante antiga, inicialmente motivada pela necessidade de comunicação.

Em seguida, surgiu a necessidade de relacionar palavras e construir listas direcionadas ao ensino de língua, resultando em vocabulários e glossários para a instância escolar. Tal perspectiva foi efetivada "por solicitações do ensino do latim como língua não materna" (VERDELHO, 1994, p.1), uma vez que este era considerado a língua de excelência da época. A emergência da escrita e da sistematização da comunicação entre povos e idiomas diferentes também provocou o desenvolvimento dos primeiros dicionários bilíngues (VERDELHO, 1995).

Antes mesmo de se pensar na atividade de elaborar dicionários, as práticas lexicográficas e terminológicas já eram realidade. De acordo com Silva (2008, p.63), "nomear significa dar nomes a tudo o que está a nossa volta", ou seja, as plantas, os medicamentos, os objetos, os animais etc. Apesar de os responsáveis pela elaboração inicial de vocabulários e glossários - desde o século V da era cristã - não fazerem terminologia, havia, sem dúvida, obras com palavras especializadas e nomenclaturas.

[6] Essa denominação passou a ser usada no grupo do GT (Grupo de trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL).

As primeiras informações sobre as ciências e as técnicas (Medicina, Direito, Comércio, Geografia etc.) datam do século XVI, embora a prática terminológica seja tão antiga quanto a humanidade (ALMEIDA, 2003), que, para sobreviver, precisou lidar com a necessidade de nomear o mundo. Em vista disso, Krieger (2011, p.74) frisa que a Lexicografia e a Terminografia têm como propósitos a elaboração e a investigação de dicionários. Nas palavras da autora:

> As duas realidades, dicionários centrados no léxico geral e os que se voltam para o léxico especializado são, por sua vez, determinantes de duas áreas de práticas e de reflexão: a lexicografia e a terminologia. Ambas mantêm um eixo comum, mas também pontos de disjunção. São ciências do léxico que se conjugam pelo fazer dicionarístico, tanto que é bastante comum a denominação "terminografia" para designar a produção de obras de referência terminológica, expressando uma busca de correspondência com a lexicografia aplicada. Ao mesmo tempo, as duas possuem identidades próprias, seja pelos seus objetos específicos – o léxico geral para a lexicografia e o especializado para a terminografia –, seja pela metodologia que adotam para cumprir seus objetivos aplicados. (KRIEGER, 2011, p.74)

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, focamos nas discussões acerca da Terminologia, da unidade lexical especializada (termo) e da definição terminológica (DT).

1.2 DA PALAVRA AO TERMO

Uma das tarefas mais complexas para os linguistas é definir o conceito de *palavra*. Embora pareça uma atividade simples, já que a palavra está em todo lugar, o conceito varia e é bastante instável entre os autores. Como definir, então, *palavra* com outra palavra?

A palavra é definida por autores estruturalistas, entre eles, Saussure (1995 [1916]), como um signo, ou seja, uma unidade que contém significante (imagem acústica) e significado (conceito). Consideramos essa definição muito ampla, visto que não explicita os traços característicos de uma palavra e o que ela realmente significa, e, por isso, salientamos que se trata de uma unidade variável, impossível de definir de forma universal, já que cada língua tem uma forma de delimitá-la e identificá-la (BIDERMAN, 1993).

Parte-se, portanto, de um sistema linguístico para delimitar o que é uma palavra, levando em consideração alguns critérios (BIDERMAN, 1993), como o gráfico (espaço em branco como separador de palavras), o morfossintático (morfemas e a posição em que se encontram) e o semântico (sentido). Ainda assim, nenhum desses critérios é completo, isto é, a escolha por um critério não faz com que a definição de palavra seja clara e eficiente.

Identificar uma palavra no texto é segmentá-la, e, para isso, deve-se eleger um dos critérios e segui-lo até o fim, elencando, por vezes, um conjunto deles. Dessa forma, Biderman (1993) afirma que, embora a palavra esteja no nosso dia a dia, em todo momento e em qualquer situação, não é possível defini-la em toda a sua dimensão.

As palavras se constituem em unidades que circulam em múltiplas situações comunicativas, admitindo sentidos diferentes conforme o contexto e o discurso empregado, o que significa que, muitas vezes, é possível atribuir a uma mesma palavra diferentes significados. De acordo com Biderman (2006), as unidades lexicais carregam traços semânticos que as diferenciam de outras ou as assemelham a elas, estruturando e nomeando a realidade linguística do homem. Assim, "o léxico de uma língua constitui, portanto, uma forma de registrar o conhecimento do universo" (BIDERMAN, 2006, p.35), de modo que o léxico de uma língua natural, seja ele comum ou especializado, registra os aspectos culturais de uma comunidade linguística.

As unidades léxicas, segundo Cabré (1993), não são divididas em palavras ou termos, não se distinguindo *a priori*, mas instituem-se de uma ou outra forma de acordo com o conteúdo semântico que veiculam. Um item lexical será uma palavra quando seu significado não for específico de um conhecimento especializado, e será um termo quando utilizado em um domínio particular. Logo, essa é a principal diferença entre a unidade lexical comum e a unidade lexical especializada: a primeira está contextualizada no discurso geral, enquanto a segunda se refere ao discurso especializado.

Além disso, Cabré (1993) ressalta que uma unidade lexical pode adquirir vários sentidos em contextos diferentes, o que possibilita que a mesma unidade esteja no discurso cotidiano ou técnico-científico. Não há uma linguagem comum e uma linguagem de especialidade, pelo contrário, existe uma língua com variedades e situações comunicativas diferentes, entre elas, a especializada. A partir disso, Doménech (2014) ressalta que é da natureza dos termos a correlação entre palavra e termo.

Na mesma esteira, Barros (2004) salienta que não há uma diferença entre as palavras e as unidades terminológicas, pois todas as unidades lexicais podem adquirir um valor terminológico a ser utilizado em um discurso especializado (DOMÉNECH, 2014), e isso indica que a diferença ocorre apenas no plano comunicacional. Dessa forma, os usuários das palavras são os falantes de uma língua, enquanto os usuários dos termos são os profissionais de cada especialidade (CABRÉ, 1995).

Os termos dispõem de características cognitivas, sociais, comunicacionais, morfossintáticas e pragmáticas. Com relação aos seus aspectos pragmáticos, Doménech (2014, p.31, tradução nossa)[7] faz os seguintes apontamentos:

> - Ocorrem em um discurso especializado;
> - Formalmente, se adaptam ao tipo de discurso de acordo com suas características temáticas e funcionais;
> - Compartilham o discurso especializado com unidades que pertencem a outros sistemas simbólicos ou icônicos;
> - São adquiridos por meio de um processo de aprendizagem e seu manuseio corresponde aos especialistas de um campo;
> - São basicamente denotativos (sem excluir as conotações).

Nesse sentido, destacamos a importância de levar em conta as características apresentadas anteriormente, bem como o caráter discursivo do termo, visto que ele admite a ocorrência dos fenômenos de variação. Considerar o termo de caráter discursivo é, portanto, atestar sua vivacidade, considerando o uso.

A partir das reflexões acima, nos perguntamos como, de fato, uma palavra se torna termo. Segundo Krieger e Finatto (2004, p.79), trata-se de um processo denominado *terminologização*,

> [...] por meio do qual palavras da língua comum sofrem uma ressignificação, passando a alcançar o estatuto de termo. Nessa passagem, palavras comuns adquirem significados especializados, pertinentes a determinado campo do saber científico ou técnico, tornando-se, assim, elementos integrantes de repertórios de termos.

Não é possível delimitar uma palavra e, consequentemente, um termo, sem considerar os aspectos pragmáticos. Na perspectiva linguística, todas as unidades são signos da língua natural, portanto, os signos se comportam ora como palavras, ora como termos, dependendo da temática, dos usuários e da situação comunicativa (CABRÉ, 1999):

termo
palavra
} signos linguísticos

[7] "Ocurren en el discurso especializado; formalmente, se adaptan al tipo de discurso de acuerdo con su características temáticas y funcionales; comparten el discurso especializado con unidades que pertenecen a otros sistemas simbólicos o icónicos; se adquieren mediante un proceso de aprendizaje y su manejo corresponde a los especialistas de un campo; son básicamente denotativos (sin excluir connotaciones)" (DOMÉNECH, 2014, p.31).

Pode-se delimitar uma palavra ou um termo determinando seu começo e seu fim, tarefa dificultada pela combinação de unidades lexicais que representam uma unidade de significação. Biderman (1993, p.96) ressalta que:

> [...] como a língua está em perpétuo movimento, seu caráter de inacabado e de devir está sempre presente, sobretudo no léxico, visto que essa é a parte do sistema linguístico mais suscetível a mudanças por constituir um conjunto aberto. As combinatórias lexicais discursivas podem deixar de ser meras combinatórias frequentes de unidades léxicas para se converterem em novas unidades do léxico da língua [...].

A dificuldade de delimitação das unidades lexicais se mostra ainda mais acentuada no caso das unidades complexas e compostas. Em vista disso, qual o critério mais adequado para segmentá-las? Na verdade, não há um consenso entre os linguistas sobre o que diferencia as lexias complexas das compostas, quais são os critérios de lexicalização e cristalização de uma unidade e a denominação mais adequada de fraseologia, expressões cristalizadas ou idiomáticas. Contudo, essas ocorrências são consideradas, em geral, sintagmas cristalizados.

Na Terminologia, o cenário é parecido: há termos uni, bi, tri, n-gramas[8]. Nesse caso, é necessário que a delimitação e a seleção dos candidatos a termos sejam realizadas com base em contextos de uso, bem como a partir da colaboração de um especialista da área, que está mais familiarizado com as unidades e compõe o público-alvo da pesquisa. Logo, a separação entre palavra e termo é tênue, e isso significa que ambos constituem unidades da língua natural e admitem valores diferentes em determinados campos ou situações.

Nesta pesquisa, nosso objeto de estudo são os termos da Revisão de Textos, os quais variam em relação à denominação, tornando o domínio bastante instável. Tal imprecisão terminológica estimula a desvalorização do revisor, que recebe nomes e, consequentemente, funções inapropriadas ao seu trabalho.

1.3 TERMINOLOGIA E TERMINOGRAFIA

A Terminologia nasce de uma necessidade comunicativa de indivíduos que sentiam a necessidade de sistematizar as denominações dos campos, tornando a comunicação profissional eficaz (CABRÉ, 1993). Dessa forma, a prática terminológica é a manifestação da linguagem que sempre existiu, dada a necessidade de nomear as coisas, os objetos, as plantas, os instrumentos de trabalho, os acessórios de venda, comércio, arte militar, Náutica etc.

[8] N-grama representa o número de unidades que segmentam uma palavra. Por exemplo: banana é um unigrama (tem apenas uma unidade), enquanto banana-maçã é bigrama (constituída de duas unidades).

Apresentamos a seguir uma linha do tempo que situa a prática terminológica, elaborada a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo de nossa formação, baseados especialmente nas leituras de Almeida (2000a, 2000b, 2003), Barros (2004), Cabré (1993), Krieger e Finatto (2004) e Silva (2008):

Linha do tempo da prática terminológica

- 2600 a.C.: registro dos primeiros termos; repertório feito pelos sumérios.
- Séc. V: registro dos primeiros glossários (bilíngues) devido à expansão das relações comerciais e à difusão religiosa e cultural; nessa época, não havia a prática terminológica, embora pudessem ser extraídas das obras informações especializadas, ou seja, uma nomenclatura especializada; havia, portanto, usos especializados em determinadas linguagens.
- Séc. IX: descrição e registro de termos médicos, principalmente; um exemplo é o *Livro abrangente*, do físico Rhazés, no qual estão listados nomes de órgãos do corpo humano e doenças em cinco línguas.
- Séc. XVI: vocabulários especializados da Medicina, da Botânica e da Náutica; o desta última apresenta uma linguagem terminológica da arte de navegar, registrada no *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, datado de 1530.
- Sécs. XVII e XVIII: contribuições de Lavoisier para a terminologia da Química e de Linné para a da Botânica e da Zoologia.
- Séc. XIX: evolução tecnológica e científica (*boom* na produção de dicionários); surgimento dos bancos de dados e do Personal Computer (PC); sistematização de domínios de conhecimento; houve, em geral, uma evolução nos modelos teóricos e metodológicos da Terminologia.
- Séc. XX:
  - 1970 – Terminologia como área de estudo; Terminologia de base prescritiva; reflexão sobre a prática terminológica, visando à sistematização e à padronização universal dos vocabulários; Wüster apresenta sua tese em 1930, mas a Teoria Geral de Terminologia (TGT) inicia-se em 1970.
  - 1980 e 1990 – interesse da linguística pelos estudos terminológicos; reflexão da terminologia e crítica à TGT; terminologia com enfoque variacionista, comunicativo e cognitivo; posição descritiva; Terminologia de base descritiva;

aumento de dicionários especializados e glossários; surgimento das teorias Socioterminologia, TCT, Terminologia Cognitiva, e Terminologia Textual.

A Terminologia passou, no decorrer dos anos e séculos, por diversas modificações, até ser reconhecida como uma disciplina científica. A forma como os termos eram registrados, portanto, se dava conforme a perspectiva teórico-metodológica da época e as necessidades do homem. Segundo Cabré (1993), há quatro períodos fundamentais da Terminologia, exibidos no Quadro 1 juntamente com a situação da área no século XXI:

Quadro 1 – Evolução histórica da Terminologia

As origens (de 1930 a 1960)	Métodos de trabalho terminológico em que o caráter dos termos é sistemático.
A estruturação (de 1960 a 1975)	Desenvolvimento da macroinformática e das técnicas documentais (primeiros bancos de dados e início da organização internacional da Terminologia).
A eclosão (de 1975 a 1985)	Planificação linguística que inclui a Terminologia; o papel que esta desempenha no processo de modernização.
A ampliação (desde 1985)	A cooperação internacional é consolidada e ampliada, criando-se redes internacionais que juntam organismos e países de características comuns para intercâmbio de informação e colaboração internacional quanto à informação de terminólogos.
Novas diretrizes (a partir de 1990)	Novas perspectivas dos pressupostos teóricos e metodológicos da Terminologia. Novas teorias: Socioterminologia; Terminologia Cognitiva; TCT; Terminologia Textual. Crescente contribuição da Informática, fundando a Terminótica.

Fonte: adaptado de Barros (2004, p.35-36) e Cabré (1993, p.28).

A partir da linha do tempo e das reflexões sintetizadas no Quadro 1, é possível compreender melhor o percurso histórico da Terminologia. Percebemos que o desenvolvimento

mais expressivo da prática terminológica tem origem no século XVIII, com os trabalhos de Lavoisier na Química e de Linné na Botânica e na Zoologia (ALMEIDA, 2003), sendo estudada apenas por especialistas de cada área do conhecimento.

No início do século XX, contou com dois grandes nomes que auxiliaram na sua concepção como área de estudo, Eugen Wüster e Dmitrij S. Lotte, conhecidos, respectivamente, como o fundador da Terminologia moderna e o pai da disciplina científica. Embora reconheçamos a importância do trabalho realizado pelos referidos estudiosos, notamos a insuficiência das perspectivas teórico-metodológicas para os estudos terminológicos.

Em 1931, o engenheiro austríaco Wüster apresentou a sua tese de doutoramento, mas foi apenas em 1970 que a TGT nasceu. Esta, por sua vez, visava à padronização dos termos e dos conceitos, a fim de eliminar as ambiguidades terminológicas. Com base no caráter normativo, compreendia a linguagem de especialidade como exterior à linguística e ao léxico comum, e seu interesse consistia em dissociar o léxico da gramática, do contexto e do discurso, caracterizando-os como unidades independentes.

Dessa perspectiva, o termo é considerado uma unidade especializada pertencente às linguagens especializadas, ou seja, existem duas línguas (a língua comum e a língua de especialidade), a palavra representa a língua geral e o termo só existe nos domínios especializados, acessíveis apenas aos especialistas de cada área. Além disso, a teoria desconsiderava a polissemia, a sinonímia e a homonímia, não por Wüster desconhecer a variação da língua – ele dá indício de reconhecê-la –, mas, sim, porque não acreditava que tal fenômeno pudesse ocorrer nas terminologias, ressaltando que, em uma área temática, o termo deveria ser monovalente.

Em contrapartida à TGT, surgem a Socioterminologia, a TCT, a Terminologia Cognitiva e a Terminologia Textual e outras teorias de base descritiva e textual, que buscam descrever uma área de especialidade levando em consideração os aspectos linguísticos e textuais do termo. A TCT, proposta por Cabré em 1999, consiste em uma teoria ampla e flexível que considera a variação um fenômeno natural, inerente à linguagem. Para a autora, é impossível eliminar a ambiguidade de uma língua, assim como as relações de sinonímia e polissemia, pertencentes à variação de uma língua ou um domínio.

Além disso, separar a Terminologia e a Linguística, ou seja, as palavras e os termos, é descaracterizar o caráter complexo e dinâmico das terminologias, bem como da língua natural. Cabré (1995, p.5-6, tradução nossa)[9] defende que: "[...] a terminologia é uma interdisciplina

[9] "[...] la terminología es una interdisciplina, constituida por elementos procedentes de las bases de la lingüística, de la ontología y de las especialidades [...]" (CABRÉ, 1995, p.5-6).

constituída de elementos de bases da linguística, da ontologia e das especialidades [...]". Na mesma esteira, Cabré (1999) parte da explicação de que a Terminologia descritiva e comunicativa apresenta uma visão interdisciplinar, agregando princípios das Ciências da Linguagem, das Ciências Cognitivas e das Ciências Sociais. Portanto, o termo, ou unidade terminológica, é uma unidade linguística, cognitiva e sociocultural.

Embora Cabré reconheça a contribuição da teoria de Wüster para os estudos terminológicos, a autora discorda de algumas propostas da TGT. É inegável que esta proporcionou um grande impulso nos estudos sobre os termos, e que, à época, a padronização terminológica era necessária, segundo Wüster, para que a comunicação técnica e científica fosse eficiente. Entretanto, essa teoria não se mostra suficiente para os estudos terminológicos, e, com isso, a TCT nasce como uma resposta à necessidade de novas propostas teórico-metodológicas da Terminologia, levando em conta a dimensão textual e discursiva dos termos, o que significa que as unidades lexicais passam a ser termos quando colocadas em uso, em determinado contexto e situação (BARROS, 2004).

Foi a mudança de foco, do normativo para o descritivo – da aplicação de normas para a compreensão do funcionamento da linguagem –, que levou a um maior interesse dos linguistas pela investigação terminológica, bem como pelo funcionamento da unidade lexical especializada. Como cientistas da linguagem e terminólogos, ficamos com a responsabilidade de descrever a língua tal como ela funciona, assim como os contextos de uso especializados.

Diante disso, explanamos que este trabalho está fundamentado na perspectiva teórica de base descritiva – a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). A concepção de Terminologia descritiva está fundamentada em dois pontos (ALMEIDA; SOUZA; PINO, 2007, p.2):

> 1. Os léxicos de especialidade não constituem línguas artificiais, separadas da língua geral, mas são parte integrante da língua natural e geral;
> 2. Os termos são associações de um significante a um significado, igualando-se à concepção saussureana de signo linguístico. Portanto, os itens léxicos são signos linguísticos que podem se realizar como termo ou como palavra, dependendo do contexto ou da situação comunicativa.

O principal propósito da Terminologia, segundo Almeida (2010, p.73), é "dar conta do funcionamento das unidades lexicais especializadas em situações comunicativas profissionais, acadêmicas ou científicas", de modo que essa comunicação "se realize de forma compreensível e sem ambiguidades em ambientes mono e/ou multilíngues". Desse modo, ressaltamos que toda palavra é produzida em algum contexto e "tudo aquilo que se diz, se diz em algum contexto de uso" (NEVES, 2009 apud ALMEIDA, 2010).

Frisamos que a ambiguidade é considerada um vício de linguagem e, por isso, pode provocar, nos estudos terminológicos, incompreensões, interpretações ruins e erros de comunicação, impossibilitando a compreensão do objeto. Já a variação ocorre porque a língua é fluida e se movimenta, sendo intrínseco à atividade do terminológo registrar tal fenômeno. Nesse sentido, observa-se que esse funcionamento foi otimizado a partir do avanço tecnológico.

A partir da bibliografia sobre Terminologia e Terminografia, especialmente das reflexões de Almeida (2010), e das experiências profissionais que vivenciamos desde a graduação até o presente momento, percebemos uma crescente contribuição da Informática para as pesquisas terminológicas, o que resultou na fundação da Terminótica (Terminologia + Informática). Dados os avanços na tecnologia, a Linguística Computacional e a Linguística de Corpus interferem diretamente nas atividades do terminólogo, que, por meio da semiautomatização, torna mais rápida a obtenção dos resultados, das análises e da produção das obras terminográficas, mais precisas e autênticas.

Ainda que a tecnologia auxilie nas tarefas terminológicas, é necessário restringir a descrição e a sistematização de determinada área, limitando a elaboração do glossário a um domínio ou subdomínio de especialidade. Isso ocorre devido à extensão do léxico e, portanto, do léxico especializado, já que é impossível registrar todas as unidades em um dicionário devido à complexidade de uma área.

Nesse momento, faz-se necessário abrir parênteses para explicar a escolha da denominação do trabalho. Os termos *glossário* e *vocabulário* foram adotados pela ISO 1087[10] (1990, tradução nossa) e remetem ao repertório terminológico de um determinado domínio. Vejamos:

> **vocabulário** (termo admitido: **glossário**): Dicionário terminológico contendo a terminologia de um campo específico ou de campos de assuntos relacionados e baseado no trabalho em terminologia.

No manual Pavel (O PAVEL..., 2003, p.20), *dicionário* é a obra cuja função é repertoriar as palavras da língua comum. Contudo, as definições dos termos *glossário* e *vocabulário*, respectivamente, são:

[10] "**vocabulary** (admitted term: **glossary**): Terminological dictionary containing the terminology of a specific subject field or of related subject fields and based on terminology work." (ISO, 1990, grifos do original).

> - Um glossário monolíngue se compõe de uma lista de termos especializados ou exclusivos de uma determinada área temática. Esse tipo de glossário contém definições, pode ser uma obra autônoma ou pode aparecer ao final de trabalhos monográficos.
>
> - Um vocabulário é um repertório de termos e conceitos de um determinado campo temático, organizado ou por ordem alfabética ou por ordem dos conceitos, dentro de um sistema conceitual. Pode apresentar equivalentes em outras línguas e um léxico bilíngue inverso, a partir das outras línguas para a língua de partida do vocabulário.

Neste trabalho, optamos por considerar sinônimas as denominações *glossário* e *vocabulário*, que se referem a um determinado campo de especialidade, já que dicionário, a nosso ver, significa repertório do léxico comum. Aqui, o domínio em questão é a Revisão de Textos, subdomínio da Mediação Editorial, a grande área dos estudos que envolvem a Edição.

A partir dessas explanações, destacamos que consolidar uma língua, estruturá-la e registrá-la é fazer Terminologia, bem como Lexicologia. Contudo, executar tais tarefas nos leva a fazer Linguística, tornando realmente eficaz o sistema da língua em relação à comunicação de tecnologias e à inserção da sociedade no cenário das ciências e das técnicas, dos instrumentos para a evolução, do desenvolvimento tecnológico e, portanto, da linguagem.

Almeida (2003, p.3) enfatiza que "[...] um importante fator que contribui para a consolidação de uma língua é o quanto ela é capaz de comunicar tecnologias, porque assim ela se torna apta a participar dos cenários de prestígio no mundo moderno. Daí a relevância de se fazer Terminologia e de sistematizar terminologias". A Revisão de Textos, portanto, é capaz de comunicar tecnologias, uma vez que se configura como um domínio de especialidade constituído por especialistas interessados em sistematizá-lo, estruturá-lo e, consequentemente, valorizá-lo.

1.4 DEFINIÇÃO TERMINOLÓGICA

Definir um termo é especificar as características de determinada entidade linguística, detalhando as semelhanças com outras unidades e seus traços distintivos. É, ainda, adaptá-lo a um contexto e seus usuários, tornando a informação acessível, seja ela especializada ou não.

No Quadro 2, temos algumas tipologias de DT:

Quadro 2 – Tipologias de DT

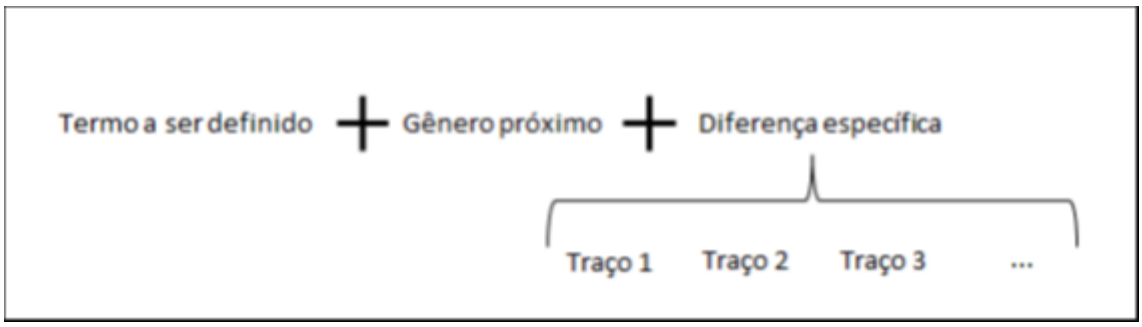
Normas e textos teóricos	**Conceitos**
Boutin-Quesnel *et al.* (1985)	Enunciado que descreve uma noção e que permite diferenciá-la das outras noções no interior de um sistema nocional.
ISO 704.1 (1996, p.20, grifos do original)	"Uma declaração que descreve um *conceito* e suas *designações* e permite diferenciá-los de outros *conceitos*. Ela define o *conceito* como uma unidade composta de características que tornam o *conceito* único.".
ISO 1087-1 (2000, p.6)	Representação do conceito por um enunciado descritivo, que possibilita diferenciá-lo dos demais conceitos associados.
Pavel e Nolet (2006)	"Fórmula lexicográfica que enuncia os traços semânticos distintivos de um conceito".
Wüster (1998, p.65-67)	Descrição de um conceito por meio de conceitos conhecidos, expressos por palavras.
Sager (1993)	Descrição linguística de um conceito, baseada numa lista de características que transmitem o significado desse conceito.
Dubuc (1999, p.119-120)	O objetivo da definição terminológica é dar uma imagem mental exata de um conceito, por meio do elenco de seus traços essenciais, permitindo, assim, a sua identificação.
Cabré (1993, p.312)	Uma expressão normalmente complexa equivalente semanticamente ao termo que define.
Castillo (1997)	Não oferece um conceito de DT, mas características do que deve fazer parte do texto definitório.
Finatto (2001, p.139)	"É preciso voltar a atenção para o texto definitório em si mesmo, sem tomar um modelo prévio de observação, de modo a inscrevê-lo relacionalmente em algo mais amplo, o que poderia ser algo como um frame de significação, simultaneamente construído pelo indivíduo-autor e pela coletividade que ele representa, recuperando-se, enfim, sua autoria, ambiência e, fundamentalmente, sua natureza linguística.".

Fonte: adaptado de Balestero (2017, p.14-15).

Após conceituar a DT a partir de várias perspectivas, atestamos que o modelo mais recorrente e considerado adequado para os estudos em Terminologia é o chamado *gênero próximo e diferença específica (GPDE)*, sustentado como o modelo tradicional de definição terminológica por autores como Wüster (1998) e normas como a International Organization for Standardization (ISO). Parte-se de um modelo aristotélico, baseado na lógica, para definir um termo, consistindo em recuperar o hiperônimo, ou seja, uma unidade de sentido mais genérico em relação ao termo definido, e adicionar as informações que o distinguem desse termo.

Na Figura 1, ilustramos essa estrutura:

Figura 1 – Estrutura da definição do tipo GPDE



Fonte: Balestero (2017, p.15).

Para deixá-la mais clara, apresentamos um exemplo desse tipo de definição, retirado de um projeto de Intensificação Agropecuária (BALESTERO, 2017, p.23):

> dry season (estação seca) – estação caracterizada por baixa intensidade de chuvas, o que favorece um lento crescimento das plantas e uma diminuição no seu valor nutricional, resultando na queda da produção de diversas culturas e na perda de peso do gado.[11]

Sager (1993) e Dubuc (1999) conceberam algumas tipologias como os modelos definitórios mais satisfatórios do trabalho terminológico, os quais reunimos no Quadro 3:

[11] *Dry season* (termo a ser definido); estação (gênero próximo); restante da definição (diferença específica).

Quadro 3 – Modelos definitórios[12]

Sager (1993)	**Dubuc (1999)**
definição mediante análise	definição por gênero próximo e diferença específica (GPDE)
definição mediante sinônimos	definição mediante a explicitação de características circunstanciais
definição mediante paráfrase	definição por descrição com ajuda dos componentes
definição mediante síntese	definição mediante sinônimo ou paráfrase sinonímica
definição mediante implicação	definição por meio da descrição de uma ação
definição mediante denotação	-
definição mediante demonstração	-

Fonte: adaptado de Balestero (2017).

Nem sempre os modelos definitórios tradicionais são os mais adequados e satisfatórios para um termo e/ou domínio[13]. Assim sendo, pontuamos que, além dos elementos que constituem a estrutura GPDE, isto é, o termo superordenado/hiperônimo e as características/diferenças, torna-se necessário incluir outros elementos no texto definitório para contemplar a descrição semântica do termo, os quais variam de acordo com a natureza do termo definido.

Organizamos os elementos considerados relevantes por Doménech (2014) no Quadro 4:

[12] Para os dois últimos exemplos (definição mediante denotação e definição mediante demonstração), recuperados de Sager (1993), não encontramos modelos definitórios semelhantes na tipologia sugerida por Dubuc (1999).
[13] Para mais detalhamentos sobre as tipologias referentes às definições terminológicas, ver Balestero, Almeida e Pierozzi Junior (2019).

Quadro 4 – Elementos relevantes para a definição

descritor	Consiste em um termo semanticamente mais amplo que o definido. Entre o descritor e o definido, podem haver diferentes tipos de relações: a relação GPDE (mais comum), na qual o termo definido está subordinado conceitualmente ao descritor, e a relação partitiva, em que o termo definido é uma parte do descritor ou o inverso.
fórmulas da relação entre o descritor e o definido	Se a relação é de gênero-espécie, não é necessário introduzir fórmula alguma, pois ela se dá por padrão.
definidor	Ocorre em definições relacionais e requer a introdução por um transpositor, sendo muito comum nas definições de adjetivos e advérbios, em que se utiliza um definidor com categoria gramatical de substantivo ou adjetivo. Também é possível definir um substantivo.
transpositor	É a fórmula de conversão sintática que precede o definidor. Exemplos: "ação" e "efeito de".
elemento de contorno	Trata-se de um elemento externo à descrição estritamente semântica do termo. Esse elemento reflete as colocações mais frequentes da definição quando elas são relevantes para a definição.
características	O elemento que contém as características do termo constitui a segunda parte da definição, segundo a fórmula *genus + differentia*. Explicitam-se as características distintivas, essenciais e complementares consideradas relevantes.

Fonte: adaptado de Doménech (2014, p.131-132, tradução nossa).

Poderíamos nos perguntar em que as definições terminológicas se diferenciam das definições lexicográficas. Para responder a essa questão, nos valemos das ideias de Cabré (1992, p.194), que estabelece uma distinção entre as duas. De acordo com a autora, a definição lexicográfica está relacionada ao sistema de uma língua, ao léxico, enquanto a definição terminológica descreve o conceito de um campo de especialidade. Doménech (2014, p.93, tradução nossa) ressalta que "[...] as definições terminológicas se limitam a um campo de especialidade, não incluem outras acepções que o termo pode ter em outros campos."[14].

Apesar de todas as diferenças, não podemos apagar a relação entre as duas áreas, já que ambas integram as Ciências do Léxico e têm como objeto de estudo a palavra, ora no discurso comum, ora no discurso especializado. Temos, atualmente, uma base teórico-metodológica bastante consistente para as pesquisas terminológicas, embora alguns aspectos e características sejam emprestados da teoria lexicográfica.

[14] "[...] las definiciones terminológicas se ciñen a un campo de especialidad, no recogen otras acepciones que el término pueda tener en otros campos." (DOMÉNECH, 2014, p.93).

Elaborar definições – neste caso, definições terminológicas – é uma tarefa bastante complexa, que deve ser realizada com cautela. Isso significa que o terminólogo, caso tenha o auxílio de um especialista da área, pode dispor de dados mais fiéis às práticas do domínio. Depois da elaboração das DTs, o especialista analisa o trabalho para conceder sua aprovação, e, após aprovadas, elas são inseridas em fichas terminológicas, passando finalmente a ser um elemento que compõe o verbete.

Dubuc (1999) destaca que a definição terminológica tem a intenção de permitir ao consulente a identificação do conceito, baseando-se nos traços essenciais do termo. Além disso, o termo deve ser definido a partir da situação e da realidade linguística, ao invés da aplicação de um modelo predeterminado.

A definição terminológica deve ser descrita sócio-historicamente (FINATTO, 2001), considerando os sujeitos enunciadores e o contexto em questão. Por conseguinte, é possível dizer que a DT materializa, segundo Krieger (2013, p.25), "linguística e discursivamente o componente conceitual do termo", uma vez que o texto especializado é o lugar de produção e funcionamento dos termos.

Ao propor a DT, devemos fazer duas perguntas: quem será o usuário? Em que situação comunicativa ela ocorre? Pensamos, de início, no público especializado, sobretudo especialistas, profissionais e estudantes/iniciantes da área, mas sabemos que uma obra terminológica vai muito além disso e que é indispensável estruturar um domínio considerando a descrição do campo, bem como a língua.

As necessidades dos usuários motivam a elaboração das definições, delimitando os critérios utilizados para propor o texto definitório. Sendo assim, faz-se necessário reconhecer os usos dos termos a serem definidos a ponto de apresentar contextos adequados. Sem perder o conteúdo especializado, partimos da construção de definições objetivas e claras, levando em consideração que leigos, iniciantes da área, estudantes, professores, atuantes e curiosos possam consultar o glossário.

Logo, delimitamos que o glossário será tanto para especialistas quanto para aprendizes, e, por isso, ao elaborar as DTs, é preciso utilizar recursos linguísticos para facilitar sua compreensão, tornando-as mais didáticas, sem tirar-lhes o conteúdo especializado. Entretanto, salientamos que uma definição nunca estará finalizada, uma vez que não responde a todas as necessidades de todos os usuários, por isso sempre poderemos alterá-la e atualizá-la.

Trata-se de registros sincrônicos, embasados, portanto, em um determinado momento e em uma determinada situação. Sendo assim, a DT é estabilizada na medida em que foi registrada em um dicionário, e é instável por possibilitar alterações de conteúdo e nas construções formais.

No entanto, há alguns problemas na elaboração da definição, como a falta de um modelo pronto para sua redação e a necessidade de estudar cada termo separadamente. Alguns termos carregam consigo características morfológicas que orientam a escolha do tipo definitório mais adequado – por exemplo, a presença dos sufixos derivacionais **-(ç)ão** e **-mento** pode indicar que o conceito é uma ação. De acordo com Cunha e Cintra (2001, p.98), esses sufixos formam substantivos a partir de verbos, indicando "ação ou resultado".

Exemplo (BALESTERO, 2017, p.26):

34. soil degradation (degradação do solo): processo natural ou com intervenção humana, que provoca a perda de nutrientes do solo.

Sendo assim, conforme frisam Almeida, Souza e Pino (2007), a classe morfológica do termo é de fundamental importância, pois sua definição também irá apresentá-la, isto é, se o termo é um substantivo, sua definição também será. Podemos observar isso a partir do exemplo exposto acima:

degradação do solo: processo natural [...]

substantivo

Alguns autores afirmam que as DTs devem ser curtas e sucintas, porém, observamos que, quando são maiores e abordam todos os traços importantes do termo, são mais facilmente validadas pelos especialistas. Almeida, Souza e Pino (2007, p.16) afirmam que, "ao contrário do que imaginamos, é o público especializado que espera do dicionário definições mais exaustivas e menos enxutas".

Na definição, dividimos as informações em essenciais (que farão parte da definição) e não essenciais (enciclopédicas). Entretanto, os terminólogos costumam ter dúvida no que diz respeito ao que é considerado traço essencial e acessório do conceito. De saída, os traços recorrentes pertinentes aparecem nos excertos e são considerados para a construção da

definição, e as informações que acrescentam, complementam e enriquecem a compreensão ocupam a informação enciclopédica.

Baseando-se nos critérios de elaboração da DT adotados pelo Grupo de Estudos em Terminologia da UFSCar (GETerm)[15], Almeida, Souza e Pino (2007, p.17) apontam:

> 1) o dicionário terminológico tem a função precípua de facilitar a comunicação, para tanto, o texto definitório deve ser suficientemente claro e completo para que o consulente entenda. Assim, ainda que os tipos de definição sejam utilizados como orientação, eles não devem subjugar o texto. Ao contrário, se tivermos de fazer concessões para que se dê o entendimento do termo-entrada, essas concessões serão feitas;
> 2) há um permanente jogo discursivo, pois há um sujeito que elabora o texto definitório e outro representado pelo leitor. Essa interlocução afeta o texto, gerando marcas linguísticas e discursivas próprias de qualquer situação dialógica. Assim, almejamos sistematizar a redação, mas não é possível apagar o subjetivismo inerente à linguagem, já que a DT, antes de tudo, é um texto;
> 3) embora exista a possibilidade de sistematizar os traços conceituais, cujos termos compõem o mesmo campo nocional, isso tem de ser realizado com certa flexibilidade, de modo que os traços mais pertinentes nos sirvam de direcionamento e não de camisa de força;
> 4) a ordenação dos traços reflete a maneira como se concebe o significado na área-objeto, porém, na DT, isso é mediado pelo terminólogo, que deve considerar os aspectos terminológicos, linguísticos, as peculiaridades do domínio, bem como o público-alvo do dicionário.

Conforme elencam Almeida, Souza e Pino (2007) e Oliveira (2009), apesar de não haver um modelo de definição específico, é preciso respeitar um conjunto de parâmetros para tornar a tarefa pertinente ao trabalho, a saber:

- adequar o texto definitório aos princípios sintáticos, semânticos e textuais da língua em que se redige a definição;
- adequar a definição a uma área temática;
- adequar a definição a um público específico;
- proferir um texto claro, conciso e impessoal.

[15] O Grupo foi criado em 1999 no Departamento de Letras da UFSCar e conta com uma equipe multidisciplinar, envolvendo linguistas, informatas e especialistas de domínio. O GETerm tem como parceiros o Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (Nilc), sediado no Instituto de Ciências Matemáticas e da Computação (ICMC) da Universidade de São Paulo (USP-São Carlos); a Embrapa Informática Agropecuária, unidade Campinas-SP; o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (Iltec), sediado em Lisboa, Portugal; e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Iilp), sediado na cidade da Praia, em Cabo Verde. Os objetivos do grupo de pesquisa são estudar conteúdos pertinentes à Terminologia/Terminografia e desenvolver pesquisas que gerem produtos terminológicos em língua portuguesa, como glossários, dicionários, enciclopédias e assemelhados, que satisfaçam demandas reais (BALESTERO, 2017, p.13).

Reiteramos, por fim, a importância de se ater ao público-alvo do produto terminográfico, pois o enunciado definicional deve dar conta de explicar o repertório tanto para especialistas da área quanto para leigos no assunto.

Explicitado o embasamento teórico da pesquisa, vamos à apresentação do domínio da Revisão de Textos.

O Livro
Eu do livro
não me livro
e nem quero
me livrar.
Se do livro
eu me livro
como livre
vou ficar?
(FONSECA, 2016)

2. DO DOMÍNIO DE ESPECIALIDADE

Esta seção está subdivida em duas: *Revisão de Textos: apresentação do domínio* e *Revisão de Textos no Brasil: formação e atuação do revisor*. Na primeira, apresentamos o percurso histórico do domínio e suas principais problemáticas; na última, discutimos a formação do revisor de textos, além do atual mercado de trabalho e suas condições.

2.1 REVISÃO DE TEXTOS: APRESENTAÇÃO DO DOMÍNIO

Para iniciar a nossa discussão, apresentamos no Quadro 5 uma linha do tempo do domínio da Revisão de Textos, elaborada a partir dos conhecimentos adquiridos em leituras sobre o tema, como Le Goff (1995), Chartier (1998), Salgado (2007) e Clares (2013, 2017), e em disciplinas cursadas, eventos acadêmicos, palestras, minicursos e reuniões com profissionais da área.

Quadro 5 – Linha do tempo da Revisão de Textos

Antes da Idade Média	Idade Média	Idade Moderna	Idade Contemporânea	
antes do século V	século V a XV	Século XV a XVIII	Século XIX	século XXI
escribas	monges copistas e goliardos	tipógrafos e correctores	editor	profissionais do texto

Fonte: elaboração própria.

Nesse quadro, registramos resumidamente o percurso da Revisão de Textos no decorrer da história e os diferentes profissionais responsáveis pela atividade de revisão. Sabe-se que a prática de edição e revisão são bastante antigas e existe desde os escribas, embora o reconhecimento da atuação profissional do revisor se dê a partir do século XX.

Diante de uma constante preocupação em falar e escrever "corretamente" e de uma visão ainda muito normativa da língua (que pretende estabelecer normas), a revisão ganha espaço nos estudos da linguagem e vem sendo estudada e tomada como objeto de estudo há aproximadamente vinte anos.

Assim como não falamos da mesma maneira que escrevemos, uma vez que a comunicação se diferencia a depender dos diversos fatores comunicativos da língua (o destinatário, o assunto e a circunstância), as condições de produção e circulação de um texto escrito que visa à publicação também variam. Essa variação acontece devido a aspectos linguísticos e extralinguísticos, tais como o propósito da obra, o público-alvo e o meio de circulação.

Editar um texto, portanto, é um ofício complexo. Em algumas perspectivas teóricas, usa-se o termo *Edição de Textos*[16] para designar o que chamamos neste trabalho de *tratamento editorial de textos*. Trata-se de todas as manobras de intervenção que os profissionais do texto fazem em um material, de maneira a adequá-lo para publicação, passando por diversas etapas de aperfeiçoamento, adequação e/ou reformulação. A fim de compreender quais são essas etapas e como elas se dão, é necessário apontar, na história, as memórias e as marcas do surgimento dessa prática.

Muito antes dos indícios iniciais da atividade de revisão de textos, temos uma das primeiras tecnologias: a escrita. Considerada ferramenta ou ofício, como chamava Flusser (2010, p.20-21), a escrita tem como propósito "colocar os pensamentos nos trilhos corretos", de modo que "o motivo que está por trás do escrever não é apenas orientar pensamentos, mas também dirigir-se a um outro", quando a mensagem, materializada pela escrita em algum objeto, alcança o leitor.

Nesse sentido, o livro é essa materialização. Não é possível discorrer sobre as práticas de revisão sem mencioná-lo, bem como retomar a história do mercado editorial[17] e dos tipos de suportes de inscrição, que se alteram de tempos em tempos. Entretanto, não detalharemos aqui essas discussões[18], pois vão além da proposta desta seção, que é apresentar o domínio em estudo.

---

[16] *Edição de Textos*, em maiúscula, se refere ao processo editorial completo, desde o recebimento do original do autor até a impressão do material. Já *edição de textos*, em minúscula, se refere à etapa de intervenção e abarca a Tradução, a Diagramação, a Revisão etc.

[17] Em síntese, o mercado editorial reúne todas as mediações e relações socioeconômicas, políticas e culturais, ou seja, todos os itens de negociação, tratamento e viabilização dos objetos editoriais.

[18] Discussões feitas, por exemplo, por Salgado (2007).

Retomando o percurso histórico das práticas de revisão, reiteramos que, na Idade Média, mais especificamente no século XII, o Ocidente passa por algumas transformações, como o renascimento comercial e urbano, com o surgimento das cidades e, consequentemente, da vida urbana e dos intelectuais (sábios, mestres e professores). Muda-se, portanto, a percepção quanto aos livros, antes vistos como "tesouros da igreja e dos ricos" (LE GOFF, 1995, p.22). Além disso, surgem as ciências, a Lógica e a Filosofia.

Em virtude da multiplicação das universidades, o número de copistas e de livrarias aumenta. Os copistas, nessa época, eram intelectuais e/ou estudantes que pagavam os cursos fazendo as cópias dos livros. Sem demora, nascem as "partes de um texto", revolução tecnológica que instaurou sumário, espaçamentos, rubrica, entre outras técnicas para facilitar a produção de textos e tornar a leitura mais eficaz. Nas palavras de Le Goff (1995, p.73-74), "tudo é feito para facilitar uma consulta rápida".

A tecnologia dos copistas está diretamente ligada à história da revisão. Ela surge na Idade Média e se mantém por muito tempo, até que, no século XV, Gutemberg evolui a técnica denominada *prensa*, que, inventada pelos chineses, permite multiplicar a quantidade de papel e, portanto, de impressão. Gutemberg facilitou a lógica de marcação de texto por meio dos tipos móveis, melhorando a prensa que já existia, e, assim, cada tipógrafo passou a copiar apenas uma determinada página, diminuindo os erros e tornando o processo ainda mais eficiente – além de mais barato, mais rápido e com possibilidade de uso por diversas vezes.

Em meados do século XVIII explode a produção em escala do impresso. As impressões ganharam circulação na Europa, assumindo novas práticas de leitura, que foram se adaptando aos novos suportes de inscrição. Nesse sentido, as diferentes formas de produção e circulação fizeram com que o livro adquirisse novos mecanismos de significação.

Tornando-se instrumento de poder e objeto comercial, o livro é adaptado a novos suportes. Logo, estudar o livro é entender a sua ordem, ou seja, os processos de criação, produção e circulação. De acordo com Chartier (1998, p.8):

> O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação. Todavia, essa ordem de múltiplas fisionomias não obteve a onipotência de anular a liberdade dos leitores. Mesmo limitada pelas competências e convenções, essa liberdade sabe como se desviar e reformular as significações que a reduziram.

O olhar sobre o texto para o controle de sua qualidade sempre existiu. Notam-se, no século XV, os primeiros registros da atividade de revisão como um fechamento do texto – uma "olhada final" –, graças ao desenvolvimento da prensa. Os tipógrafos (artesãos, universitários, intelectuais) eram os responsáveis pelas correções dos livros, pois sabiam ler e escrever.

O interesse pela Revisão como área de estudo, por sua vez, tem se constituído nas duas últimas décadas. Com o avanço da Informática, surgiram corretores ortográficos, programas de edição de textos, entre outros, mas, em sua maioria, essas ferramentas não trazem vantagens para a atividade, pois acabam por torná-la mecânica. O pacote *Office*, por exemplo, pode auxiliar e muito as tarefas de um revisor, como também pode atrapalhar, uma vez que dita como e onde ele deve inserir um comentário. Além disso, podemos mencionar que as marcações de revisão em um texto a partir de algumas ferramentas (*Word, Hotmail, Gmail)* podem poluir o texto e/ou torná-lo pesado. Nesse mesmo viés, frisamos que ao abrir um documento em máquinas diferentes, muitas vezes, tornam ainda mais acentuada a problemática, uma vez que o arquivo pode desconfigurar pela incompatibilidade de versões.

O domínio em questão ainda compreende um cenário bastante esquecido, com muitas problemáticas em aberto. Por isso, neste trabalho, tomamos a Revisão de Textos como um domínio de especialidade, partindo dos pressupostos teórico-metodológicos da Terminologia para desenvolver a pesquisa. Nosso propósito é dar continuidade aos debates da área, levantar questionamentos e propor a sistematização e a reestruturação do domínio, mediante a elaboração de definições dos seus termos.

De saída, assumimos o uso de Revisão de *Textos*, no plural, sustentando que tal atividade é realizada em variadas situações comunicativas, mais ou menos institucionalizadas, que admitem infinitas retextualizações e revisões. Vale lembrar que diferenciamos, logo na Introdução, as denominações *Revisão* em maiúscula e *revisão* em minúscula.

Para cumprir com os objetivos do trabalho, precisamos compreender o que é *texto*, cujos conceitos variam e são muitos. Não nos cabe aqui apresentá-los e distingui-los, mas importa salientar o aspecto adaptável e dinâmico do texto, inerente à língua e que possibilita alterar o que falamos e escrevemos a todo instante, atualizando as memórias e as informações. De acordo com Chartier (1998), adaptar um texto (editar, recortar, diminuir, ressignificar, alterar, simplificar etc.) é uma atividade em que os profissionais do texto (referidos pelo autor na figura dos livreiros e impressores especializados) representam as expectativas dos leitores, atendendo às necessidades do mercado.

Compreender a edição de textos significa investigar os processos de preparação de originais, copidesque, revisão e todas as etapas anteriores e posteriores. A atividade de tratar

ou editar textos se constitui na adoção de mecanismos de produção (de leitura e escrita), a fim de atingir os mecanismos de circulação (divulgação). Além disso, a Edição de Textos como um tema de pesquisa se dá:

> [...] tanto porque a formação básica suscita reflexões que merecem desdobramento, quanto porque pesquisar o funcionamento dessas atividades tem permitido compreender aspectos importantes da língua em uso e também de sua relação com as institucionalidades que presidem esse uso e nele se constituem. (SALGADO, 2016, p.7)

Estudar a edição de textos, bem como a revisão, é estudar processos, e não apenas produtos acabados. "Trata-se de pôr foco na Mediação editorial, isto é, de conhecer um conjunto de práticas que se desenham conforme complexas relações entre diferentes normas e técnicas" (SALGADO, 2016, p.7). Esta, por sua vez, consiste no intermédio entre o texto primeiro e o texto divulgado, ou seja, nas ações constitutivas do mercado.

A mediação editorial é constituída de práticas editoriais, atores e agentes. Nesse sentido, nos interessamos por uma das mediações do mercado, isto é, a revisão de textos. Essa mediação pode ser denominada, segundo Salgado (2016), de *ritos genéticos editoriais*[19] (conjunto de procedimentos que guiam o trabalho do editor), termo cunhado pela autora a partir da noção de *ritos genéticos* de Dominique Maingueneau que refere "o trabalho que é feito sobre os textos autorais que se preparam para ir a público" (SALGADO, 2016, p.167).

Em outras palavras, esse termo denomina procedimentos destinados a consagrar certas práticas que se estabelecem por uma orientação semântica (SALGADO, 2016, p.16). Inclui todos os hábitos, práticas e protocolos que envolvem o processo de tratamento de um texto para publicação, bem como questões linguísticas e extralinguísticas. Isso posto, considera-se que a revisão de textos é um rito, que engloba tanto o linguístico quanto o não linguístico, ou seja, todas as práticas que influenciam o trabalho com o texto.

Os processos de edição são ritos e/ou práticas que embasam a produção e a circulação do texto. Adotar o termo *ritos genéticos editoriais* é abordar discursivamente a revisão, pondo ênfase nos aspectos dos processos editoriais. Ainda que nosso trabalho seja da área de Terminologia, reconhecemos a importância da perspectiva discursiva para a Revisão, haja vista que estamos lidando com textos e, consequentemente, com a produção de sentidos.

A revisão de textos é entendida como um processo de textualização, ou seja, de produção de sentidos. Conforme explica Salgado (2007, p.124), uma nova textualização é uma

[19] *Ritos genéticos editoriais*, *Edição*, *Mediação editorial* e *Tratamento editorial de textos* podem ser usados no mesmo sentido, uma vez que as diferenças entre eles são suas perspectivas teóricas.

“discursivização sobre a discursivização-primeira”, ou a produção de novos sentidos. Fica claro, portanto, que “nunca se estabelecerá um só caminho. Todo dizer posto em circulação ganha mundo amarrando-se à teia discursiva e, assim, engrossa certos coros e desdenha outros, mete-se em certas fileiras e rejeita outras […]”, de modo que “os textos, linearizações de discursos, não têm fim. Por definição. Mas os textos têm caminhos, alguns mais autorizados que outros [...]” (SALGADO, 2016, p.342).

Nessa perspectiva, cada profissional revisa o texto de uma maneira. Caso o mesmo revisor faça mais de uma leitura, irá fazê-la de forma diferente, pois há diversos modos de adequar e aperfeiçoar um mesmo texto: enquanto se mexer nele, haverá modificações, já que cada leitura é uma nova leitura, uma nova intervenção.

Por *intervenção textual* (IT) entendemos “o conjunto de operações que ocorrem sucessivamente sobre um texto primeiro, com o objetivo de aperfeiçoar seu modo de ir a público [...]” (MUNIZ JR., 2010, p.17). O trabalho de intervenção expõe as ideologias e os diferentes discursos refletidos a partir da construção do texto. Logo, fazer uma IT diz respeito ao “conjunto de práticas profissionais que tornam um texto publicável em um livro” (MUNIZ JR., 2010, p.17), ou seja, são as modificações e adaptações realizadas no texto pelo revisor.

A tarefa de intervenção é bastante complexa, na medida em que nos valemos, nos processos de edição, de aspectos textuais, discursivos, culturais, sociais, linguísticos e gramaticais para aproximar, ao máximo, o sentido da obra às necessidades do leitor. Nesse ponto, nos questionamos: até onde, no texto, deve-se realizar uma intervenção? Há limites? Quais partes e critérios devem ser alterados? O revisor pode modificar completamente um texto?

Para Martins Filho e Rollemberg (2001, p.87, apud MUNIZ JR., 2010, p.126), o “grau de interferência do revisor de texto, principalmente quando envolver a questão de estilo, deve ser proporcional à finalidade intrínseca de cada texto”. Isso significa que o profissional do texto pode e deve fazer sugestões, para que o autor (quem elaborou o texto) decida se as manterá ou não. Embora seja difícil delimitar exatamente os limites de uma intervenção, esses teóricos, entre outros, indicam o que é mais delicado fazer: alterar o estilo do autor, mudando radicalmente um texto de forma que este perca sua voz.

Mesmo que um texto não apresente erros gramaticais, sempre há o que mexer. Trabalhar com o texto, portanto, é expor caminhos preferenciais, evitando desvios. Assim, pensar a língua do ponto de vista discursivo, bem como tratar o texto como um objeto e como uma atividade discursiva, aumenta as possibilidades de refletir sobre o funcionamento da linguagem e entendê-lo. Muniz Jr. (2009, p.8-9) aponta que:

> [...] a intervenção textual (incluída, aí, a revisão) não é uma atividade puramente objetiva, na medida em que na e pela linguagem o indivíduo que a realiza se constitui como sujeito. Mesmo que não revele traços de singularidade ou de autoria, ele toma parte numa prática linguageira que é socialmente forjada. Por isso mesmo, não é possível dizer que ele atua simplesmente na esfera da língua: a intervenção desse sujeito, mesmo quando se reduz a meras correções ortográficas, ou mesmo quando ele não faz nenhuma alteração no texto, tem natureza discursiva.

Desse modo, admite-se que a intervenção é atividade discursiva ainda que o revisor não realize nenhuma intervenção no texto. Logo, se o texto é a manifestação dos discursos, ou a materialização das ideologias, o tratamento editorial de textos também é considerado uma prática discursiva.

Embora as intervenções nunca cessem, a tarefa de editar e tratar um texto (editá-lo, aperfeiçoá-lo e adequá-lo aos propósitos da obra) precisa terminar. Em outras palavras, o texto tem de ser finalizado para publicação ou qualquer que seja a finalidade. Salgado (2016, p.210) ainda afirma:

> [...] no caso dos profissionais que trabalham na textualização, eles não fazem apenas correções gramaticais; às vezes, não fazem nenhuma. Fazê-las é tarefa básica do revisor, embora a atividade seja um conjunto de movimentos que trata o texto para um fim específico. A dimensão de seu trabalho é discursiva, ou seja, em suas práticas de interlocução, *mexer no texto é mexer no discurso*.

Na mesma esteira, a autora ressalta que:

> [...] todo discurso manifesta-se textualmente, portanto as formas de textualizar estão diretamente condicionadas pelos lugares discursivos de onde se textualiza; mas esses textos são também condicionantes dos discursos, posto que deles advém a autorização para ocupar tais lugares – são como atestados materiais da legitimidade dessa ocupação. (SALGADO, 2017, p.20)

Medrado (2013 apud RODRIGUES, 2015, p.357) afirma que é preciso conceber a revisão de textos como uma *prática discursiva*, cujas intervenções realizadas na atividade envolvem "(re)construção, armazenamento, reprodução e circulação de *produtos* repletos de sentidos". Assim, a natureza discursiva da linguagem reflete diretamente na atividade de revisão, já que tal perspectiva assume o trabalho com o texto a partir de calibragens, ou seja, manobras, técnicas e estratégias.

Assim, "os suportes e os modos de circulação dos textos também condicionam as leituras" (SALGADO, 2007, p.129), e, consequentemente, as práticas de revisão, pois "a leitura das obras é sub-repticiamente atravessada pelas interpretações que dela foram feitas"

(MAINGUENEAU, 1996, p.37). É fundamental, então, levar em consideração o suporte no qual o texto será publicado, e, ainda, que é preciso revisar um texto de acordo com os critérios preestabelecidos, tornando-o apropriado ao contexto almejado.

Salgado (2007, p.16-17) destaca que o tratamento editorial de textos é necessário para:

> [...] garantir que as versões que afinal vão a público sejam consistentes, pois, mesmo que um texto destinado a publicação, como todo texto, por definição, não se feche nunca, sendo renovado a cada leitura, parece possível trabalhar para que certas leituras estejam mais autorizadas que outras, que certos caminhos textuais pareçam mais convidativos, que certas memórias tendam a se atualizar amarrando o texto a uma dada rede de dizeres, identificando-o.

Esse trabalho, no entanto, leva diversos nomes, e aí está o problema central da Revisão: a imprecisão terminológica. A dificuldade de entender e discorrer sobre a Revisão, como já mencionamos, consiste em uma não compreensão do conceito de texto, e, ainda, de língua, o que torna o domínio mais problemático.

Nessa perspectiva, destacamos que o domínio da Revisão é instável porque admite nomes e funções diferentes, principalmente nas editoras, em que a imprecisão da terminologia é ainda maior, tanto no nível lexical quanto no semântico. Isso acontece porque cada editora rege as maneiras de trabalho de seus profissionais de IT, fornecendo, muitas vezes, condições de trabalho pouco favoráveis.

Muniz Jr. (2010) ressalta que as editoras também lidam com as trocas de chefia e que a mudança da equipe editorial implica a forma como a editora lida com as funções do tratamento editorial, os manuais adotados, a concepção de revisão etc., tornando a imprecisão terminológica ainda maior.

Ao observar os principais manuais sobre revisão, Rodrigues (2015, p.2) atesta que:

> Embora tais citações façam parte de capítulos intitulados O que é revisão (MALTA, 2000) e Conceito de revisão (NETO, 2013), não vejo uma definição propriamente dita da atividade de revisão de textos, uma vez que os autores não a definem e sim prescrevem quais são as tarefas dos revisores. Tal prescrição está marcada linguisticamente, inclusive, pelo verbo ‘revisar’ no infinitivo.

A dificuldade de delimitação dos conceitos da área decorre do percurso sócio-histórico do domínio, de questões políticas que controlam as editoras e as diferentes formas de trabalho na indústria editorial. Sobre a instabilidade terminológica, Muniz Jr. (2010, p.21) destaca:

> É comum que se usem os termos revisão, preparação, copidesque, edição, edição de texto, refação... Do mesmo modo, podemos chamar de revisor, preparador, copidesque, editor ou editor de texto o profissional que presta esse serviço. Embora sejam aplicáveis ao dia a dia das editoras, esses termos correspondem a diferentes categorias semânticas nas diversas situações em que são empregados. Revisão e edição podem tanto designar a função específica de um sujeito na cadeia de produção quanto uma das tarefas às quais se dedica o trabalhador. Alguém que revisa pode, também, fazer as correções no computador e conversar com os autores, e isso pode ser ou pode não ser tido como parte do "revisar". Além disso, uma função ou tarefa recebe nomes diferentes nos diversos contextos de produção midiática: em alguns coletivos de trabalho, é chamado de revisão o que em outros corresponde a edição, copidesque, preparação, checagem etc.

Para Salgado (2016, p.172):

> Talvez *preparação de textos* pudesse referir tudo o que se faz para que um original vá a público, isto é, todos os ritos genéticos editoriais. Nesse caso, como uma expressão abarcante. *Revisão de textos* poderia referir especificamente a revisão de algo que, estando pronto (já foi preparado), pede ainda um olhar rigoroso, que garanta o que foi feito na preparação. Se assim mantivéssemos os usos desses dois termos, talvez se pudesse fixar *copidesque* para etapa em que mais se mexe na costura textual, nos meandros do enunciado e da enunciação.

A autora propõe a distinção dos termos e das funções no mercado editorial, a fim de guiar a discussão feita em seu livro. Entretanto, nem todos os pesquisadores da área buscam definir ou delimitar termos, e, por isso, às vezes surgem mais confusões quanto à denominação.

Segundo Clares (2013, p.49):

> Toda essa instabilidade contribui para a precarização do trabalho dos profissionais do texto, pois, mesmo que se entenda que sempre haverá variações e especificidades estabelecidas no cotidiano editorial, é importante que haja categorias de trabalho o mais bem-definidas possível para que, assim, as diferenças entre as práticas possam ficar mais visíveis e detalhadas, possibilitando a cada um desses profissionais (revisor, editor, preparador etc.) a manutenção de uma linearidade laboral que os distinga uns dos outros e defina suas condições de trabalho.

Uma saída para entender essa indefinição terminológica é observar a origem dos termos. No inglês, os conceitos também não são bem-delimitados e contribuem para a indefinição de Revisão. Clares (2017) pontua que o termo *Revisão de Textos* vem de *proofreading* ou *copydesk*, que, em geral, se referem à leitura ou à edição de provas para impressão. *Copydesk* é um termo oriundo do jornalismo que se refere tanto ao profissional de edição de provas quanto à etapa de leitura feita por ele.

Esse "caos terminológico" (MUNIZ JR., 2010, p.21) está relacionado com a complexidade do problema e as transformações em curso no mundo do trabalho editorial. Isso se justifica pelas mudanças estruturais do mercado, que acontecem quando empresas juntam seus interesses financeiros e administrativos. De acordo com Muniz Jr. (2010, p.78) "os processos de compra, fusão, aquisição, troca de controle acionário e internacionalização adquirem perfis distintos nos diversos casos citados, e estão em constante transformação".

Em sua pesquisa de mestrado, Yamazaki (2009, p.83) afirma que "o campo da edição de texto é frágil e informe, pois nem ao menos a terminologia foi estabelecida e está definida", o que se dá, muitas vezes, porque o processo varia em aspectos como a editora, o autor, o orçamento e o prazo de publicação. Contudo, a autora afirma que isso não é um problema: "a multiplicidade de nomes não constitui um problema em si, mas revela um problema quando evidencia que não se estabeleceram definições claras para nenhum deles" (YAMAZAKI, 2009, p.84).

Nem mesmo as principais obras de referência da Editoração[20], como *A construção do livro*, de Emmanuel Araújo (1986), e *Elementos de bibliologia*, de Antônio Houaiss (1967), entraram em um consenso sobre a terminologia da edição. Por conta disso, "a maior parte das definições ensaiadas na bibliografia brasileira parece fundamentar-se na experiência empírica do autor, o que em alguns casos fica muito próximo do palpite e da opinião" (YAMAZAKI, 2009, p.84).

Muitas vezes, é necessário adotar parte da bibliografia da Editoração para se aprofundar na Revisão, apesar de esta não ser vasta, "em especial se considerarmos apenas a produção brasileira voltada para as questões específicas do texto" (YAMAZAKI, 2007, p.3-4). Vemos, portanto, que o cenário da Revisão em relação à bibliografia é bastante semelhante ao da Editoração. É preciso "beber de outras fontes", estudando outras áreas de conhecimento que complementam os estudos de edição, já que os textos podem esclarecer o funcionamento das práticas editoriais, da atividade de revisão e mesmo a profissão do revisor.

De acordo com Rodrigues (2015), encontrar uma obra sobre a Revisão de textos é uma tarefa bastante difícil. Apesar de a profissionalização da área, por meio da criação de cursos de bacharelado e de pós-graduação, promover o surgimento de diversos trabalhos para investigar e disseminar o domínio, sua produção ainda é escassa quantitativamente, sobretudo quando nos referimos à instabilidade terminológica. Há poucos textos que registram o conhecimento das etapas editoriais, e até mesmo nenhum quando pensamos em trabalhos que tentaram solucionar

[20] O termo *Editoração* é entendido aqui como sinônimo de *Edição de textos*.

a questão da denominação, por isso a Revisão pode ser considerada uma história em construção e uma área correlacionada com todos os outros processos editoriais.

A Revisão de Textos é um domínio demarcado por técnicas, procedimentos e processos. Como tudo ainda está por fazer em termos de Terminologia e muitas informações ainda estão incompletas, fica difícil explicar como funciona e/ou como deveria funcionar. São vários os tipos de revisão, e, embora eles apresentem características diferentes, nem sempre acontecem sozinhos. Por exemplo: há revisão de tese, de dissertação, de artigo, de livro etc., mas não há um parâmetro diferente para revisar cada tipo de suporte, apesar de cada tipo de texto ter suas particularidades e marcas específicas.

Assim sendo, revisar não é só uma tarefa de corrigir (de catar erros), como lembra Muniz Jr. (2009), ajustando os possíveis ruídos de um texto. De uma perspectiva dialógica, o trabalho do revisor e dos demais profissionais do texto:

> Passa por considerar a dupla orientação de seu discurso para o que vem antes e depois. O "antes" são os discursos normativos que, em sua atividade, o trabalhador incorpora ou rejeita. Nesse espectro incluem-se não apenas os manuais, as normas da empresa, as determinações dos estratos superiores, mas também a formação desses sujeitos e os demais discursos aos quais estão ou estiveram expostos. O "depois" compreende os interlocutores reais ou imaginários de seu dizer: não apenas os leitores finais do livro, mas também os colegas de trabalho e o autor que terão acesso às suas emendas. (MUNIZ JR., 2010, p.113)

Nos dias de hoje, ainda permanece o imaginário do revisor como aquele profissional que "caça" erros nos textos. Entretanto, sua atuação consiste em intervir no texto do outro de maneira coletiva para propor ajustes e sugestões de uma perspectiva discursiva da língua, e não normativa. Nesse sentido, é necessário desconstruir o imaginário do revisor como o profissional que destrói o texto do autor, construindo sua imagem de coenunciador editorial (SALGADO, 2007).

A partir dessa concepção da atividade, e, então, de língua e de texto, não é possível corrigir, por exemplo, *atensão* e deixar um trecho incoerente ou sem coesão – a questão é que não basta corrigir, pois a revisão vai além de aspectos gramaticais. O processo é um caminho, que é discursivo, e todas as etapas de Revisão, bem como os processos de edição, são inter-relacionados.

Em virtude da existência de diferentes etapas de tratamento editorial de textos e do diálogo entre autor e revisor, entende-se a revisão de textos como um processo, e não como uma fase final. No entanto, muitos têm uma visão estereotipada da revisão como processo

finalizador e “acreditam que a revisão interventiva atenda a todos os casos de revisão e que os códigos de marcação seriam suficientes” (RUGONI, 2015, p.37).

Vale dizer que, dado que a língua, pelo seu caráter fluido, é a todo momento ressignificada, a revisão é uma atividade necessariamente em conjunto entre autor e revisor, a fim de que “interferências de leitura não alterem um efeito de sentido entendido como preferencial pelo projeto do autor, tanto de aspectos da língua como do próprio discurso (RUGONI, 2015, p.37).

A partir das discussões que levantamos até aqui, nota-se a necessidade de sistematizar e estruturar o domínio da Revisão de Textos, haja vista que o problema terminológico prejudica seu reconhecimento como domínio, e, consequentemente, interfere nas condições de trabalho do revisor. Salientamos que este trabalho é considerado pioneiro na área, visto que não há até o momento estudos terminológicos e terminográficos direcionados a esse domínio, e ainda que ele não tem a pretensão de se impor como definitivo, tampouco como proposta única para solucionar a problemática.

Considerando a ideia de Yamazaki (2009) de que é possível e necessário estabelecer definições para o domínio, fazemos, na terceira seção deste trabalho, uma proposta metodológica a partir dos estudos em Terminologia para executarmos tarefas de elaboração de *corpus*, extração de candidatos a termos da Revisão, estruturação do domínio em campos nocionais e, por fim, elaboração de definições terminológicas, e, consequentemente, de um glossário.

Sabemos que o caminho não é normatizar o domínio nem estabelecer padrões de definição. Evidenciamos, portanto, que é indispensável levar em consideração as práticas editoriais, que englobam as particularidades de cada editora/instituição, os tipos de textos e gêneros textuais, o público-alvo, os contextos de uso, entre outros elementos.

2.2 REVISÃO DE TEXTOS NO BRASIL: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO REVISOR

A discussão sobre o profissional do texto é pouco frequente, haja vista que são escassos os trabalhos sobre ele. Gomes (1988) descreveu o contexto brasileiro a respeito do trabalho do revisor, bem como o aviltamento da sua profissão no setor editorial, contexto este bastante parecido com o de países como a Espanha, conforme retratado por Bueno (2005).

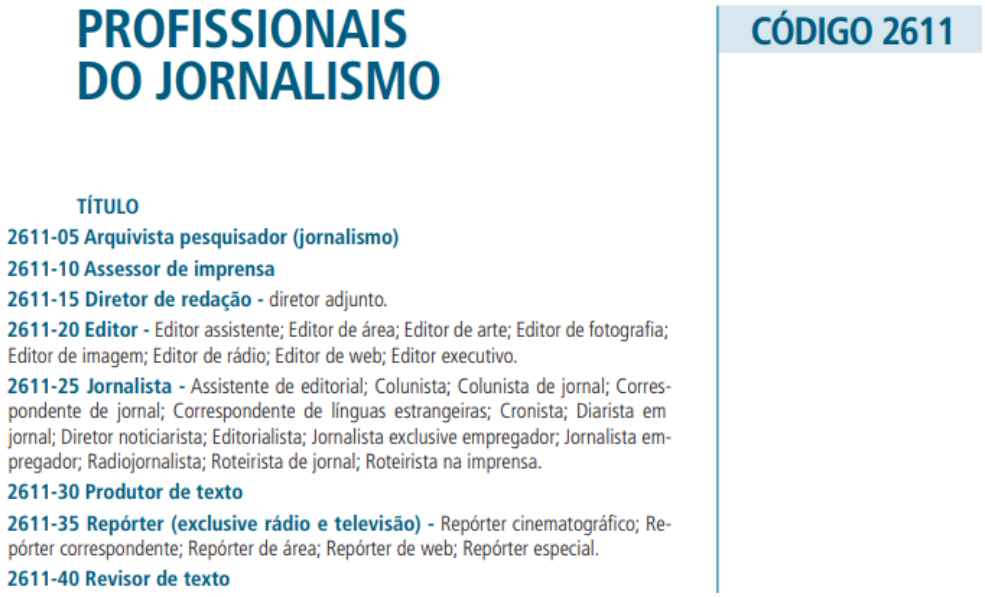
O revisor de textos é, ainda, um profissional não reconhecido pela sua função. Na realidade, ele é sobrecarregado de tarefas, que, na maioria das vezes, não se encaixam na carga horária ou na função contratada, desvalorizando-o social e financeiramente. Além disso, no Brasil, a profissão não é regulamentada pelo extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),

o que significa que a atividade do revisor não se encontra na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (BRASIL, 2010, p.4), documento:

> normalizador do reconhecimento (no sentido classificatório), da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.

Na Figura 2, exibimos as profissões consideradas da família *profissionais do jornalismo*, na qual o revisor de texto está classificado:

Figura 2 – Profissionais do jornalismo

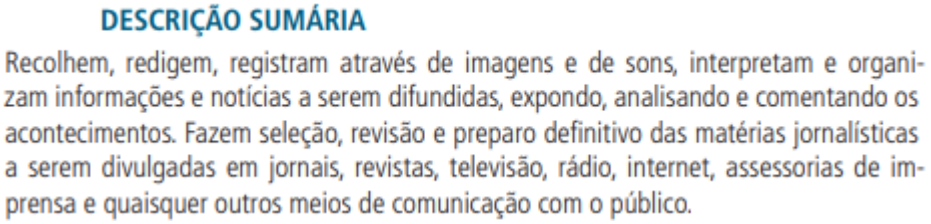


Fonte: Brasil (2010, p.377).

Nota-se que os termos *produtor de texto* e *revisor de texto*, embora apareçam na classificação, não apresentam definição. Por conta disso, a atividade do revisor parece inferior às outras, esquecida e desvalorizada, além de estar restrita à família dos profissionais do jornalismo, excluindo sua atuação no mercado editorial.

Nas Figuras 3 e 4, temos a descrição sumária referente a essa família e a área de formação e experiência exigida:

Figura 3 – Descrição sumária



DESCRIÇÃO SUMÁRIA

Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público.

Fonte: Brasil (2010, p.377).

Figura 4 – Formação e experiência

FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA

O exercício dessas ocupações requer formação em jornalismo.

Fonte: Brasil (2010, p.377).

É interessante observar que a família que abarca o revisor de textos restringe, de certa forma, a atuação do profissional e sua formação. Dizer que "o exercício dessas ocupações *requer* formação em jornalismo" (BRASIL, 2010, grifo nosso) é desconsiderar a maioria dos profissionais que tiveram uma formação diferente dessa, registrando ainda que a atividade de revisão está ligada somente aos meios jornalísticos.

Clares (2013, p.11) faz algumas observações em relação à situação do revisor na CBO. De acordo com a autora:

> [...] vale dizer que, apesar de revisor aparecer na família dos profissionais do jornalismo (código 2611) na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/saibaMais.jsf), esse é um termo que varia muito de acordo com a fase, o processo ou a casa editora, além de, por vezes, abrigar diversos outros profissionais mediadores da leitura (o que na prática geralmente resulta em certo acúmulo de funções sobre esse profissional, que, segundo Muniz Jr. (2010, p.272), "converte-se em um trabalhador flexível, multitarefas").

Nesse cenário, é perceptível que os profissionais da Revisão de Textos não têm a formação que deveriam ter no Brasil. Rugoni (2015), por exemplo, relata a situação do revisor em uma pesquisa de Bessa (2014) realizada em um município do Rio de Janeiro: dos revisores entrevistados, 56,4% têm formação em Letras e 40,4% em Comunicação Social, enquanto apenas um quarto deles tiveram alguma disciplina relacionado com a área, o que indica que a maior parte dos revisores não é formada na profissão requerida pela CBO.

Graças à demanda por cursos de Revisão e à necessidade de capacitar profissionais do texto, houve um crescimento significativo na oferta de cursos, palestras, eventos etc., embora

estes ainda configurem um número relativamente pequeno. Alguns desses cursos recentes são a graduação em Letras – Tecnologia da Edição do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), a graduação em Produção Editorial da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), a especialização em Revisão de Textos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), a especialização em Revisão de Texto do Centro Universitário de Brasília, a especialização na Formação de revisores de textos da Entrepalavras (Revista de Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará – UFC) e a graduação em Linguística e Comunicação Social.

O *site Revisão para quê?* lista alguns dos cursos sugeridos pelos seus leitores, conforme sistematizado no Quadro 6:

Quadro 6 – Cursos de formação em Revisão de Textos

Pós-Graduação EaD em Revisão Prática de Texto – Faculdade Unyleva (EaD)
Capacitação para Revisores de Traduções – PUC Rio (Rio de janeiro)
Especialização em Revisão de Textos – PUC Minas IEC (Belo Horizonte)
Pós-Graduação em Revisão de Texto – UniCeub (Brasília)
Pós-Graduação *lato sensu* em Revisão e Avaliação de Textos – Faccat (Rio Grande do Sul)
Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Textos – Ufpel (Pelotas)
Pós-Graduação em Produção e Revisão Textual – FAE (Curitiba)

Fonte: adaptado de Machado (2013).

Vale pontuar que boa parte dos cursos ofertados na área, principalmente daqueles disponíveis *on-line*, atende, sobretudo, à perspectiva normativa da língua, em virtude do olhar distorcido da Revisão e, consequentemente, da idealização de uma norma padrão. Isso também acontece em materiais instrucionais de Revisão – geralmente manuais sobre regras e etapas –, que, apesar de serem muitos, muitas vezes recusam as possibilidades do uso real de uma língua e ditam regras predeterminadas e ancoradas apenas na gramática normativa.

Também há materiais e cursos de boa qualidade, porém com pouca ou quase nenhuma divulgação e discussão do conhecimento de especialistas e pesquisadores da área. Pelo que observamos, a maior parte dos cursos disponíveis destaca a importância do livro, sua produção

e circulação, e existem, por exemplo, videoaulas no *YouTube*[21], cursos de extensão, manuais de redação e revisão que frisam os aspectos necessários para a construção de um livro.

Alguns manuais tradicionais, cuja percepção é de revisão como etapa, são o de Pinto (1993), *O livro: manual de preparação e revisão*, o de Saatkamp (1996), *Preparação & revisão de originais*, o de Malta (2000), *O que é revisão*, e o de Coelho Neto (2013), *Conceito de revisão*. No que se refere a publicações periódicas, existe a revista Cadernos CESPUC de Pesquisa, criada em 2015 para contemplar trabalhos de discentes do Programa de Pós-Graduação em Letras e da especialização em Revisão de textos da PUC Minas.

Destacamos que os cursos da Universidade do Livro (Unil), da Fundação Editora Unesp, são importantíssimos para a consolidação do domínio. Trata-se de cursos de gramática para preparadores e revisores, confecção de livros, marcações de revisão, produção editorial, entre outros que descrevem o processo editorial de textos a partir das práticas editoriais, ou seja, dos usos. Segundo Rugoni (2015, p.14):

> No Brasil, observamos que nos últimos dez anos tornou-se frequente a implantação de cursos de pós-graduação, cursos de curta duração, fóruns e debates sobre a atividade revisão de textos, o que contribui, talvez, para a reformulação do imaginário preponderante sobre o ofício de *leitor profissional* e, consequentemente, dos modos de trabalho.

Assim como os cursos, os eventos acadêmicos da área também são muito importantes. Contamos, hoje, com três edições do Fórum Nacional sobre a Formação e a Atuação Profissional do Revisor de Textos, espaço que compartilha experiências entre profissionais do mercado, estudiosos das universidades e estudantes em formação. É nesse evento que se manifestam as diferentes maneiras de fazer revisão e, então, os diferentes olhares para a atuação e a formação do revisor de textos.

O Fórum do revisor nasceu para refletir sobre a atividade de revisão e o revisor, uma vez que é necessário dialogar sobre as inquietações do domínio e dar espaço a pesquisadores, estudantes, especialistas, profissionais e leigos para expressarem suas opiniões e mostrarem o que estão fazendo. Dessa forma, o evento funciona como um bate-papo que movimenta diferentes espaços (universidades, editoras e outras instituições), trocando dizeres e saberes para um mesmo fim: o reconhecimento, a valorização e a regulamentação profissional dos ofícios editoriais.

---

[21] Como as dos canais de Rafaela Mafioletti (Revisão de Texto – Ana Paula, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=rongGsuOUCk) e de Gleice Couto ([Bate-papo] Profissão: Revisor de Texto, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=wLFm4m78Uus).

Há, ainda, 14 edições do Fórum de Editoração, organizado pelos alunos do Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). O evento também foi criado para discutir a área editorial, abrindo espaço para debates entre profissionais, pesquisadores e estudantes.

Além dos cursos, eventos e publicações da área, enfatizamos o posicionamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no que tange à liberação de reserva técnica para serviços editoriais. A agência autoriza o uso de recursos apenas para pagamento de tradução, registrando que não são financiados trabalhos de revisão de textos.

A imposição dessa norma indica que o revisor pode ser dispensável, na medida em que se entende que qualquer pesquisador falante da língua portuguesa é capaz de revisar o seu próprio texto. No entanto, ele é "quem permite um distanciamento do autor de seu texto, propondo manobras que auxiliem o estabelecimento de uma versão consistente do texto que vai a público" (RUGONI, 2015, p.33).

Um passo muito importante na Revisão foi dado em 2011, quando professores e alunos da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) criaram a Associação Brasileira de Revisores de Textos (ABRT), proposta com o intuito de reunir a categoria dos revisores, fortalecendo-a e buscando reconhecimento e prestígio no mercado de trabalho. Infelizmente, em 2018, não foi possível dar continuidade à ABRT, devido a questões resultantes da situação política do Brasil que afetou a educação e a pesquisa, provocando cortes no financiamento dos setores públicos de ensino[22].

Dada a necessidade de um órgão como esse para o domínio da Revisão, Lemos (2014, p.150-151) destaca:

> a criação de um sindicato e/ou associação de revisores de texto seria relevante, pois, possivelmente, daria subsídios para a expansão e a valorização da profissão, aumentando as chances de implementação de leis que regulamentem o exercício da profissão, de acordo com as competências que o mercado impõe.

Outra questão a ser discutida é a remuneração do revisor de textos. Observamos que, em 2014, esse profissional não tinha uma descrição específica no Portal do Empreendedor[23]. Para se tornar um Microempreendedor Individual (MEI), o indivíduo recebe um registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), se legaliza como empresário, desenvolve

[22] Segundo informações de especialistas da área, como a associação sofreu as consequências desse período, passa, por ora, por um momento de reestruturação e readequação das diretrizes que guiam seu estatuto.
[23] Disponível em: http://www.portaldoempreendedor.gov.br/. Acesso em: 18 abr. 2019.

atividade profissional de forma independente, pode emitir notas fiscais, realizar empréstimos, abrir conta bancária jurídica e ser contratado com o piso da categoria.

De acordo com Rugoni (2015, p.83-84):

> muitos revisores de textos têm optado por se tornar um MEI, uma vez que as empresas no mercado editorial frequentemente preferem a terceirização de profissionais do texto e que, necessariamente, emitam nota fiscal, devido, muitas vezes, ao valor mais barato desses profissionais.

Entretanto, como os revisores não têm uma categoria específica e estão relacionados aos jornalistas e editores, muitos incluem suas atividades em Edição de Livros, embora o termo ainda cause confusão. Admite-se, pelo menos, que as atividades do editor de livros e revistas incluem redação, edição e revisão. Como uma categoria não regulamentada nem reconhecida, o revisor não tem piso salarial definido, bem como parâmetros de atuação a serem seguidos.

Devido à precarização do trabalho do revisor, o profissional que se dispõe a executar tarefas com o preço mais reduzido possível, independentemente da qualidade, consegue a maior quantidade de trabalho no mercado (MUNIZ JR., 2010). Dessa perspectiva, não se trata de garantir um trabalho de qualidade, pois, de fato, tempo é dinheiro.

Levando em consideração as intervenções textuais realizadas por um revisor, são levantadas questões acerca da sua classificação como autor ou coautor. A partir da concepção de que ele tem o poder de arruinar um texto ou de transformá-lo completamente (CHARTIER, 1998), entende-se, todavia, que trabalha para que este fique “bom” no sentido de seguir os “critérios da legibilidade (da linguística, ou seja, a clareza, a compreensibilidade) e daqueles que dizem respeito ao “mercado” (RIBEIRO, 2016, p.18).

É na relação revisor-autor que as alterações são feitas da maneira mais adequada para a situação pretendida, pois “[...] um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado” (CHARTIER, 1998, p.11), e é o revisor que dispõe tanto da figura de autor quanto da de leitor. Logo, uma IT é dialógica, constituída pela relação de eu-outro(s), isto é, pela relação do social (MUNIZ JR., 2010).

O trabalho editorial mostra ao autor novas possibilidades de textualização, mas é responsabilidade dele aceitar ou não as sugestões e modificações feitas pelo editor/preparador/revisor. Cabe a eles decidirem, juntos, uma versão final do texto.

Nesse sentido, quem é o revisor? Segundo Yamazaki (2007, p.7):

> Esse profissional age como um facilitador na tensão entre o significado intencional e o significado recebido e tem que reduzir essa tensão ao máximo para que o significado possa ser transmitido da forma mais eficaz possível. Portanto, pode-se dizer que o editor busca criar condições mais favoráveis para o esquema comunicativo. Sem a interferência do editor de texto, a compreensão da mensagem pode ficar comprometida.

Para designar o ofício de revisor, diferentes autores se referem a ele, geralmente, como editor de texto, interventor textual, profissional do texto, preparador, entre outros. Sem uma denominação que demarque o domínio, os profissionais do texto permanecem sendo desconhecidos como profissionais, e, por isso, desvalorizados.

Ainda que o revisor seja considerado por muitos autores um coautor ou leitor profissional do texto, não cabe a ele definir a versão que será publicada. Os profissionais do texto são, na verdade, responsáveis por sugerir mudanças no material a ser publicado e manter o diálogo com o autor, isto é, uma melhor explicitação da interlocução.

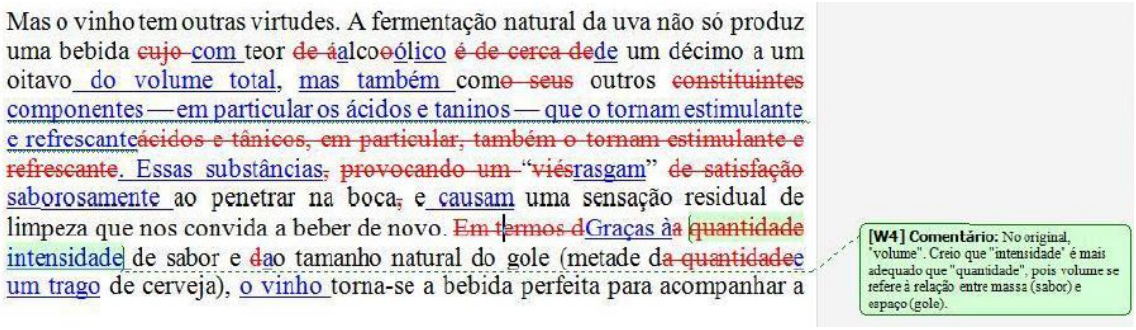
O revisor de textos elabora argumentos, produz e reproduz ideologias e discursos por meio dos textos, cujas vozes se misturam entre a do autor, a do revisor e a do leitor. Para explicitar o funcionamento desse trabalho, trazemos nas Figuras 5, 6 e 7 exemplos de textos revisados (ou preparados, ou copidescados), que mostram novas textualizações, sugestões e/ou adequações considerando o propósito da obra e seu público-alvo[24].

O primeiro exemplo foi retirado do artigo *A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos*, de Muniz Jr. (2009, p.10), que pontua que o fragmento é

> [...] da edição de um livro sobre vinhos, traduzido do inglês. O trabalho de preparação foi feito no programa de edição de textos Microsoft Word; os trechos em azul/sublinhados representam as inserções, enquanto os trechos em vermelho/tachados indicam as exclusões. Ao lado, um comentário feito ao superior que coordena o trabalho desse preparador.

[24] Nos títulos desses exemplos, verifica-se o uso do termo *edição*. Optamos por ele como forma de padronizar os títulos, uma vez que preparação, copidesque e revisão compõem os processos de edição de textos, os quais detalharemos na terceira seção deste trabalho (Métodos e resultados).

Figura 5 – Exemplo I: edição de um excerto sobre vinhos



Fonte: Muniz Jr. (2009, p.10).

Nesse exemplo, percebemos que o trecho está poluído com as marcações de revisão do *Word,* o que nos remete às desvantagens das tecnologias. Podemos ver também que algumas modificações dizem respeito à fluidez do texto, de forma que algumas estruturas e escolhas lexicais tornam-se mais adequadas que outras. Em outras palavras, tornar o texto mais fluente (MUNIZ JR., 2009, p.11) inclui corrigir aspectos coesivos do texto, aperfeiçoando o uso dos conectivos.

Importante destacar também o diálogo entre os profissionais do texto mediante o recurso de comentário do *Word*. Nessa conversa, há justificativa de uma intervenção categórica no texto, assumindo um lugar de especialista da linguagem para propor tais modificações.

O segundo exemplo foi retirado da tese de Salgado (2007, p.161-162) e é o

> [...] sétimo parágrafo de um texto de aproximadamente 3 laudas (de 1.200 caracteres), versando sobre a importância do acesso à informação, nos termos mais correntes dos atuais estudos em Administração de Empresas. Destinado a uma revista de circulação universitária, foi escrito por um autor frequentemente chamado a publicar artigos de divulgação e que, com a mesma frequência, submete seus trabalhos a tratamento editorial. O documento eletrônico original tem cores diferentes para as alterações propostas na malha textual (cor de laranja) e as questões pendentes (azul). Aqui, por razões técnicas, todas as manobras de edição do texto serão apresentadas em negrito, e valem as práticas gerais comentadas nos Exemplos I e II (sobre as manobras que não têm nota específica – ortografia, acentuação, digitação etc.).

Figura 6 – Exemplo II: edição de um excerto sobre Administração de Empresas

original

O processo de formação da cidadania também é o crescente acesso das pessoas ao mundo da informação. Ainda que a Internet seja restrita aproximadamente a 23 milhões de pessoas, com a fusão da TV ao computador esse cenário pode mudar radicalmente.

nova textualização

Um outro elemento do processo de formação da cidadani**a que merece relevo** é o crescente acesso **do cidadão comum à informação**. Ainda qu**e, no Brasil, a navegação na** Internet **esteja** restrita **a** aproximadamente **23 milhões**[4] de pessoas, com a fusão da TV ao computador esse cenário pode mudar radicalmente.

Fonte: Salgado (2007, p.162).

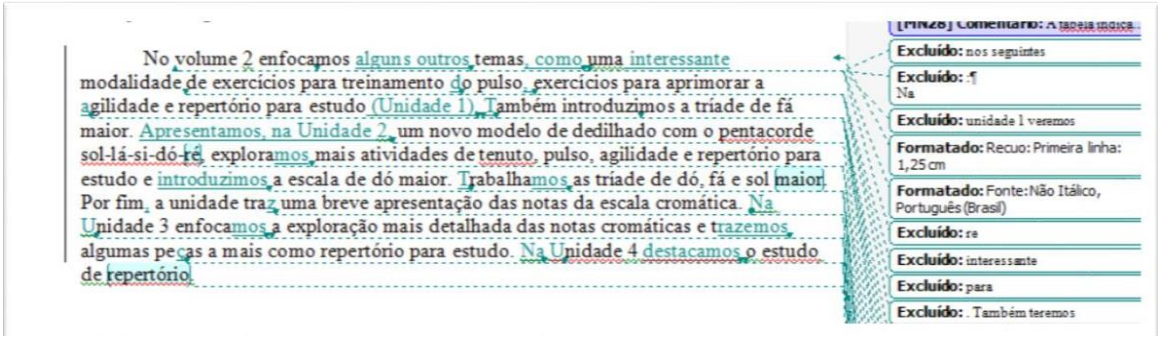
O texto da nota de rodapé em 23 milhões é (SALGADO, 2007, p.162):

> [...] A forma e o conteúdo... 23 *milhões*, apesar do que vc quer dizer, provoca, no curso da leitura, o efeito de "nossa, quanta gente!". Sugiro que vc transforme esse dado em porcentagem – vai ficar mais adequado ao tom do que vc está dizendo – chocante, do ponto de vista social – e terá maior organicidade em relação à porcentagem que vc cursou na seqüência.

Além das frases reformuladas e reordenadas, houve uma importante intervenção do revisor no registro dos dados "23 milhões". O revisor dialoga com o autor por meio de uma nota de rodapé e sugere que esse número seja modificado para percentual, isso porque a representação do numeral é importante para que a mensagem tenha o efeito de sentido mais adequado ao propósito do texto. A forma inicial de apresentar os dados não produz um efeito de sentido de "tom chocante supostamente pretendido pelo autor (cf. SALGADO, 2007, p.163). Por isso, esse efeito é reformulado na nova textualização – *13% da população brasileira que tem acesso à navegação* -, tornando a informação adequada ao projeto do autor (diferenciar o acesso da Internet ao acesso à navegação).

O terceiro e último exemplo é da dissertação de Rugoni (2015) e foi retirado de um livro de EaD em processo editorial. O excerto destaca o uso da ferramenta de comentários do *Word*, editor de texto bastante utilizado nos trabalhos de revisão.

Figura 7 – Exemplo III: edição de um excerto de livro de EaD da SEaD-UFSCar



Fonte: Rugoni (2015, p.34).

Na tentativa de auxiliar o trabalho do revisor, ferramentas como o *Word* podem complicam o diálogo com o autor, haja vista que as intervenções no texto feitas pelo profissional do texto, embora destacadas em colorido para ajudar na leitura, causam uma certa confusão nas partes que foram realmente modificadas, dificultando a leitura do texto. Por outro lado, o autor consegue visualizar alterações de pontuação, vírgula, inserção de palavras ou a exclusão de estruturas inadequadas etc. Como demonstrado na imagem acima, todas as "mexidas" do revisor ficam disponíveis para que o autor concorde ou não com as modificações no texto.

A partir dos dados apresentados, reiteramos que a discussão sobre a formação e a atuação do revisor de textos é bastante complexa. Não há um curso obrigatório para quem quer ser revisor, nem cursos considerados melhores que outros, certos ou errados, sendo diversos os caminhos que um profissional pode percorrer – muitos não mencionados neste trabalho.

Como discutimos até aqui, a atividade do revisor é pouco conhecida, e, por vezes, desvalorizada. Nesse sentido, não há como definir um "bom" revisor sem pensar no conceito de texto e de revisão de textos: ele precisa, portanto, ser capaz de adaptar um texto de acordo com o contexto histórico-social, se valendo de dimensões do discurso e do meio de circulação adequado.

Em relação aos processos de edição, percebemos que o número de pesquisas ainda é pequeno, embora o interesse pela atual situação da atividade de revisão e das condições de trabalho do revisor esteja crescendo. Conforme afirma Yamazaki (2009, p.65), "todos [os pesquisadores] parecem compartilhar uma característica que parece ter motivado suas pesquisas: viveram ou vivem a experiência da edição, na prática". Na medida em que percebem a imprecisão terminológica no mercado editorial, os profissionais e/ou pesquisadores sentem a necessidade de uma sistematização do domínio, pois "esse cenário de confusão de

denominações e a falta de definição para cada tarefa editorial decerto colaboram para aviltar o trabalho do editor de texto"[25] (YAMAZAKI, 2009, p.87).

É notável, então, que o domínio da Revisão de Textos precisa de uma reestruturação. Por isso, buscamos colaborar para a valorização do profissional do texto, ou pelo menos para a minimização das consequências da atual situação dos estudos em edição, conscientes de que esta pesquisa pode contribuir para a Revisão de Textos, expondo novos olhares para as inquietações recorrentes.

Destacamos, por fim, que este é um caminho possível para a principal problemática da área – a instabilidade terminológica –, guiado por uma visão terminológica e sem a pretensão de encerrar as discussões. À luz da perspectiva teórico-metodológica da Teoria Comunicativa da Terminologia, propomos uma reflexão sobre o domínio e a elaboração de um glossário da Revisão de Textos.

Feitas as observações sobre o percurso histórico do domínio, suas principais problemáticas, a formação e a atuação do revisor de textos, explicitemos a metodologia do trabalho, nossos dados e resultados.

[25] Yamazaki (2009) considera *editor de texto* o mediador, o editor, o preparador e o revisor. No nosso trabalho, o termo se refere aos profissionais do texto.

[...] um corpus é uma coisa notável, não tanto porque é uma coleção de texto da linguagem, mas por conta das propriedades que adquire se é bem projetado e construído cuidadosamente.
(SINCLAIR, 2005 apud GATTO, 2008, p.8)[26]

3. MÉTODOS E RESULTADOS

Nesta seção, explanamos a metodologia do trabalho, apresentando as etapas e as tarefas realizadas, bem como as ferramentas computacionais que as auxiliaram. Para isso, propomos subdividi-la em seis tópicos: 3.1. Compilação e tratamento do *corpus*: seleção, conversão e limpeza; 3.2. Termos: extração e seleção; 3.3. Elaboração da estrutura conceitual; 3.4. Base definicional; 3.5. Ficha terminológica; e 3.6. Redação das definições e análises.

Assim, descrevemos aqui tanto os métodos e os resultados quanto suas análises, que, concomitantemente à apresentação das etapas, se mostraram necessárias na medida em que todas as tarefas terminológicas geraram dados/resultados importantes para alcançar o objetivo da pesquisa – a elaboração das definições terminológicas (DTs).

Ressaltamos que a metodologia semiautomática adotada se refere à divisão das tarefas em humana (manual) e automática (por meio de ferramentas computacionais específicas), e que a junção de ambas possibilita resultados mais eficazes, uma vez que fazer Terminologia na era da Informática significa criar um conjunto de procedimentos automatizados ou semiautomatizados que deem suporte às tarefas do trabalho terminológico (ALMEIDA; OLIVEIRA; ALUÍSIO, 2006).

Destacamos novamente que a tarefa terminológica/terminográfica foi amparada por uma especialista da área em questão, reconhecida sua importância na validação das etapas terminológicas e ainda das nossas análises. Essa atuação conjunta visa, por exemplo, tornar a pesquisa ainda mais eficiente.

Também lembramos que os resultados suscitam análises diferentes, possibilitando uma gama de reflexões teóricas e metodológicas. Para embasar nosso trabalho, mobilizamos a metodologia proposta por Almeida (2006), seguindo as etapas de delimitação do domínio, seleção das fontes, nomeação dos arquivos, compilação dos textos, conversão de formatos e limpeza de textos[27].

Vejamos, então, os resultados e as discussões que esclarecem a pesquisa.

---

[26] "[…] a corpus is a remarkable thing, not so much because it is a collection of language text, but because of the properties that it acquires if it is well-designed and carefully-constructed." (SINCLAIR, 2005 apud GATTO, 2008, p. 8).

[27] Nesta pesquisa, não foi necessária a atividade de anotação de *corpus*, que exige fragmentar uma parte do texto e adicionar uma etiqueta a ela (uma informação morfossintática), compreendendo a "marcação de dados externos e internos dos textos" (ALUÍSIO; ALMEIDA, 2006, p.161).

3.1 COMPILAÇÃO E TRATAMENTO DO *CORPUS*: SELEÇÃO, CONVERSÃO E LIMPEZA

De acordo com Berber Sardinha (2004, p.17), *corpus* é "uma coletânea de porções de linguagem que são selecionadas e organizadas de acordo com critérios linguísticos explícitos, a fim de serem usadas como uma amostra da linguagem". Portanto, delimitamos como *corpus* qualquer tipo de material, oral ou escrito, que se encaixe em determinados critérios preestabelecidos pelo pesquisador e que atenda às necessidades da pesquisa.

Para guiar a metodologia do trabalho, sobretudo a compilação e o tratamento do *corpus*, nos baseamos na perspectiva da Linguística de Corpus, que, segundo Berber Sardinha (2000, p.325, grifo nosso),

> [...] ocupa-se da coleta e exploração de *corpora*, ou conjunto de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador.

O *corpus* deste trabalho foi compilado a partir de fontes da *World Wide Web* (*Web*), ou seja, contém textos escritos em português brasileiro[28] retirados da internet. Para Berber Sardinha (2003, p.195), a *Web* é "uma coleção de arquivos de computador em rede, que faz parte da Internet", e as vantagens de um *corpus* coletado a partir dela são o acesso a uma grande coletânea de materiais já em formato eletrônico, sua condição renovável e gratuita, a possibilidade de acesso de qualquer suporte e o fácil armazenamento.

Com base nas ideias de autores renomados da área, como Berber Sardinha (2000), Biber (1993), Biber, Conrad e Reppen (1998), Kennedy (1998), Renouf (1998) e Sinclair (2005), Aluísio e Almeida (2006) argumentam que um projeto de *corpus* computadorizado deve se atentar para alguns fatores, a saber: autenticidade, representatividade, balanceamento, amostragem, diversidade e tamanho. Em síntese, os textos escolhidos devem ser autênticos (escritos em linguagem natural), representativos da língua ou variedade linguística (expressando todas as características necessárias do projeto) e balanceados (com equilíbrio de gêneros), apresentando uma amostragem suficiente da língua analisada e requerendo também uma diversidade (encontrada nos diversos gêneros de textos), com possibilidade de variação de tamanho, a depender do tipo de pesquisa.

Dados os objetivos do trabalho, o tempo de pesquisa e as vantagens apresentadas, consideramos plausível buscar as fontes na *Web*, também porque o domínio de especialidade

[28] Produzidos no Brasil e escritos em variante padrão da língua portuguesa do país.

não tem um *corpus* compilado, já que a maioria das obras relacionadas ao tema não são específicas da Revisão – como já pontuamos, são poucos os textos interessados em tratar diretamente o domínio e suas problemáticas, os quais constituem pesquisas bastante recentes.

Dessa forma, definimos como critérios para a seleção dos textos e dos termos deste trabalho (i) a indicação de palavras-chave (termos)[29] por parte dos especialistas para buscar referências, (ii) a indicação de termos por parte de professores e pesquisadores em eventos acadêmicos, disciplinas e cursos e (iii) a intuição da terminóloga para seleção e compilação do *corpus*, bem como dos termos[30] que seriam definidos.

No Quadro 7, exibimos as fontes que integram os textos do *corpus* da Revisão de Textos, denominado *ReTex*:

Quadro 7 – Fontes do *corpus* ReTex

Blogs de Revisão	Bibliografias de cursos de Revisão	Periódicos	*Site* da especialista
Grupos de revisores no *Facebook*	Bibliografias de cursos de Editoração	*WebCorp*	Wikipédia
Acervos de bibliotecas universitárias	Teses e dissertações	I, II e III Fórum Nacional sobre a Formação e a Atuação Profissional do Revisor de Textos	Fontes diversas[31]

Fonte: adaptado de Balestero (2018).

Trata-se de textos retirados de *sites* da área, entre eles, o da especialista da pesquisa[32], das três edições do Fórum Nacional sobre a Formação e a Atuação Profissional do Revisor de Textos, de trabalhos acadêmicos (artigos, teses e dissertações), de periódicos científicos com números especiais sobre revisão, de acervos de bibliotecas de universidades que oferecem cursos de edição de textos, da bibliografia de cursos e disciplinas da área, e outras diversas

[29] Em outras partes, foram indicadas algumas palavras-chave para filtrar as pesquisas dos textos na internet e buscar aqueles que contivessem o termo em questão. Posteriormente, essas palavras-chave auxiliaram na seleção dos termos que fariam parte do glossário da Revisão.
[30] Além da intuição da terminológica, consideramos relevante analisar a frequência dos termos no *corpus.*
[31] Incluímos aqui textos enviados por colegas da universidade e pesquisadores da área. Trata-se de artigos, livros e textos variados relacionados à Revisão de Textos e que não abarcavam nenhuma categorização do *corpus*.
[32] Disponível em: https://lucianasalazarsalgado.wordpress.com/atividades-de-ensino/optativa-revisao-de-textos/. Acesso em: 18 abr. 2019.

fontes, cujos textos foram obtidos por sugestões de especialistas, pesquisadores e professores. Contamos ainda com textos de páginas *on-line* variadas, dicionários da língua geral, manuais e ferramentas de busca na *Web*, mediante o uso de palavras-chave em *sites* como o *WebCorp*.

Para coletar automaticamente os textos, selecionamos algumas palavras de busca, como, por exemplo, *revisão de textos*, *revisar*, *revisor*, *copidesque*, *preparação*, *normalização*, *edição*, *mediação editorial*, *mercado editorial*, *lauda*, *batida de emendas*, *processo editorial*, entre outros termos que, a princípio, pareciam ser os mais frequentes do domínio, facilitando a procura por obras de referência. Devido à escassez de fontes do domínio, também nos valemos de redes sociais para enriquecer o *corpus*, acessando, por exemplo, grupos de revisores do *Facebook*[33], que reúnem um material bastante recente e são atualizados constantemente.

É importante observar que, embora seu conteúdo esteja relacionado com o domínio, boa parte dos textos não é específica da Revisão, uma vez que os processos são correlacionados e suas práticas estão imbricadas. Essa heterogeneidade não diminui a legitimidade dos textos, pelo contrário: evidencia o verdadeiro funcionamento da área e exige de nós, como cientistas da linguagem, a proposição de sistematizações, o impulsionamento da pesquisa e a investigação da edição de textos.

Nesse sentido, como saber quais textos são fiéis e/ou representativos do domínio? Entendemos que determinar critérios de credibilidade não colabora para a compilação do *corpus*, pois, na Revisão, é quase impossível dizer de que tamanho deve ser o *corpus*, quais fontes são as mais confiáveis e por quê, quais autores são referência no domínio, entre outras questões. Na urgência de sistematizar o domínio, decidimos que todos os textos sobre a área são de interesse para a pesquisa, considerando também que o acesso às obras é bastante difícil, seja por questões políticas das editoras, seja pela divulgação limitada de pesquisas.

Dito isso, destacamos que os textos selecionados são, por vezes, constituintes de pesquisas sobre a Edição de Textos, quase nunca específicas da Revisão. Mesmo assim, são suficientes para iniciar as discussões acerca da problemática do domínio, especialmente a necessidade de sistematização e estruturação dos termos.

Após selecionar os textos do *corpus*, foi necessário tratá-los para, em seguida, fazer seu *upload* nas ferramentas computacionais, e esse tratamento significa converter e limpar os dados. Primeiro, convertemos os textos para a extensão .txt, já que a maioria das ferramentas computacionais requer o formato puro e os textos padronizados. Buscamos as ferramentas mais

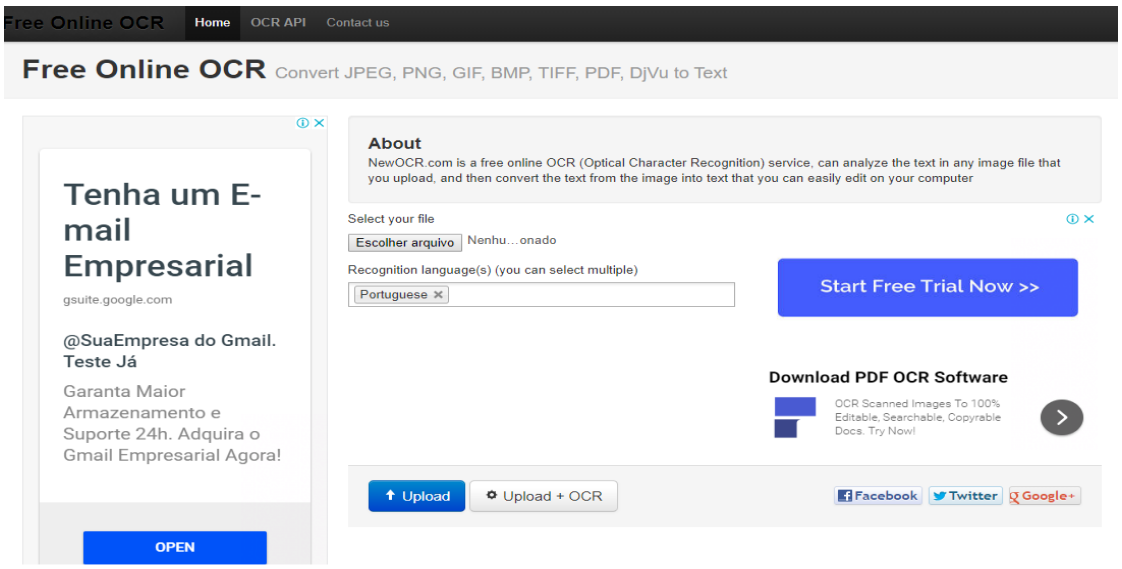
[33] Nos grupos *Revisão de textos* (https://www.facebook.com/groups/235574916531269/?ref=br_rs) e *Associação Brasileira de Revisores de Textos – ABRT* (https://www.facebook.com/groups/568177196659071/), apresentamos o tema desta pesquisa e pedimos possíveis referências para compor o *corpus*.

apropriadas para a conversão, levando em consideração a fidelidade da informação, a acessibilidade do programa e a velocidade da atividade.

Percebemos que algumas ferramentas pagas convertem os textos respeitando as informações do original, enquanto outras gratuitas são consideravelmente lentas para converter textos acima de dez páginas, por exemplo. Testamos os programas Abbyy[34], OCR online[35], calibre[36], Convertio[37] e NewOCR[38], cujas vantagens e desvantagens não detalharemos aqui.

Selecionamos o programa NewOCR[39] (Figura 8), um serviço de reconhecimento óptico de caracteres – *Optical Character Recognition* (OCR) – que analisa o arquivo disponível e o converte em arquivo editável no computador. Apesar das dificuldades para converter fielmente as notas de rodapé no lugar certo (em geral, no fim da página), é rápido, gratuito e *on-line*, bastando o acesso à internet. As falhas geradas são possivelmente corrigidas na etapa de limpeza, comparando o texto convertido com o texto original.

Figura 8 – Tela inicial do NewOCR



Fonte: NewOCR ([*S.d.*]).

Vale destacar que, quase sempre, um texto convertido terá falhas, e esse é mais um motivo pelo qual optamos por esse OCR: todos os outros programas tiveram maior ocorrência de falhas e/ou dificuldades para a conversão. O Abbyy, por exemplo, bastante utilizado nos

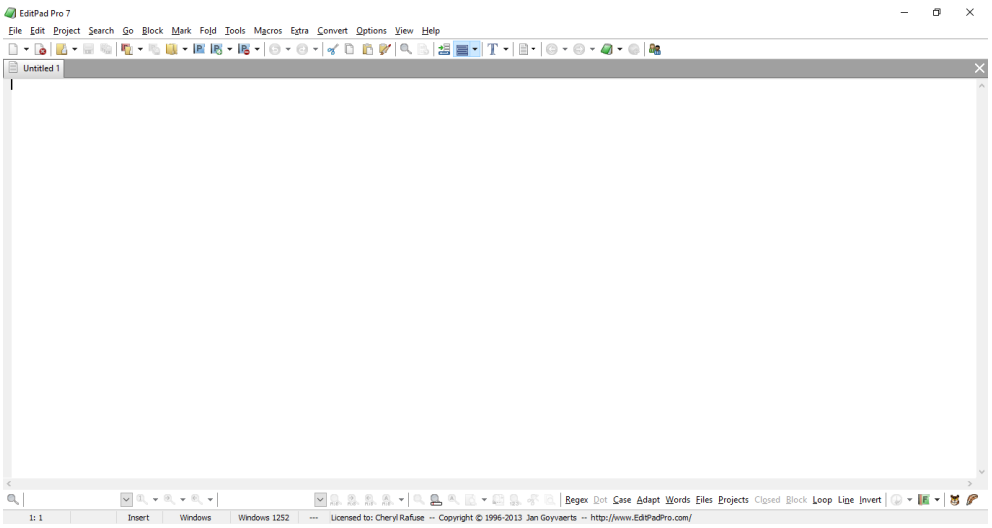
[34] Disponível em: https://www.abbyy.com/pt-br/finereader/. Acesso em: 1 out. 2018.
[35] Disponível em: https://www.onlineocr.net/pt/. Acesso em: 1 out. 2018.
[36] Disponível em: https://calibre.br.uptodown.com/windows. Acesso em: 1 out. 2018.
[37] Disponível em: https://convertio.co/pt/. Acesso em: 1 out. 2018.
[38] Disponível em: https://www.newocr.com/. Acesso em: 8 out. 2018.
[39] "O NewOCR.com é um serviço OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres) on-line gratuito, onde é possível analisar o texto em qualquer arquivo de imagem e, em seguida, converter o texto da imagem em texto que você pode editar facilmente no seu computador." (NEWOCR, [*S.d.*], tradução nossa).

trabalhos terminológicos, além de ser pago, cortou uma quantidade excessiva de informações dos textos originais, não convertendo fielmente o *corpus*, enquanto o NewOCR converteu em segundos artigos, dissertações, teses e manuais de diversos tipos (.jpeg, .pdf, .png, .gif etc.) em .txt.

A etapa seguinte foi a limpeza do *corpus*, tarefa que deve ser realizada semiautomaticamente devido às falhas geradas na etapa anterior (conversão dos textos), que precisam ser ajustadas (limpas) para que futuramente não ocorram equívocos, sobretudo, na análise dos dados. Tivemos alguns imprevistos com relação à conversão dos textos do *corpus*, já que as ferramentas não são específicas de trabalhos terminológicos e, por isso, causam transtornos.

Usamos o EditPad Pro 7[40] (Figura 9), a partir de expressões Regex[41] e de limpeza manual. Destacamos que o Notepad++ [42] é tão eficiente quanto o EditPad Pro 7, e que qualquer um deles poderia ter sido utilizado.

Figura 9 – EditPad Pro7



Fonte: EditPad Pro 7 ([*S.d.*]).

Para a nomeação dos arquivos, estabelecemos o seguinte padrão (Quadro 8):

[40] Disponível em: https://www.editpadpro.com/. Acesso em: 1 out. 2018.
[41] *Expressões Regex* são expressões regulares que identificam padrões de caracteres nos textos.
[42] Disponível em: https://notepad-plus-plus.org/download/v7.5.6.html. Acesso em: 1 out. 2018.

Quadro 8 – Padrão de nomeação de arquivos

Três primeiras letras + número com dois dígitos
XXX + **00**

Fonte: elaboração própria.

Exemplificando:

UNI01: refere-se ao texto retirado da Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por isso leva as iniciais da fonte (UNI) e é o primeiro texto dessa pasta, portanto, 01.

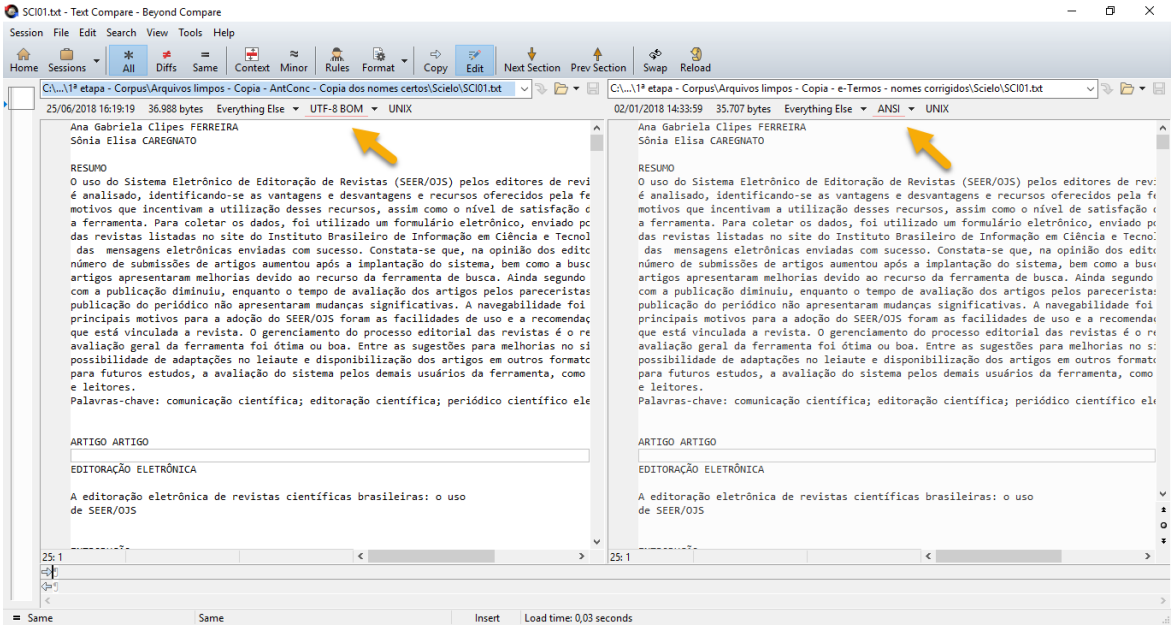
ESP11: foi retirado do *site* da especialista e apresenta as iniciais da fonte (ESP), constituindo-se como o 11º texto da pasta.

Após a seleção das fontes, a conversão e a limpeza dos textos e a nomeação dos arquivos, compilamos o *corpus* e subimos no programa e-Termos para que as etapas pudessem ser executadas. Entretanto, a codificação dos caracteres do *corpus* estava diferente do código suportado pelo ambiente – enquanto o AntConc requer a UTF-8, o formato suportado pelo e-Termos é ISO-8859-1 ou ASCII. Abrimos cada texto no Notepad++ para converter o seu formato para ANSI (similar ao ASCII).

Por meio do programa Beyond Compare[43] (Figura 10), verificamos se a conversão havia danificado os arquivos, constatando que apenas o travessão foi alterado, sendo substituído por um hífen. Logo, nenhuma informação foi perdida.

[43] Disponível em: https://www.scootersoftware.com/download.php?zz=beta42. Acesso em: 1 out. 2018.

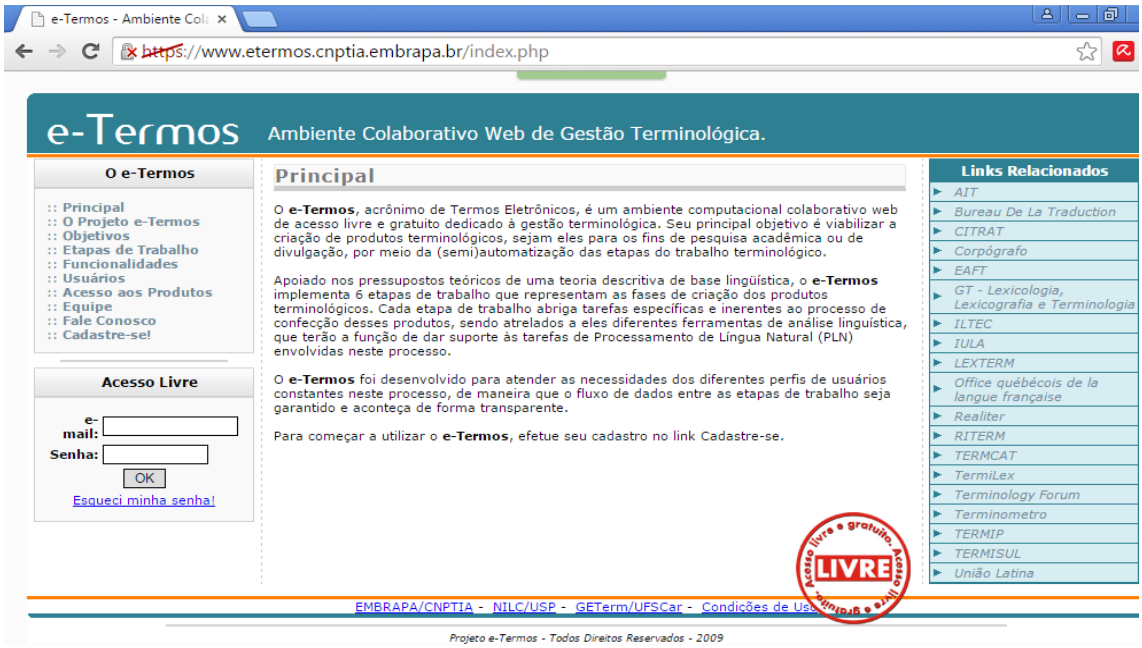
Figura 10 – Comparação entre arquivos no Beyond Compare



Fonte: Beyond compare ([*S.d.*]).

Convertida a codificação dos textos, tivemos de zipar os arquivos de texto para, posteriormente, fazer o *upload* no e-Termos. Antes de mostrarmos a compilação do *corpus* e o funcionamento dos dados na ferramenta, consideramos relevante apresentar o programa (Figura 11), já que o utilizaremos nas etapas seguintes.

Figura 11 – Tela inicial do e-Termos



Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

O e-Termos (acrônimo de *termos eletrônicos*) é uma ferramenta computacional que se baseia nos pressupostos teóricos e metodológicos de uma Terminologia de orientação descritiva e linguística, e foi criado, principalmente, para auxiliar trabalhos terminológicos. Desenvolvido pela Embrapa Informática Agropecuária (CNPTIA), em parceria com a Universidade de São Paulo (USP-São Carlos) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-São Carlos), é um ambiente *on-line* colaborativo e gratuito que apresenta seis módulos de trabalho independentes, mas inter-relacionados, cujo propósito é descrever um domínio semiautomaticamente (ALMEIDA; OLIVEIRA; ALUÍSIO, 2006).

Apresentamos as etapas de gestão terminológica do e-Termos no Quadro 9:

Quadro 9 – Etapas do e-Termos

Etapa 1	Compilação automática de *corpus*	Responsável pela compilação automática do *corpus* a partir do Portal de Corpus do Projeto PLN-Br.3[44].
Etapa 2	Compilação e suporte para análise de *corpus*	Responsável pela compilação e análise quantitativa e qualitativa dos *corpora*.
Etapa 3	Extração automática de candidatos a termos	Responsável pela extração de candidatos a termos a partir dos *corpora* de especialidade compilados.
Etapa 4	Edição do mapa conceitual e categorização de termos	Abriga as ferramentas de criação, edição e visualização dos mapas conceituais, além dos recursos computacionais para a inserção e a avaliação dos termos pelos usuários especialistas.
Etapa 5	Gerenciamento da base de dados terminológicos	Responsável pela criação e pelo preenchimento da ficha terminológica e da elaboração da base definicional.
Etapa 6	Intercâmbio e difusão de termos	Responsável pela edição dos verbetes, pela difusão e pelo intercâmbio dos produtos terminológicos elaborados no ambiente.

Fonte: adaptado de Almeida e Oliveira (2013, p.25-26).

Conforme apontam Almeida, Oliveira e Aluísio (2006, p.44), as principais vantagens do e-Termos são:

[44] Etapa não utilizada na pesquisa porque ainda não foi implementada no e-Termos.

> 1. a possibilidade de análise qualitativa do corpus;
> 2. a categorização e visualização dos termos em uma ontologia[45];
> 3. a criação customizada das fichas terminológicas;
> 4. o gerenciamento da base definicional;
> 5. a redação assistida da definição terminológica; e, finalmente,
> 7. a edição de verbetes a partir dos campos previamente selecionados nas fichas terminológicas.

Diferentemente dos outros programas desenvolvidos para as tarefas terminológicas, o e-Termos é flexível (OLIVEIRA, 2009), pois possibilita a utilização das ferramentas de maneira independente para elaborar tanto os produtos terminológicos quanto os lexicográficos. Embora haja ferramentas computacionais para a execução de tarefas terminológicas, não há, até o momento, ferramentas específicas que contenham todas as etapas para realizar o trabalho, desde a compilação até a divulgação dos dados.

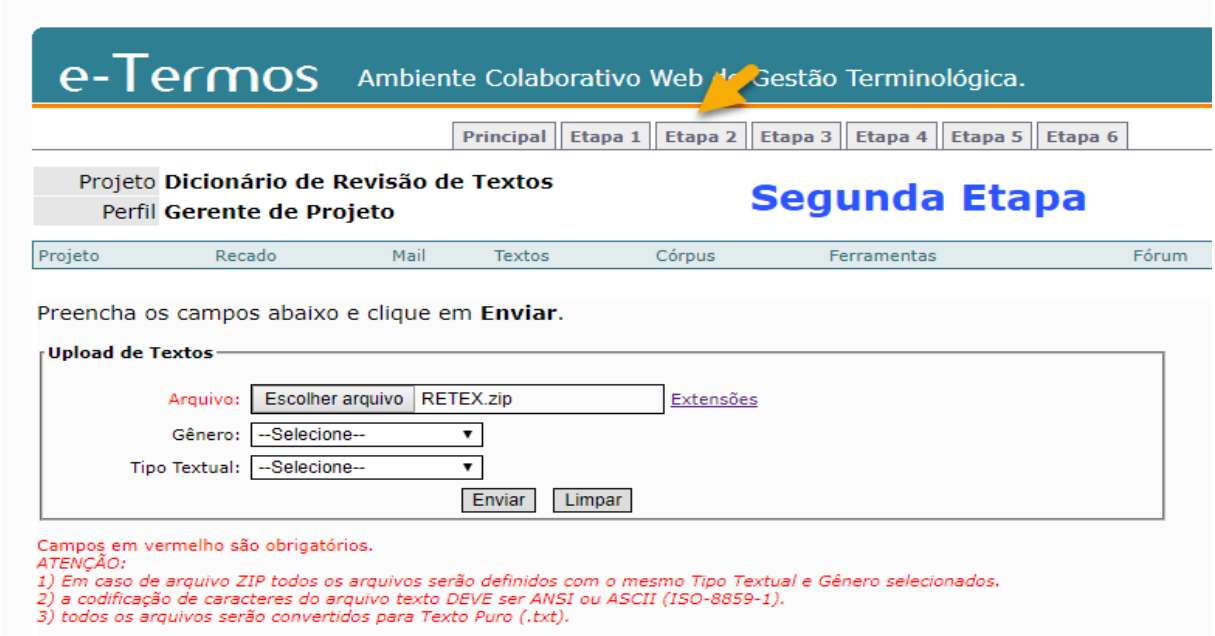
Nesse sentido, evidencia-se a importância do e-Termos, ambiente computacional colaborativo, livre e gratuito dedicado à gestão terminológica, que tem como finalidade:

> 1) automatizar as atividades de criação e gerenciamento de um produto terminológico; 2) integrar essas atividades, usando o modelo colaborativo na Web; 3) harmonizar o fluxo de trabalho de vários perfis profissionais envolvidos no processo; 4) reunir em uma única arquitetura computacional todas as etapas do trabalho de criação dos produtos terminológicos; 5) auxiliar no ensino da prática terminológica. (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2013, p.23)

O trabalho é executado a partir da etapa 2, na qual o *corpus* é zipado e inserido na ferramenta e-Termos (Figura 12).

[45] Lê-se *estrutura conceitual*. Embora o e-Termos fale em ontologia, há um consenso entre os pesquisadores de que esta é legível por máquina, enquanto a estrutura conceitual é legível por humanos. Mesmo que o e-Termos tenha atribuído essa denominação, ainda não foi possível finalizar a tarefa da leitura automática.

Figura 12 – Compilação e suporte para análise de *Corpus*



Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

Na Figura 13, temos uma demonstração da quantidade de palavras[46] de cada texto:

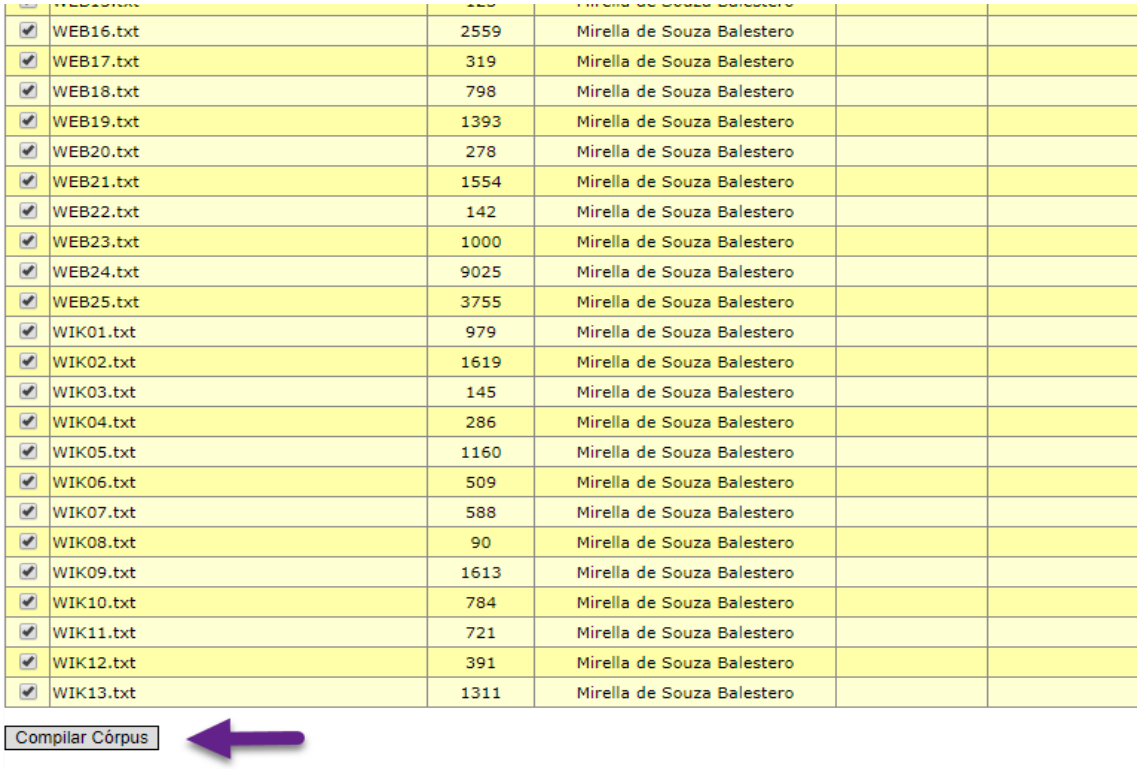
Figura 13 – Quantidade de palavras em cada texto do *corpus* ReTex

Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

[46] Aqui, entende-se por *palavra* toda unidade separada por espaçamentos em branco, visto que essa é a maneira como o computador realiza a leitura dos textos.

Vejamos que há 265 textos disponíveis. Na primeira coluna, é possível selecionarmos os textos para compilar o *corpus.* Na segunda, aparecem os nomes dos arquivos, todos com extensão txt., depois, a quantidade de palavras de cada texto e o responsável (usuário) por adicionar cada texto. Na mesma etapa, são selecionados os textos que farão parte da compilação do *corpus*, ou seja, todos (Figura 14).

Figura 14 – Compilação do *corpus* ReTex



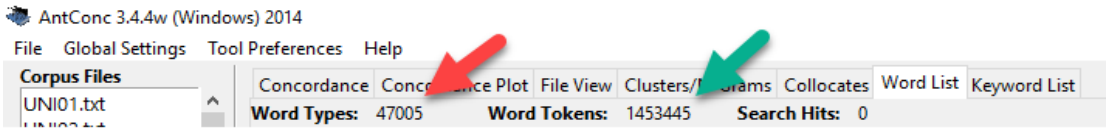
☑	WEB16.txt	2559	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB17.txt	319	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB18.txt	798	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB19.txt	1393	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB20.txt	278	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB21.txt	1554	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB22.txt	142	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB23.txt	1000	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB24.txt	9025	Mirella de Souza Balestero		
☑	WEB25.txt	3755	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK01.txt	979	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK02.txt	1619	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK03.txt	145	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK04.txt	286	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK05.txt	1160	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK06.txt	509	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK07.txt	588	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK08.txt	90	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK09.txt	1613	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK10.txt	784	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK11.txt	721	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK12.txt	391	Mirella de Souza Balestero		
☑	WIK13.txt	1311	Mirella de Souza Balestero		

Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

Compilar um *corpus* significa reunir textos para o mesmo propósito. No e-Termos, foram inseridos os textos que farão parte do ReTex, e, por isso, todos os textos foram selecionados para realizar a compilação. Compilado o *corpus*, aplicamos ferramentas para analisá-lo.

O *corpus* ReTex tem 265 textos escritos em português e oriundos da internet, e apresenta, segundo o AntConc, 1.453.445 ocorrências (Figura 15):

Figura 15 – Quantidade de ocorrências do ReTex (*types*[47] e *tokens*[48])

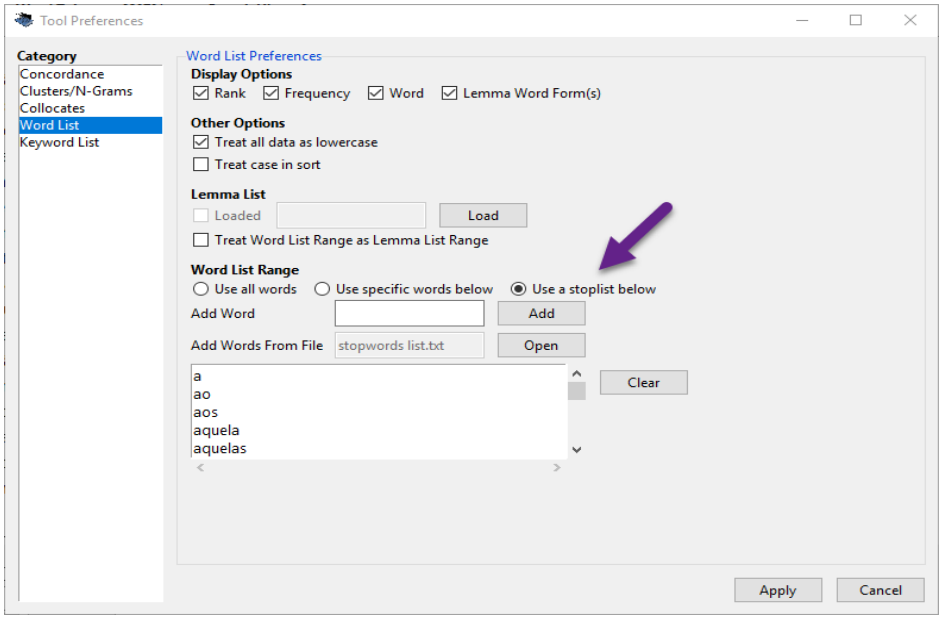


Fonte: AntConc ([*S.d.*]).

É interessante esclarecer que a quantidade de palavras de um *corpus* pode variar de acordo com o programa utilizado, o que acontece porque o conceito de *palavra* é diferente em cada ferramenta. No AntConc, vemos as classificações *types* e *tokens*, que representam o tipo de palavra/ocorrência e todas as ocorrências da mesma palavra, respectivamente.

Verificamos também a frequência das palavras do *corpus*. Para isso, rodamos no programa AntConc uma lista de *stopwords*[49] (palavras gramaticais ou palavras que, por algum motivo, serão ignoradas pelos motores de busca), com a finalidade de gerar uma lista de frequência somente com palavras lexicais (Figura 16).

Figura 16 – *Stoplist*



Fonte: AntConc ([*S.d.*]).

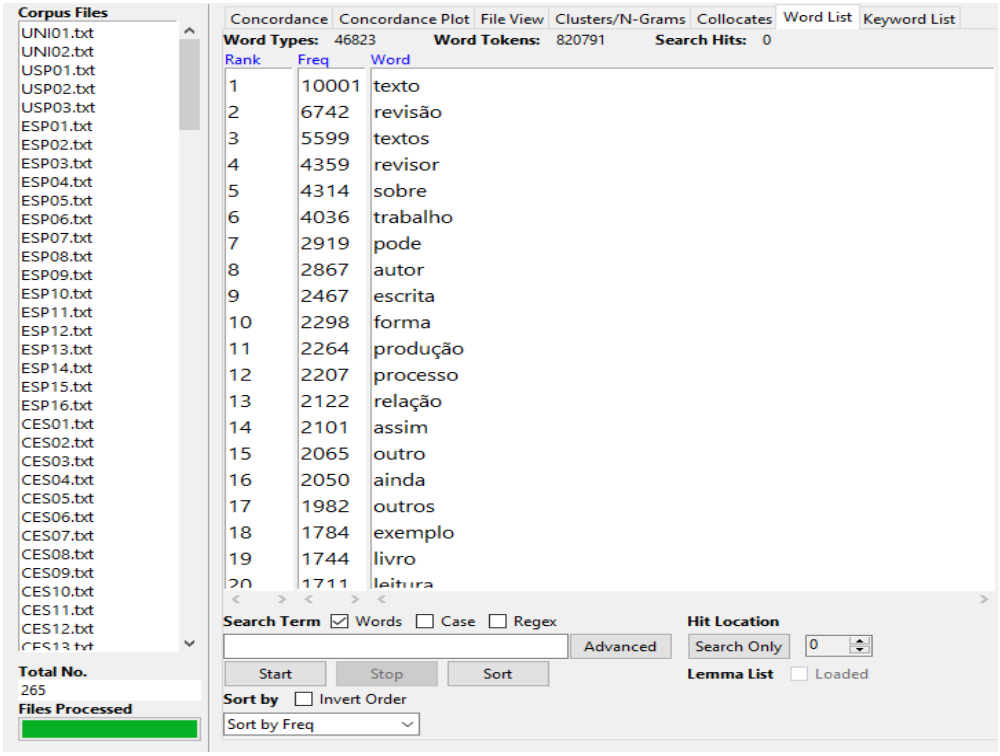
Na Figura 17, apresentamos a frequência de cada palavra do *corpus* ReTex:

[47] "*Type*: enquanto o número de *tokens* em um *corpus* se refere ao número total de palavras, o número de *types* se refere ao número total de palavras únicas. Por exemplo, a palavra *ship* pode ocorrer 177 vezes em um *corpus*, mas é contada apenas como um tipo de palavra. Tipos são usados no cálculo da razão *type*/*token* (uma medida de repetição lexical) de um texto ou *corpus*." (BAKER; HARDIE; McENERY, 2006, p.162, tradução nossa).

[48] "*Token*: uma única unidade linguística, na maioria das vezes, uma palavra, embora, dependendo do sistema de codificação que está sendo utilizado, uma única palavra pode ser dividida em mais de um *token*, por exemplo, *he's* (*he+'s*)." (BAKER; HARDIE; McENERY, 2006, p.159, tradução nossa).

[49] Disponível no Anexo.

Figura 17 – Frequência das palavras lexicais no *corpus*



Fonte: AntConc ([*S.d.*]).

Como é possível observar, o termo *texto* foi o mais frequente no *corpus*, com 10.001 ocorrências. Na sequência, temos *revisão*, *textos* e *revisor*, atestando a credibilidade do *corpus* sobre Revisão de Textos. *Processo*, que é um dos subdomínios da Revisão, constitui a 12ª palavra mais frequente, contabilizando 2.207 ocorrências.

Nota-se também que a quantidade de palavras do *corpus* (*types* e *tokens*) diminuiu, uma vez que, adicionadas à *stoplist*, foram excluídas as palavras gramaticais contabilizadas em um primeiro momento (Tabela 1).

Tabela 1 – *Word types* e *word tokens* no ReTex

stoplist / ***words***	**antes de rodar a *stoplist***	**depois de rodar a *stoplist***
word types	47.005	46.823
word tokens	1.453.445	820.791

Fonte: elaboração própria.

As *word types* mudaram de 47.005 para 46.823, uma diferença de 182 palavras. Enquanto isso, após rodar a *stoplist*, foram excluídas 632.654 *word tokens*.

3.2 TERMOS: EXTRAÇÃO E SELEÇÃO

Após submeter o *corpus* ao e-Termos, geramos as listas de candidatos a termos por meio da extração estatística, pela qual os termos são extraídos com base na frequência das unidades. O ambiente e-Termos tem uma *stoplist* incrementada, isto é, uma lista de palavras que devem ser ignoradas durante o processamento. São incluídas palavras funcionais com alta frequência que não apresentam valor terminológico, tais como preposições, artigos, conjunções e advérbios.

Para extrair unidades simples (unigramas), por exemplo, basta selecionar o tamanho do termo (*n-gram).* O sistema permite selecionar unidades de 1 a 7 n-gramas (Figura 18).

Figura 18 – Extração automática de termos

Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

Essa extração automática se refere à quantidade de vezes que um *token* ocorre no *corpus.* Obtivemos, assim, 9.598 candidatos a termos, e foram geradas listas uni, bi, tri, tetra e pentagramas (Tabela 2).

Tabela 2 – Listas de candidatos a termos extraídos automaticamente

n-gram	**quantidade de termos**
uni	5814
bi	710
tri	2477
tetra	476
penta	121

Fonte: elaboração própria.

Após a extração, deve-se realizar a mineração dos termos, ou seja, a limpeza das listas para selecionar os termos do domínio. Segundo Biderman (1993), uma ferramenta computacional não é suficiente para gerar as unidades simples e/ou complexas, sejam elas especializadas ou não. Para resolver essa questão, precisamos do usuário da língua geral e de especialistas dos domínios.

Sendo assim, fizemos uma primeira limpeza dos dados, com o intuito de eliminar as unidades que, evidentemente, não fazem parte do domínio. Depois, enviamos as listas à especialista de domínio, para que ela valide os termos que realmente são da área. Nos referimos às listas porque os termos foram gerados a partir do *n-gram*, portanto, cada lista descreve os termos com a quantidade de unidades que tem.

Na primeira limpeza, descartamos palavras que não estão contidas na Revisão e que não precisaram passar pela validação da especialista, excluindo 8.731 palavras. Na Tabela 3, apresentamos as listas detalhadas:

Tabela 3 – Listas de termos da Revisão de Textos

Listas / **n-grama**	LISTA A (867)	LISTA B (718)	LISTA C (87)	LISTA D (64)
uni	346	318	39	27
bi	237	188	32	22
tri	257	198	12	13
tetra	9	6	1	1
penta	18	8	3	1

Fonte: elaboração própria.

Selecionamos 867 candidatos a termos e subdividimos em listas n-gramas para a especialista validar. Com a segunda limpeza, realizada pela especialista do domínio, percebemos que a margem de erro foi bastante pequena, uma vez que foram validados 718 termos da Revisão de Textos.

Dada a grande quantidade de termos validados pela especialista, foi necessário minerá-los. Fizemos uma análise criteriosa, a fim de excluir aqueles que não necessariamente seriam adequados para a sistematização, especialmente os que não eram específicos da Revisão, mas consistiam em perspectivas teóricas, abordagens etc. Também retiramos verbos e adjetivos.

A primeira lista, ou Lista A, se refere aos candidatos a termos da área, enquanto a Lista B reúne os termos validados pela especialista e constitui os termos da Revisão de Textos. Com nossa terceira limpeza, obtivemos a Lista C, que contém 87 termos, e a Lista D, que compreende os termos selecionados para a elaboração das primeiras versões da estrutura conceitual[50] – portanto, os principais termos do domínio, considerados necessários para elaborar o texto definitório.

A seguir, temos os termos das Listas C e D, respectivamente:

Legenda:	unigrama bigrama trigrama quadrigrama pentagrama

- **Lista C:**

1. acabamento
2. assistente editorial
3. autorrevisão
4. avaliação
5. avaliador
6. batida de emendas
7. campo editorial
8. catálogo
9. checagem
10. checklist
11. cliente
12. códex
13. comentário
14. conselho editorial
15. copidesque
16. copistas
17. copyright
18. correção
19. correção gramatical
20. correção ortográfica
21. corretor
22. diagramação
23. diagramador
24. editor
25. editor de textos
26. editor independente
27. editoração
28. editoras independentes

[50] No próximo tópico, mostraremos a última versão da estrutura conceitual. Aqui, optamos por apresentar em forma de lista apenas os termos que compõem as estruturas.

29. enumeração
30. ficha catalográfica
31. formatação
32. freelancer
33. indexação
34. indústria editorial
35. intervenção textual
36. lauda
37. legibilidade
38. livreiro
39. mediação editorial
40. médias editoras
41. mercado editorial
42. norma culta
43. norma padrão
44. normalização
45. normatização
46. nova versão
47. orçamento
48. original
49. paginação
50. pequenas editoras
51. práticas editoriais
52. preparação
53. preparação de originais
54. preparação de texto
55. preparador
56. preparador de originais
57. primeira edição
58. primeira versão
59. procedimentos de revisão
60. processo de revisão de textos
61. processo editorial
62. produção editorial
63. profissional de revisão de textos
64. projeto editorial
65. provas de prelo
66. publisher
67. publishing
68. rasura
69. revisão
70. revisão de originais
71. revisão de textos
72. revisão final
73. revisão gráfica
74. revisão gramatical
75. revisão textual
76. revisão tipográfica
77. revisor
78. revisor de provas
79. revisor de textos
80. revisor freelancer
81. revisor-autor
82. revisor-leitor
83. ritos genéticos editoriais
84. selo
85. tipos de revisão de textos
86. tratamento editorial de textos
87. versão final

- **Lista D:**

1. acabamento
2. batida de emendas
3. catálogo
4. checagem
5. checklist
6. cliente
7. comentário
8. conselho editorial
9. copidesque
10. copyright
11. Correção
12. Diagramação
13. edição
14. Edição
15. ficha catalográfica
16. formatação
17. freelancer
18. indexação
19. intervenção textual
20. lauda
21. livraria
22. livreiro
23. Mediação editorial
24. mercado editorial
25. normalização
26. normatização
27. orçamento
28. práticas editoriais
29. preparação
30. preparador
31. procedimentos de revisão
32. processos editoriais
33. profissionais do texto
34. revisão
35. revisão acadêmica
36. revisão analítico-textual
37. revisão cooperativa
38. revisão de originais
39. revisão de teses e dissertações
40. Revisão de Textos
41. revisão de textos
42. revisão final
43. revisão gráfica
44. revisão gramatical
45. revisão indicativa
46. revisão linguística
47. revisão ortográfica
48. revisão profissional
49. revisão técnica
50. revisão textual
51. revisão tipográfica
52. revisão de provas
53. revisor
54. revisor de provas
55. revisor de textos
56. revisor freelancer
57. revisor-autor
58. revisor-leitor
59. ritos genéticos editoriais
60. selo
61. tipos de processos
62. tipos de revisão
63. Tradução
64. tratamento editorial de textos

Na Tabela 4, mostramos a quantidade em porcentagem de termos selecionados da última lista:

Tabela 4 – Termos selecionados de cada lista (%)

% / **Listas**	LISTA A (867)	LISTA B (718)	LISTA C (87)	LISTA D (64)
	9,03 do total	82,81 da lista A	12,11 da lista B	73,56 da lista C

Fonte: elaboração própria.

Do total de candidatos a termos extraídos automaticamente (9.598), foram selecionados 9,03% de termos para a especialista validar, isto é, 867 candidatos. A partir disso, surgiu a Lista B, com 718 termos da Revisão de Textos, conforme validação da especialista.

Vale notar que 149 palavras foram excluídas por ela, o que quer dizer que coincidiram 82,81% dos candidatos a termos, uma amostra consideravelmente alta. Como já explicitado, as Listas C e D se referem às nossas limpezas e aos possíveis termos que serão definidos.

Para exibir os resultados de modo didático, mostraremos em forma de círculo a quantidade de termos que há em cada lista, haja vista que as ocorrências são representadas de maneira mais clara pela ideia de conjunto. Enfatizamos que os círculos estão proporcionais à quantidade de termos de cada lista, por isso os tamanhos variam (Figura 19).

Figura 19 – Listas de termos da Revisão representadas em conjunto

Fonte: elaboração própria.[51]

Considerando a quantidade de termos selecionados a partir do número total de candidatos a termos (9.598 ou 100%), temos os dados organizados na Tabela 5:

[51] Para a precisão dos dados e o ajuste das proporções do círculo, contamos com a colaboração da licenciada em Matemática Camila Gonçalves Garcia. Detalhamentos sobre seu trabalho estão disponíveis em http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4959806U7.

Tabela 5 – Termos selecionados da lista total (%)

% / Listas	LISTA A (867)	LISTA B (718)	LISTA C (87)	LISTA D (64)
	9,03	7,48	0,90	0,66

Fonte: elaboração própria.

A partir desses dados, observamos que foram selecionados para o glossário da Revisão 0,66% dos termos. No entanto, esse número mudou na medida em que surgia uma nova versão da estrutura conceitual do domínio. A estrutura (detalhada no item 3.3) passou por diversas modificações, e, com isso, mudavam-se os termos e/ou o lugar em que eles eram alocados. A Lista D é resultado da penúltima versão da estrutura conceitual e continha 64 termos.

Após iniciarmos a tarefa de definir, foi necessário ainda que algumas modificações da estrutura conceitual fossem feitas, e, consequentemente, que as tarefas passassem novamente pela especialista. Mudaram os nós[52], os termos e as relações, o que deu origem à uma nova lista, a Lista E. Nela, constam 53 termos:

- **Lista E:**

1. acabamento
2. batida de emendas
3. calibragem
4. catálogo
5. checagem
6. checklist
7. cliente
8. comentário
9. conselho editorial
10. copidesque1
11. copidesque2
12. copyright
13. correção
14. Diagramação
15. diagramador
16. Edição de Textos
17. Editoração
18. emendas
19. ficha catalográfica
20. formatação
21. indexação
22. intervenção textual
23. lauda
24. livraria
25. livreiro
26. Mediação editorial
27. mercado livreiro
28. normalização
29. ok final
30. orçamento
31. parâmetros da Revisão
32. práticas editoriais
33. preparação de originais
34. preparação de textos
35. preparador de textos
36. problemas de acabamento
37. processos da Diagramação
38. processos da Revisão
39. processos da Tradução
40. profissionais da Diagramação

[52] Um nó, que representa um termo, nunca está sozinho, permanecendo sempre ligado a outro termo, o que implica uma relação.

41. profissionais da Revisão
42. profissionais da Tradução
43. Revisão de Textos
44. revisão de textos
45. revisor
46. revisor de textos
47. selo
48. sobra de copi
49. sobra de revisão
50. técnicas da Revisão
51. Tradução
52. tradutor
53. tratamento editorial de textos

Na Tabela 6, exibimos a classificação de cada termo da Lista E em relação ao n-grama:

Tabela 6 – Quantidade de termos da Lista E

Lista / **n-grama**	LISTA E (53)
uni	26
bi	7
tri	19
tetra	1
penta	0

Fonte: elaboração própria.

Foram selecionados 82,81% da Lista D para compor a Lista E, que, em relação ao total (9.598 candidatos extraídos automaticamente), representa 0,55%. O que nos interessa aqui é o fato de que os números são cada vez menores quando são estabelecidos critérios para determinado fim.

Neste trabalho, levamos em consideração o tempo de duração da pesquisa, que funciona como um limitador da execução das tarefas, bem como da seleção dos termos que irão compor o glossário. Logo, atestamos que a Lista E se mostrou a mais plausível para o trabalho e que a quantidade de termos é, sem dúvida, suficiente.

Lembramos que termos como *profissionais*, *processos* e *jargão* não serão definidos, pois são termos superordenados que resultariam definições tautológicas e/ou circulares. *A priori*, havia 44 termos para definir, de acordo com a última versão da estrutura conceitual proposta para este trabalho. No entanto, fizemos uma última seleção dos termos que seriam definidos, pois alguns deles não são específicos do domínio Revisão de Textos, mas estão relacionados a ele.

Um exemplo é o termo *cliente*. Há o cliente do tradutor, do revisor, do editor etc., mas o termo não apresenta uma definição diferente por estar no domínio da Revisão e, provavelmente, suas características são as mesmas para todos os processos e profissionais da Edição. Em vista disso, foram selecionados 30 termos para definir, os quais, segundo a especialista, seriam os mais instáveis da área e, portanto, suficientes para iniciar a sistematização e a diminuição da problemática da área.

Ainda que as ferramentas computacionais auxiliem na tarefa do terminológo, não são suficientes para analisar e validar o trabalho. Por isso, os dados precisam ser observados por

ele e, por vezes, por um especialista para auxiliar as reflexões e análises da pesquisa. Nesse sentido, "a associação entre terminologia e informática é viável e, sobretudo, necessária para as ações e pesquisa de soluções terminológicas assistidas por computador." (ALMEIDA; OLIVEIRA; ALUÍSIO, 2006, p.44).

Para selecionar os termos que irão compor o glossário, são levados em consideração diversos critérios. De acordo com a Linguística de Corpus, um deles é a frequência das palavras, que serve para a seleção dos termos que serão definidos, considerando aqueles mais utilizados na língua. Entretanto, na Terminologia, isso nem sempre é suficiente para executar as tarefas da pesquisa, uma vez que termos pouco frequentes também são considerados importantes para o domínio.

3.3 ELABORAÇÃO DA ESTRUTURA CONCEITUAL

Antes de começar a redação propriamente dita, é necessário fazer a seleção dos traços semânticos (ou traços conceituais) dos conceitos cujos termos serão definidos. Deve-se partir da estrutura conceitual, que permite a visualização dos campos semânticos (ou campos nocionais), bem como de relações hierárquicas (hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia) e não hierárquicas.

Assim, selecionam-se os termos de determinado campo semântico e observam-se os traços conceituais nos excertos inseridos na base definicional, de modo a verificar os traços recorrentes para, então, estabelecer com segurança quais traços são imprescindíveis para a adequada descrição do conceito e em que ordem devem ocorrer no texto final da DT.

Pierozzi Junior, Oliveira e Souza (2010, p.4) definem ontologia ou estrutura conceitual como:

> um modelo comum ou estrutura conceitual sistematizada e de consenso que permite não só armazenar, mas também buscar e recuperar a informação sobre um determinado domínio do conhecimento. Mais especificamente, uma ontologia define os termos e as relações básicas para a compreensão de uma área do conhecimento.

Em vista disso, os motivos pelos quais a estrutura conceitual é fundamental numa pesquisa terminológica são (PIEROZZI JUNIOR; OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p.4):

I. possibilitar um mapeamento mais sistemático de um campo de especialidade;
II. circunscrever a pesquisa, já que todas as ramificações da área-objeto, com seus campos, são previamente mapeadas;
III. delimitar o conjunto terminológico;
IV. determinar a pertinência dos termos, pois, separando cada grupo de termos pertencentes a um determinado campo, pode-se apontar quais termos são relevantes para o trabalho e quais não são;
V. prever os grupos de termos pertencentes à área-objeto, como também os que fazem parte de matérias conexas;
VI. definir as unidades terminológicas de maneira sistemática e, finalmente,
VII. controlar a rede de remissivas.

Desse modo, elaborar uma estrutura conceitual é sistematizar e organizar as informações terminológicas de um domínio, o que significa, nesta pesquisa, representar as relações semânticas entre os conceitos da Revisão. Não há estrutura certa ou errada, há estruturas adequadas para determinado trabalho.

Preenchemos, então, as informações básicas da estrutura da seguinte forma: *Nome da ontologia: Mediação Editorial* e *Descrição: estrutura conceitual com os principais termos do domínio*. Criamos a estrutura a partir de uma raiz, ou um primeiro nó, e, após salvarmos os dados, criamos uma relação, ou seja, um nó a partir do nome da estrutura (Figura 20).

Figura 20 – Categorização de termos

Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

É a partir desse nó (Mediação Editorial) que serão estabelecidas as relações de todos os termos do domínio. Apresentamos abaixo a versão final[53] da estrutura conceitual proposta para a Revisão de Textos:

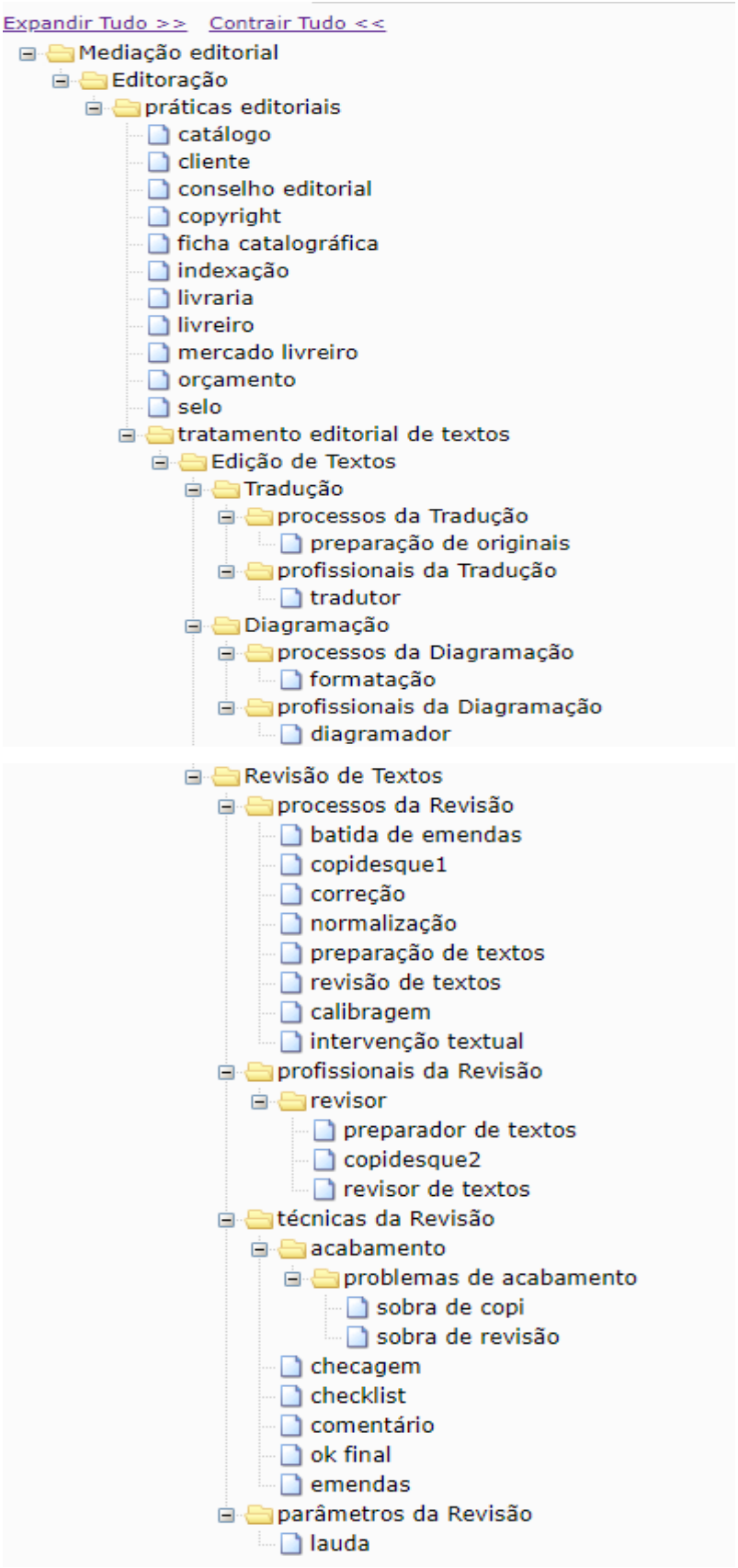
1. Mediação editorial
    1.1. Editoração
        1.1.1. práticas editoriais
            1.1.1.1. catálogo
            1.1.1.2. cliente
            1.1.1.3. conselho editorial
            1.1.1.4. copyright
            1.1.1.5. ficha catalográfica
            1.1.1.6. indexação
            1.1.1.7. livraria
            1.1.1.8. livreiro
            1.1.1.9. mercado livreiro
            1.1.1.10. orçamento
            1.1.1.11. selo
            1.1.1.12. tratamento editorial de textos
                1.1.1.12.1. Edição de Textos
                    1.1.1.12.1.1. Tradução
                        1.1.1.12.1.1.1. processos da Tradução
                            1.1.1.12.1.1.1.1. preparação de originais
                        1.1.1.12.1.1.2. profissionais da Tradução
                            1.1.1.12.1.1.2.1. tradutor
                    1.1.1.12.1.2. Diagramação
                        1.1.1.12.1.2.1. processos da Diagramação
                            1.1.1.12.1.2.1.1. formatação
                        1.1.1.12.1.2.2. profissionais da Diagramação
                            1.1.1.12.1.2.2.1. diagramador
                    1.1.1.12.1.3. Revisão de Textos
                        1.1.1.12.1.3.1. processos da Revisão
                            1.1.1.12.1.3.1.1. batida de emendas
                            1.1.1.12.1.3.1.2. copidesque1
                            1.1.1.12.1.3.1.3. correção
                            1.1.1.12.1.3.1.4. normalização
                            1.1.1.12.1.3.1.5. preparação de textos
                            1.1.1.12.1.3.1.6. revisão de textos
                            1.1.1.12.1.3.1.7. calibragem
                            1.1.1.12.1.3.1.8. intervenção textual
                        1.1.1.12.1.3.2. profissionais da Revisão
                            1.1.1.12.1.3.2.1. revisor
                                1.1.1.12.1.3.2.1.1. preparador de textos
                                1.1.1.12.1.3.2.1.2. copidesque2
                                1.1.1.12.1.3.2.1.3. revisor de textos
                        1.1.1.12.1.3.3. técnicas da Revisão

[53] Até chegarmos a essa versão final, elaboramos cinco versões. Muitas delas tiveram seus nós modificados e realocados, e todas passaram pela validação da especialista.

1.1.1.12.1.3.3.1. acabamento
1.1.1.12.1.3.3.1.1. problemas de acabamento
1.1.1.12.1.3.3.1.1.1. sobra de copi
1.1.1.12.1.3.3.1.1.2. sobra de revisão
1.1.1.12.1.3.3.2. checagem
1.1.1.12.1.3.3.3. checklist
1.1.1.12.1.3.3.4. comentário
1.1.1.12.1.3.3.5. emendas
1.1.1.12.1.3.3.6. ok final
1.1.1.12.1.3.4. parâmetros da Revisão
1.1.1.12.1.3.4.1. lauda

Na Figura 21, mostramos essa estrutura conceitual no formato *folder tree* do ambiente e-Termos:

Figura 21 – Estrutura conceitual da Revisão de Textos em formato *folder tree*



Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

A ordem dos termos na estrutura se justifica por uma escolha nossa pautada pelo mínimo de relação semântica entre eles. As relações dependem do que é exibido na forma de uma pasta amarela e estão ligadas a isso, ou seja, aos elementos ordenadores que estão acima.

Assim, os campos maiores (hiperônimos) estão organizados em uma lógica semântico-pragmática, isto é, a partir do como as coisas acontecem. Já os campos menores (hipônimos e co-hipônimos) foram postos em ordem alfabética para facilitar a visualização, uma vez que a relação semântico-pragmática não é tão rígida e não há uma ordem obrigatória. Em outras palavras, elencamos os processos, em sua maioria, da maneira como ocorrem, deixando os termos em ordem alfabética quando possível.

Destacamos que os termos *calibragem*, *intervenção textual*, *ok final* e *emendas* não estão em ordem alfabética porque, no ambiente, foram inseridos e/ou realocados em uma estrutura que já estava criada. Portanto, as partes que não seguem o critério de ordem alfabética não o fazem porque o ambiente e-Termos não possibilita remanejar a ordem dos termos na estrutura.

A partir de um termo guarda-chuva, ou a grande área Mediação Editorial, ordenamos os termos filhos [54]*Editoração* (uma parte da Mediação) e *práticas editoriais* (que está dentro de Editoração, assim como Editoração faz parte da Mediação). Depois, exibimos algumas práticas editoriais, entre elas, o tratamento editorial de textos.

Apesar de o problema central da pesquisa estar no domínio da Revisão, foi relevante para a melhor compreensão do domínio e a execução das tarefas exibir os nós anteriores a 1.1.1.12.1.3. (Revisão de Textos), visto que é indispensável entender de onde vem a Revisão e qual a sua relação com os outros processos. Assim, a estrutura conceitual não visa estruturar somente a Revisão, mas também os processos correlacionados. Como uma estrutura sempre pode ser modificada e infinita, ressaltamos que muitos nós podem ser inseridos ou alterados, modificando-se as relações.

Ao delimitar os tipos de processos editoriais existentes nesse universo, observamos que a Revisão de Textos vem de um lugar chamado *Edição*. Este, por sua vez, é um domínio com muitas inquietações, na medida em que não se sabe ao certo o que é editar um texto, ou ainda tratá-lo. Embora a Edição de Textos esteja sendo estudada pelos pesquisadores, seus processos

[54] Os conceitos termo-pai e termo-filho são usados no contexto da programação, engenharia e ciência da computação para representar as relações de hiperonímia e hiponímia, respectivamente. Essas áreas compreendem a ontologia como uma árvore de domínio que, por sua vez, se refere às árvores genealógicas para explicar a relação entre os termos. Ver Balestero, Almeida e Pierozzi Junior (2019).

se confundem uns com os outros, as denominações dos profissionais do texto são instáveis e não se sabe exatamente o que faz um editor, um revisor ou um preparador.

Como diferenciá-los? Como minimizar a instabilidade terminológica? Como sistematizar esse domínio que investiga e trata os textos? Na tentativa de responder a questões como essas, a estrutura exibida anteriormente busca estruturar e sistematizar os estudos da edição, sobretudo a Revisão de Textos, bem como compreender seus processos correlatos e o funcionamento destes. A partir dela, constatamos que esse domínio de especialidade apresenta quatro categorias principais: processos, profissionais, técnicas e parâmetros.

Encontramos algumas dificuldades na elaboração da estrutura conceitual no e-Termos, pois o programa é polissêmico e impõe a necessidade de distinguir termos com nomes idênticos, já que eles são representados como uma única entrada. Termos como *copidesque* – que pode referir tanto o processo quanto o profissional – foram diferenciados por números (copidesque1 e copidesque2), enquanto casos como *Revisão* e *revisão* tiveram a diferença de maiúscula e minúscula reconhecida pelo programa.

Outra questão relevante diz respeito a alguns dos termos selecionados nas primeiras versões da estrutura, como *revisão técnica*, *revisão linguística*, *revisão de tradução*, *revisão de provas*, *revisão textual*, *revisão ortográfica* e *revisão gramatical*. Nesses casos, decidimos não propor uma definição porque ainda não se sabe muito sobre eles, que apresentam uma instabilidade terminológica mais acentuada.

Trata-se de termos que variam em relação à perspectiva teórica, à editora, aos profissionais do texto, aos tipos e gêneros textuais. Em geral, há muitas palavras sinônimas, outras escolhidas porque chamam mais atenção no mercado de trabalho e outras ainda utilizadas erroneamente pela crença de que é possível separar a ortografia da gramática, do texto, dos textos acadêmicos, e assim por diante.

Mais uma vez, salientamos que a estrutura foi construída com base nas práticas editoriais e no funcionamento do domínio, e se estabelece como um recorte do domínio que se mostrou adequado para a pesquisa. Dessa perspectiva, não existe um modelo certo ou errado: há formas melhores que outras para demonstrar as relações existentes.

3.4 BASE DEFINICIONAL

A elaboração da base definicional[55] consiste em um repositório de informações sobre os termos extraídos do *corpus* – em outras palavras, é o meio em que os termos habitam. É a partir

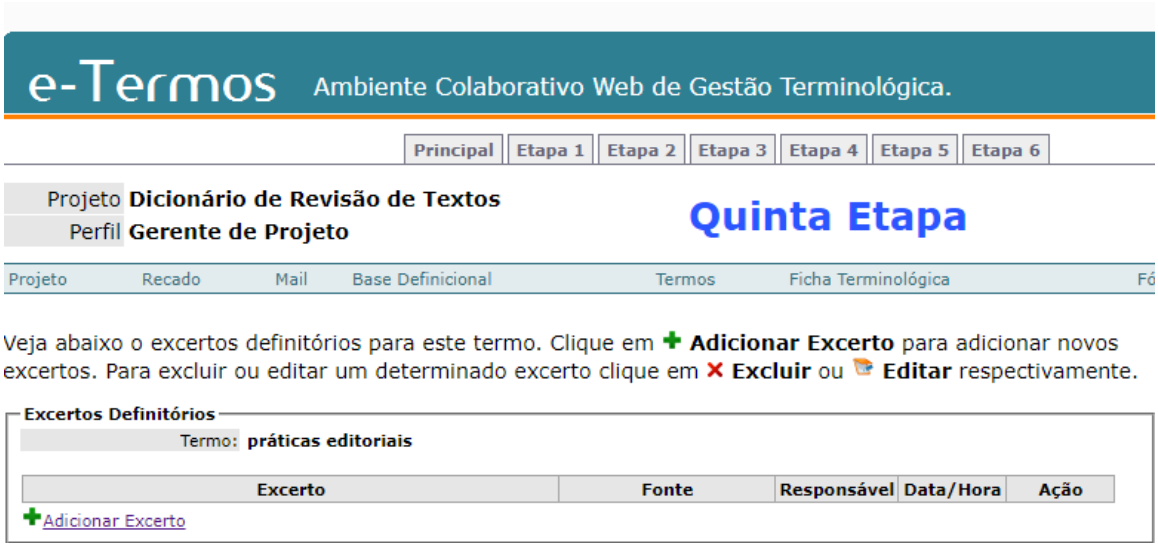
[55] Cujos excertos recolhidos e armazenados constituíram uma tarefa de estágio da aluna e pesquisadora do GETerm Julia Ferreira Mendonça.

da base que iniciamos a construção dos textos definitórios, uma vez que partimos da análise dos traços semânticos e mais pertinentes dos excertos para elaborar a definição terminológica. Essa base pode ser incrementada com diversas fontes, como livros, dicionários, *sites* e quaisquer outras que sirvam de repertório para elaborar a DT.

Para gerarmos a base definicional automaticamente e incrementá-la na medida em que julgarmos necessário, é preciso finalizar a atividade de elaboração da estrutura conceitual. Terminada a estrutura, são abertos os campos para inserir os excertos definitórios.

No preenchimento da base, é preciso clicar em algum termo da estrutura conceitual (Figura 21). Adicionamos, na sequência, os excertos definitórios, colocamos a fonte e o nome do responsável pela tarefa (Figura 22).

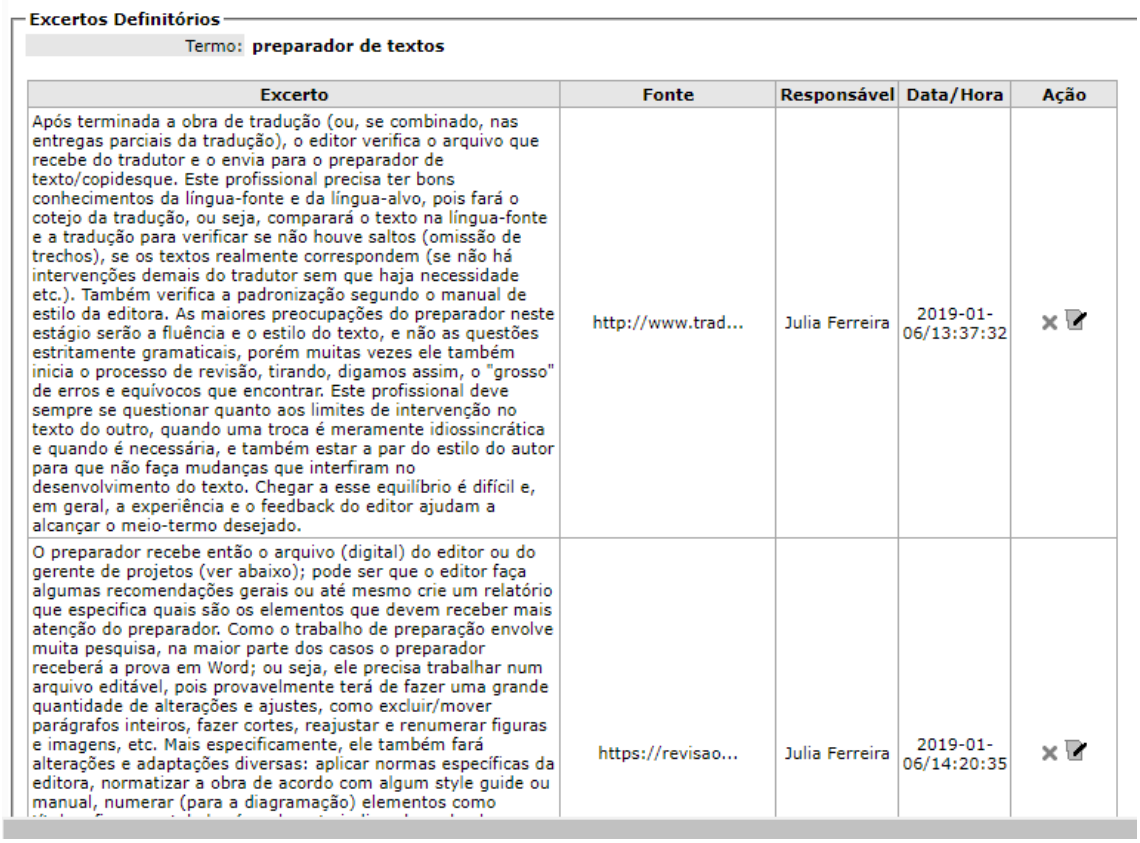
Figura 22 – Preenchimento da base definicional



Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

Na Figura 23, temos a base definicional do termo *preparador de textos* preenchida:

Figura 23 – Base definicional do termo *preparador de textos*



Excertos Definitórios

Termo: **preparador de textos**

Excerto	Fonte	Responsável	Data/Hora	Ação
Após terminada a obra de tradução (ou, se combinado, nas entregas parciais da tradução), o editor verifica o arquivo que recebe do tradutor e o envia para o preparador de texto/copidesque. Este profissional precisa ter bons conhecimentos da língua-fonte e da língua-alvo, pois fará o cotejo da tradução, ou seja, comparará o texto na língua-fonte e a tradução para verificar se não houve saltos (omissão de trechos), se os textos realmente correspondem (se não há intervenções demais do tradutor sem que haja necessidade etc.). Também verifica a padronização segundo o manual de estilo da editora. As maiores preocupações do preparador neste estágio serão a fluência e o estilo do texto, e não as questões estritamente gramaticais, porém muitas vezes ele também inicia o processo de revisão, tirando, digamos assim, o "grosso" de erros e equívocos que encontrar. Este profissional deve sempre se questionar quanto aos limites de intervenção no texto do outro, quando uma troca é meramente idiossincrática e quando é necessária, e também estar a par do estilo do autor para que não faça mudanças que interfiram no desenvolvimento do texto. Chegar a esse equilíbrio é difícil e, em geral, a experiência e o feedback do editor ajudam a alcançar o meio-termo desejado.	http://www.trad...	Julia Ferreira	2019-01-06/13:37:32	
O preparador recebe então o arquivo (digital) do editor ou do gerente de projetos (ver abaixo); pode ser que o editor faça algumas recomendações gerais ou até mesmo crie um relatório que especifica quais são os elementos que devem receber mais atenção do preparador. Como o trabalho de preparação envolve muita pesquisa, na maior parte dos casos o preparador receberá a prova em Word; ou seja, ele precisa trabalhar num arquivo editável, pois provavelmente terá de fazer uma grande quantidade de alterações e ajustes, como excluir/mover parágrafos inteiros, fazer cortes, reajustar e renumerar figuras e imagens, etc. Mais especificamente, ele também fará alterações e adaptações diversas: aplicar normas específicas da editora, normatizar a obra de acordo com algum style guide ou manual, numerar (para a diagramação) elementos como	https://revisao...	Julia Ferreira	2019-01-06/14:20:35	

Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

Foram recolhidos e armazenados na base, no mínimo, quatro excertos definitórios, número que, em geral, é suficiente para auxiliar na elaboração da DT. A partir dos excertos, detectamos os traços semânticos dos termos, colaborando para a redação das definições.

Durante o preenchimento da base, percebemos que não havia excertos definitórios para alguns termos, como *sobra de copi*, *sobra de revisão* e *ok final*. Nesses casos, os termos são atestados no uso por meio de excertos orais, e o especialista pode sugerir uma definição ou explicar os contextos de uso, o que é bastante comum em domínios que ainda estão se consolidando e dispõem de uma terminologia muito instável.

3.5 FICHA TERMINOLÓGICA

Concomitantemente ao incremento da base definicional, são elaboradas as fichas terminológicas, definidas, segundo Oliveira (2009, p.80), como “um registro completo e organizado de informações referentes a um dado termo, consistindo em um verdadeiro dossiê que contém todos os dados e elementos pertinentes ao objetivo da pesquisa”. Elas são criadas para registrar as principais informações acerca de um termo e variam de acordo com as necessidades da pesquisa.

Exibimos o protocolo de ficha terminológica na Figura 24:

Figura 24 – Protocolo de ficha terminológica

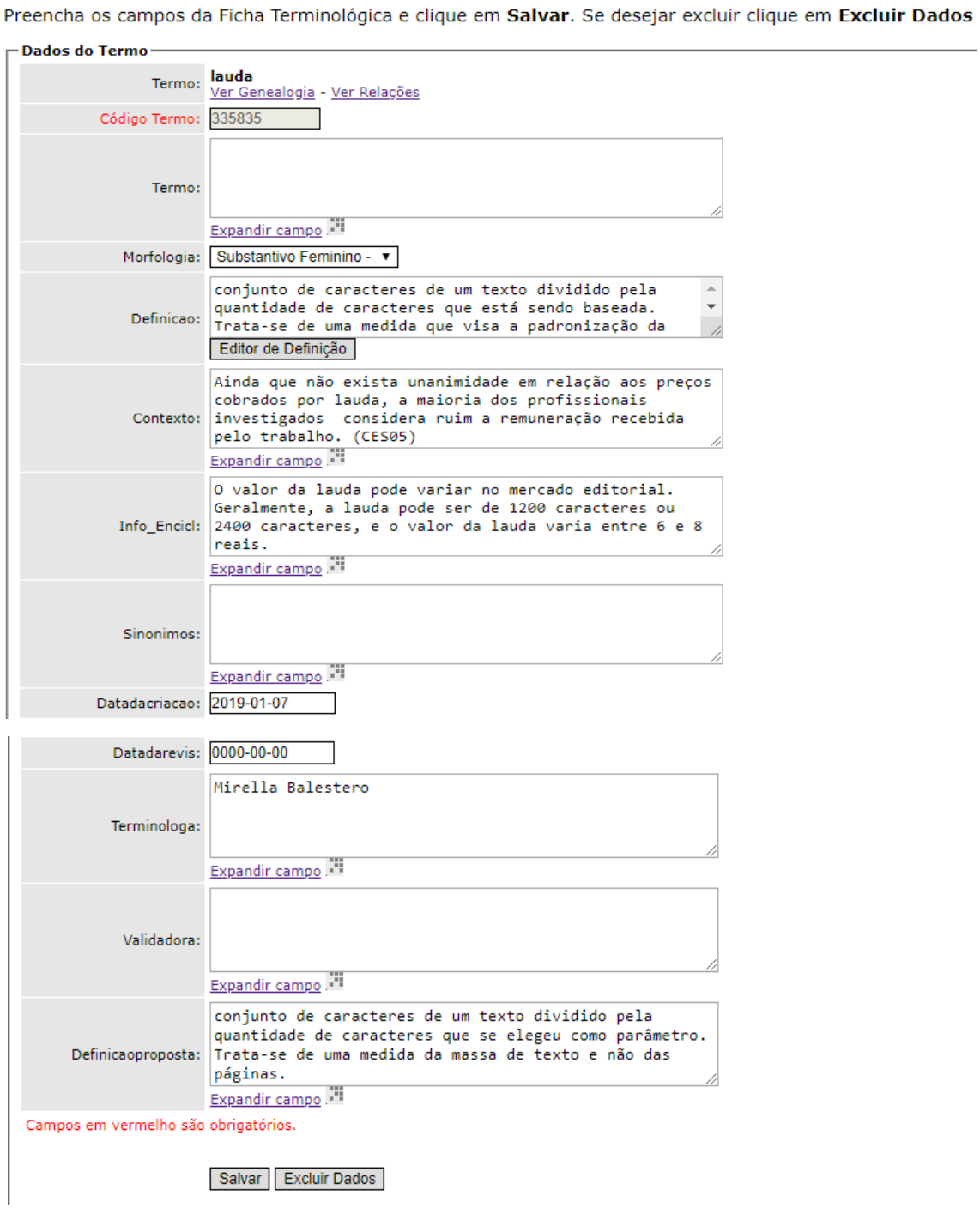
Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

As informações essenciais do domínio da Revisão que devem constar na ficha terminológica são *entrada*, *classe morfológica*, *definição*, *informações enciclopédicas*, *contexto de uso* e *sinônimos*. Também consideramos importantes os campos *data da criação da definição*, *data da revisão* (feita pela especialista do domínio), *terminóloga* (nome da autora deste trabalho), *validadora* (nome da especialista) e *definição proposta* (campo da definição final).

No caso do campo *contexto de uso*, que se refere aos exemplos retirados do *corpus*, utilizamos a ferramenta *concordanciador* do programa AntConc e escolhemos, aleatoriamente, os contextos da área em questão.

Da mesma forma que o incremento da base definicional, para o preenchimento das fichas, o terminológo ou especialista deve clicar em determinado termo. Assim, uma ficha é aberta e aparecem os dados preenchidos, como ilustramos na Figura 25:

Figura 25 – Ficha terminológica do termo *lauda*

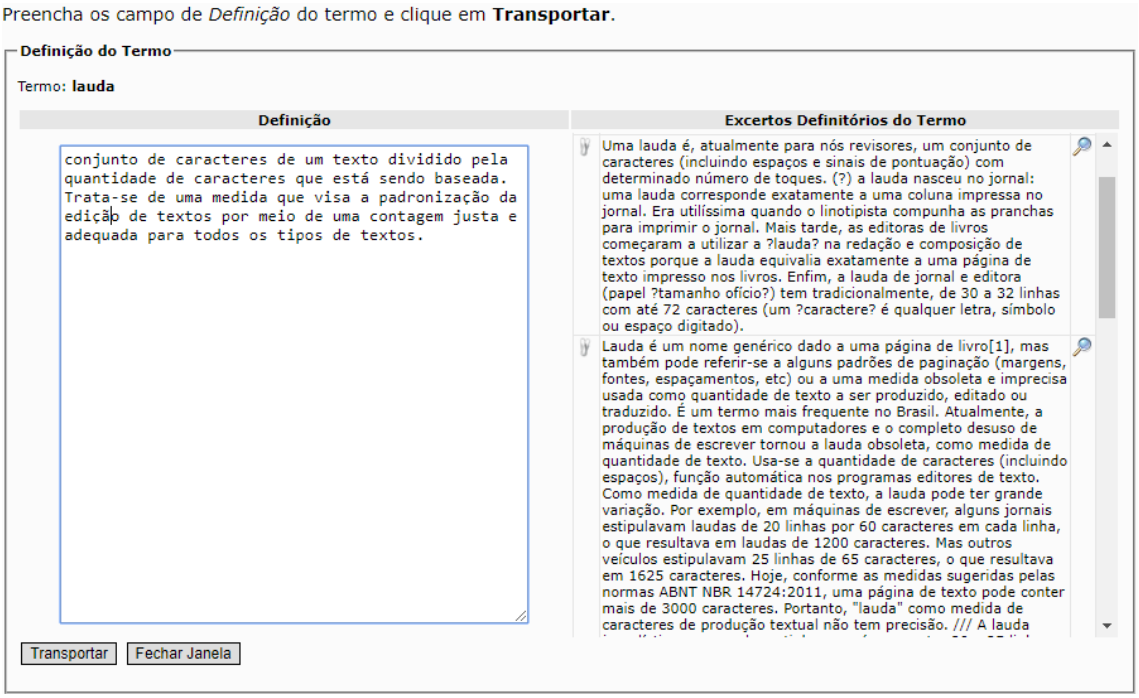


Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

Observamos que o campo *código*, destacado em vermelho, é preenchido automaticamente pelo e-Termos na criação das fichas de cada termo. O campo *termo* não precisou ser preenchido, já que está especificado no nome da ficha. Vale pontuar que, embora o ambiente não reconheça acentos e dígrafos (til, cedilha) nos campos elaborados no protocolo da ficha, ao preenchê-la, estes aparecem normalmente.

Para elaborar a definição, selecionamos o *editor de definição*, e uma nova janela se abre para que possamos considerar os excertos da base, como podemos observar na Figura 26:

Figura 26 – Editor de definição referente ao termo *lauda*



Fonte: e-Termos ([*S.d.*]).

Como este trabalho é um estudo inicial para a elaboração do glossário da Revisão de Textos, recuperamos apenas algumas informações da ficha terminológica, como termo e definição, para exibir no tópico seguinte. As outras informações serão essenciais para a elaboração propriamente dita do glossário, sendo necessários ainda novos campos que consideramos importantes para aperfeiçoar a consulta.

Para tornar ainda mais robusto o protocolo da ficha terminológica, bem como o verbete do glossário, notamos que precisaríamos criar um campo para que a especialista colocasse a sua versão da definição, pois o campo *Definicaoproposta* está vinculado à versão final da definição, e não à versão corrigida e validada por ela. Havia a possibilidade de mudarmos o nome do campo para *Definicaofinal*, mas seria fundamental adicionar um espaço específico para a validação.

Também percebemos que a especialista sentiu necessidade de dar sugestões e/ou corrigir informações sobre os verbetes, o que indicou que ela se mostrou interessada a corrigir as fichas por completo, não só as definições. Por conta disso, adicionaremos futuramente campos referentes à definição, à informação enciclopédica, ao sinônimo e ao contexto, para que, assim,

ela tenha maior liberdade para validar as informações de cada campo da ficha, diferenciando suas marcas das nossas.

3.6 REDAÇÃO DAS DEFINIÇÕES E ANÁLISES

Não há um modelo de definição para seguir, tampouco um modelo certo ou errado, sendo muitos os tipos de definições que, por vezes, se misturam em um mesmo verbete. Nesse sentido, as definições terminológicas são elaboradas a partir dos excertos da base definicional, que apresentam os traços essenciais de cada termo, ou seja, os contextos de uso de cada um.

De saída, buscamos compreender melhor o funcionamento da Revisão de Textos a partir da estrutura conceitual e as relações entre os termos da área. Em seguida, nos baseamos nos traços semânticos (recorrentes e pertinentes) os quais orientam a elaboração da definição, de modo que tudo aquilo que não seja essencial para a sua compreensão ocupe a informação enciclopédica, uma informação extra que complementa e enriquece o que foi dito na definição e nos ajuda a compreender melhor o que o termo significa. Depois de prontas, as definições são enquadradas em denominações já existentes.

De acordo com Balestero, Almeida e Pierozzi Junior (2019):

> [...] é necessário fazer a seleção dos traços semânticos constitutivos dos conceitos cujos termos serão definidos. [...] Quando os excertos são bem escolhidos, provenientes de fontes confiáveis, observamos que o(s) mesmo(s) traço(s) semântico(s) se repete(m) em distintos excertos, essa recorrência nos leva a inferir que se trata de traço(s) relevante(s), que deve(m) constar da DT. Nesse sentido, quanto maior o número de excertos para cada termo, melhor, porque mais informações teremos sobre o termo a ser definido, o que ajuda a assegurar uma DT mais completa.

A seguir, apresentamos a redação de 31 definições da Revisão, corrigidas e validadas pela especialista e, posteriormente, pela orientadora da pesquisa.

acabamento *(s.m.)* o acabamento se dá quando o revisor realiza as adequações de padrão, de tom e outras relativas à vida pública pretendida para o texto.

batida de emendas *(s.f.)* processo de Revisão responsável pela checagem de emendas.

calibragem *(s.f.)* uma dimensão do processo de Revisão que realiza intervenções textuais, adequando o conteúdo do texto aos objetivos da obra, ao público-alvo e ao meio de circulação.

checagem *(s.f.)* ver **checklist**.

checklist *(s.f.)* lista para verificar se todos os erros foram corrigidos no texto.

comentário *(s.m.)* estratégia de marcação de revisão, onde são realizadas sugestões do revisor ao longo do texto, a fim de alertar o autor para possíveis reflexões, alterações, correções.

copidesque1 *(s.m.)* processo de Revisão em que é realizado um trabalho diretamente na malha textual, visando à adequação e ao aperfeiçoamento da forma de tratar um dado conteúdo.

copidesque2 *(s.m.)* revisor responsável pelo copidesque1.

correção *(s.f.)* uma dimensão do processo de Revisão que consiste em identificar problemas relativos a um padrão estabelecido, a normas ortográficas ou gramaticais (concordâncias verbal e nominal, regência, pontuação etc.) ou mesmo de outra ordem (relativa a remissões internas de um texto, a aspectos gráficos da diagramação etc.).

Diagramação *(s.f.)* processo de Edição responsável pela organização e adequação dos elementos gráficos de uma obra (imagens, ilustrações, títulos, margens, legendas) em uma mídia (jornal, site, livro etc.), a partir do projeto gráfico estabelecido - das emendas do editor ou revisor - visando atribuir uma identidade visual à publicação e propiciar mais conforto visual para o leitor.

diagramador *(s.m.)* profissional responsável pela Diagramação.

Edição de Textos *(s.f.)* processo de tratamento editorial de textos responsável pela avaliação e seleção dos textos a serem publicados. Além disso, trata-se da fase em que são designados os profissionais responsáveis por diferentes etapas e tarefas necessárias para tratar o texto.

emendas *(s.f.)* alterações, correções e sugestões de Revisão marcadas no texto, em especial nas etapas finalizadoras.

formatação *(s.f.)* processo de Diagramação – ou, mais frequentemente, pré-Diagramação – responsável por adequar graficamente uma obra, isto é, distribuir e organizar os elementos gráficos em uma página a partir de ferramentas específicas.

intervenção textual *(s.f.)* uma dimensão do processo de Revisão que consiste na marcação no texto por meio de emendas, comentários, calibragem. Em uma perspectiva discursiva, a intervenção é a atividade de mexer no texto do outro.

lauda *(s.f.)* conjunto de caracteres de um texto dividido pela quantidade de caracteres que se elegeu como parâmetro. Trata-se de uma medida da massa de texto, e não das páginas.

normalização *(s.f.)* processo de Revisão responsável por padronizar o texto a partir das normas estabelecidas por uma entidade de publicação, em geral, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A normalização consiste em aplicar a normatização.

ok final *(s.m.)* última leitura do texto antes de ser publicado.

preparação de originais: processo de Tradução responsável pela busca, seleção e adequação do texto. Neste último, trata-se de realizar o cotejo da prova com o original.

preparação de textos *(s.f.)* processo de Revisão que realiza a primeira limpeza do texto e consiste na identificação de falhas estruturais do texto e/ou aplicação da normalização.

preparador de textos *(s.m.)* revisor responsável pela preparação de textos.

Revisão de Textos *(s.f.)* **1** processo de Edição responsável pela checagem e/ou calibragem do texto, buscando adequá-lo às condições de produção e publicação, ou seja, ao público-alvo, aos objetivos da obra e ao meio de circulação. Trata-se de identificar, adequar, corrigir e/ou aperfeiçoar o texto em relação a questões gramaticais, textuais, discursivas e enciclopédicas. *(s.f.)* **2** domínio de especialidade que integra os processos de Edição e é composto pelos processos: batida de emendas, copidesque, correção, normatização, preparação de textos e revisão de textos.

revisão de textos *(s.f.)* processo de Revisão responsável pela revisão final do texto, verificando se as etapas anteriores foram cumpridas, e, se necessário, por corrigir e adequar os erros que passaram, minimizando os ruídos no texto.

revisor *(s.m.)* profissional do texto responsável pelas atividades de Revisão.

revisor de textos *(s.m.)* revisor responsável pela revisão de textos.

sobra de copi *(s.f.)* marcas do processo de Edição que não são suprimidas na versão final e deveriam ser, posto que são indicações de emendas, sugestões ao autor de etapas anteriores ao estabelecimento da versão pública.

sobra de revisão *(s.f.)* marcas do processo de Edição que não são suprimidas na versão final e deveriam ser, posto que são indicações de emendas, sugestões ao diagramador de etapas anteriores ao estabelecimento da versão pública.

Tradução *(s.f.)* processo de Edição que visa a interpretação, reescrita ou produção de texto em um idioma diferente, a partir de equivalentes ou correspondentes que mantêm, na língua de chegada, o sentido do texto original.

tradutor *(s.m.)* profissional do texto responsável pela Tradução.

tratamento editorial de textos *(s.m.)* prática editorial composta de um conjunto de etapas responsáveis pela calibragem do texto, visando adequá-lo à publicação. O tratamento editorial de textos é composto de todos os processos de Edição.

Ao elaborarmos as definições com base em uma terminologia descritiva, procuramos descrever da maneira mais fiel possível os usos de cada termo. Para tentar minimizar a imprecisão terminológica da Revisão, optamos por colocar *e/ou* nos casos em que há mais instabilidade, como a definição de *preparação de textos*, processo que pode ser chamado tanto de *preparação* quanto de *copidesque*.

Isso acontece, por exemplo, porque em alguns trabalhos não é possível contratar dois profissionais diferentes, um para cada função (copidescar e preparar), o que dificulta a delimitação de tarefas de cada profissional e, consequentemente, a delimitação das características de cada termo.

É importante enfatizar que o uso da palavra *etapa* em algumas definições não significa que necessariamente todos os processos vão acontecer e que há uma ordem. Etapa, aqui, não pressupõe fases, mas, sim, atividades, processos. Vale ainda chamar atenção para o uso de letras maiúsculas e minúsculas não só nas definições, mas também ao longo de todo o trabalho. Por se tratar de uma pesquisa em Terminologia, a diferenciação entre hiperônimos e hipônimos se faz fundamental para a melhor compreensão do domínio.

Os termos *sobra de copi* e *sobra de revisão* foram definidos como marcas do processo de Edição. A dúvida que pode surgir é: por que esses termos não foram considerados filhos de *Edição de Textos*? Embora sejam marcas de Edição (problemas que os profissionais de copi e revisão deixaram passar), tais marcas são percebidas apenas no processo de Revisão, ao se realizar o acabamento do trabalho. Por isso, optamos por mantê-los como hipônimos de *problemas de acabamento*.

A título de ilustração, apresentamos abaixo dois verbetes que farão parte do glossário da Revisão de Textos. Lembramos que um verbete contém informações sistemáticas e não sistemáticas: a primeira diz respeito às informações obrigatórias (número da ordem do termo, entrada, classe morfológica, definição, remissiva) e a segunda indica as informações não recorrentes (informação enciclopédica, sinônimo, contexto) (ALMEIDA, 2000b, p.16).

O modelo de verbete foi baseado em Almeida (2000b) e propõe:

número de ordem do termo **entrada** (classe morfológica) – definição.
Informação enciclopédica
Sinônimo(s)
Contexto[56] [fonte]
Remissiva(s)[57]

Verbete 1

batida de emendas (*s.f.*) - processo de Revisão responsável pela checagem de emendas.

Inf. encicl.: neste processo, o revisor ou diagramador verifica se as emendas foram aplicadas corretamente e, consequentemente, se os erros foram corrigidos. Geralmente, o profissional faz a batida de emendas durante ou após a revisão de provas, e não há a necessidade de se aprofundar no texto, lê-lo integralmente.

Sinônimo: revisão espelhada.

Contexto: *conforme se observou na bibliografia nacional e estrangeira e também se constata na prática profissional, é habitual haver três revisões de prova nas grandes editoras comerciais de livros: as duas primeiras são lidas integralmente e na terceira o revisor faz a <batida de emendas> e uma checagem gráfica* [DIV03].

Cf. **emendas.**

Verbete 2

lauda (*s.f.*) - conjunto de caracteres de um texto dividido pela quantidade de caracteres que se elegeu como parâmetro. Trata-se de uma medida da massa de texto, e não das páginas.

Inf. encicl.: o valor da lauda pode variar no mercado editorial. Geralmente, a lauda pode ter de 1.200 a 2.400 caracteres, e o seu valor varia entre 6 e 8 reais.

Contexto: *ainda que não exista unanimidade em relação aos preços cobrados por <lauda>, a maioria dos profissionais investigados considera ruim a remuneração recebida pelo trabalho* [CES05].

[56] Excertos retirados do *corpus* ReTex. Os contextos de uso aparecem em itálico e o termo em questão é destacado entre os símbolos matemáticos de maior e menor.
[57] Simbolizada por **Cf.**, a remissiva sugere que os termos apresentados têm alguma relação com o termo definido (hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia etc.).

Só depois de finalizada a definição é que consideramos relevante a aplicação de alguma tipologia já existente. Na sequência da tipologia de definições, apresentamos, na Tabela 7, os tipos definitórios empregados no trabalho, bem como a produtividade de cada um deles, de acordo com Balestero, Almeida e Pierozzi Junior (2019).

Tabela 7 – Tipos definitórios empregados

Tipos definitórios	Produtividade
Definição por gênero próximo e diferença específica (DUBUC, 1999)	17
Definição parafrástica substancial (TERMCAT, 2009)	8
Definição parafrástica morfossemântica (TERMCAT, 2009)	1
Definição mediante sinônimo (SAGER, 1993; DUBUC, 1999)	1
Definição mediante implicação (SAGER, 1993)	1
Definição parafrástica extensiva (TERMCAT, 2009)	1
Definição mista	2

Fonte: elaboração própria.

Elaboramos 31 definições, considerando que o termo *Revisão de Textos* apresenta duas acepções. Os termos de cada tipologia estão especificados a seguir:

- **Definição GPDE**: batida de emendas; copidesque1; copidesque2; diagramador; Edição de Textos; formatação; normalização; preparação de originais; preparação de textos; preparador de originais; Revisão de Textos; revisão de textos; revisor; revisor de textos; Tradução; tradutor; tratamento editorial de textos;
- **Definição parafrástica substancial**: calibragem; checklist; comentário; emendas; intervenção textual; lauda; sobra de copi; sobra de revisão.
- **Definição parafrástica morfossemântica**: ok final;
- **Definição mediante sinônimo**: checagem;
- **Definição mediante implicação**: acabamento;
- **Definição parafrástica extensiva**: Revisão de Textos.
- **Definição mista**: correção; Diagramação.

Neste trabalho, a definição por gênero próximo e diferença específica se mostrou a mais produtiva, uma vez que a estrutura conceitual foi elaborada pela autora e terminóloga da

pesquisa. Assim, a possibilidade de surgirem definições com esse modelo aumenta, pois as relações já são pensadas para auxiliar a elaboração da definição terminológica.

O tipo de definição GPDE se refere ao modelo tradicional, com um termo superordenado e as características/diferenças de outros termos. Exemplo:

diagramador: profissional responsável pela Diagramação.

termo superordenado características

A definição parafrástica substancial diz respeito às definições que contêm um descritor como primeiro elemento, ou seja, um primeiro elemento que não apresenta uma relação hierárquica do tipo *é um*. O descritor tem que ser da mesma classe de palavra do termo, além de semanticamente equivalente. Nesse caso, a fórmula da definição é *descritor + características*, e esse tipo de definição não recupera o hiperônimo.

A definição parafrástica morfossemântica consiste em paráfrases do termo definido que dizem a mesma coisa, porém de formas diferentes. Em outras palavras, "trata-se de um tipo de definição que descreve o termo por meio da explicitação dos seus componentes morfológicos ou lexicais" (BALESTERO; ALMEIDA; PIEROZZI JUNIOR, 2019).

No modelo de definição mediante sinônimo, temos um sinônimo do termo definido. Na definição mediante implicação, o termo é explicado, inserido em um contexto de uso. Por último, na definição mista, dois ou mais tipos diferentes de definições são identificados, como definição parafrástica extensiva (quando há um descritor ou termo superordenado e seus hipônimos), definição parafrástica substancial e definição de gênero próximo e diferença específica.

Um exemplo de definição mista da Revisão de Textos pode ser:

correção: uma dimensão do processo de Revisão [descritor] que consiste em identificar problemas relativos a um padrão estabelecido, a normas ortográficas ou gramaticais [característica] (concordâncias verbal e nominal, regência, pontuação etc.) [hipônimos] ou mesmo de outra ordem (relativa a remissões internas de um texto, a aspectos gráficos da diagramação etc.). [característica]

Discutidas as estratégias metodológicas da pesquisa e pontuados nossos dados e resultados, vamos às considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS FUTUROS

Por que fazer um glossário da Revisão de Textos? Segundo Peruchi (2014, p.260), “em geral, buscam-se dicionários por diferentes razões: dúvidas ou lacunas de conhecimento podem recair tanto sobre o significante como sobre o significado ou mesmo sobre o objeto”. Dessa perspectiva, pretendemos neste trabalho, pioneiro na área, dar os primeiros passos para enfrentar o problema da imprecisão terminológica da Revisão, constituindo uma fonte segura para o domínio.

Como referimos no título da pesquisa, propomos alguns estudos iniciais para a sistematização e a estruturação do domínio, por meio da elaboração de definições terminológicas. Para isso, nos fundamentamos em uma terminologia descritiva de base linguística e adotamos uma sequência de etapas metodológicas, desde a compilação do *corpus* até a elaboração das definições.

Sem dúvida, o arcabouço teórico a que recorremos é suficiente para fundamentar este trabalho, haja vista que levamos em consideração os usos de cada termo, não contemplados nas outras perspectivas terminológicas. Vale destacar que as atividades foram se modificando ao longo do trabalho, uma vez que nossa forma de fazer e pensar Terminologia também foi se transformando. Ressaltamos que os objetivos da pesquisa foram cumpridos e que suas tarefas tiveram a colaboração de ferramentas semiautomatizadas, o que pode ser encarado de diferentes formas.

Por um lado, elas nos permitem experienciar novos conhecimentos, atividades e reflexões a partir do gerenciamento dos dados de forma eficaz, como, por exemplo, a sistematização do domínio da Revisão em formato *folder tree*, a extração de termos e a definição terminológica em um ambiente colaborativo. Por outro, demandam um tempo considerável de aprendizado, bem como de solução dos problemas que podem surgir em relação à limpeza de dados do *corpus*, à extração de palavras pertencentes à língua geral, aos erros na alteração da estrutura conceitual, entre outros que interferem diretamente no desenvolvimento da pesquisa.

Neste quesito, consideramos pertinente registrar algumas das questões que foram aparecendo, como as modificações da estrutura conceitual. Para cada reflexão, tínhamos uma versão da estrutura, mas, ao iniciarmos a redação das definições, percebemos novamente a necessidade de alterar alguns nós, o que resultou em mais uma versão. Já na etapa de análise das definições, tivemos um contratempo quanto a alguns nós, que poderiam ser realocados para lugares mais adequados, os quais, à época da elaboração, não percebemos.

Embora essas situações possam parecer obstáculos para o trabalho, confirmam como os domínios de especialidade podem guiar a pesquisa terminológica: não se trata de se basear em princípios normativos, apesar de a Teoria Geral de Terminologia ter contribuído para o que fazemos hoje, pois tanto o funcionamento quanto as práticas do domínio nos indicam o percurso da pesquisa. Surgiram, então, novas discussões e reflexões que aperfeiçoaram as tarefas.

No que se refere às tarefas da pesquisa, gostaríamos de enfatizar a complexidade da redação de definições terminológicas, a qual envolve diversos conhecimentos, seja da área-objeto ou dos vários ramos da Linguística (Semântica, Morfologia, Sintaxe, Linguística Textual), o que exige do linguista um grande empenho. Para não nos estendermos aqui na discussão de cada uma delas, conscientes de que já foram delimitadas no decorrer do trabalho, propomos sua síntese nos seguintes tópicos:

- apresentação e contextualização da Revisão de Textos;
- organização de uma linha do tempo da prática de revisão;
- discussões e reflexões acerca da instabilidade terminológica;
- discussões e reflexões acerca do revisor de textos;
- elaboração de um *corpus* da Revisão de Textos;
- seleção de listas de termos do domínio;
- sistematização do domínio por meio da elaboração de uma estrutura conceitual;
- incremento de uma base definicional para cada termo;
- elaboração de um protocolo de ficha terminológica;
- preenchimento de fichas terminológicas;
- elaboração de definições terminológicas;
- análise das definições terminológicas.

Uma etapa árdua que vale a pena registrar é a sistematização de um domínio de especialidade das Humanidades, na medida em que foi necessário discutir as questões sociais que permeiam o trabalho. Nesse sentido, impulsionar o domínio de Revisão, bem como os estudos acerca da Edição, foi a nossa maior meta.

Todo o trabalho feito aqui se baseou nas práticas editoriais, isto é, nas ações dos profissionais, das editoras e de outras instituições do mercado editorial, buscando entender o funcionamento do domínio, que ainda é novo como domínio e está em processo de consolidação. Dado que todas as etapas da pesquisa se configuraram como dados e, consequentemente, resultados que nos levam ao mesmo tempo às discussões, à apresentação e

à execução das atividades, nossa metodologia não pôde ser dividida em métodos, resultados e análises.

Antes de finalizarmos este estudo, é interessante expor algumas questões que deixaram de ser tratadas devido ao tempo de pesquisa ou a decisões terminológicas. Uma delas é o maior detalhamento da estrutura conceitual, levando-se em consideração as designações da atividade do revisor. Não foi possível discutir e definir, por exemplo, alguns termos comumente utilizados no mercado editorial, como *revisão ortográfica*, *revisão acadêmica*, *revisão de teses e dissertações*, *revisão técnica*, *revisão tipográfica* e *revisão linguística*, por se tratar de formas diferentes de se referir a uma mesma coisa.

Apesar da tentativa de criar nós para esses termos, não foi possível estabelecer relações semânticas entre um e outro, pois não ficou claro se devemos considerar a revisão de teses e dissertações um tipo de revisão acadêmica ou se uma revisão linguística também pode ser realizada na tipologia anterior. Percebemos, no decorrer do trabalho, que essa seria uma tarefa para pensar com maior cautela e atenção para de fato contribuir com o domínio.

Outra questão que não foi abordada diz respeito às condições de trabalho do revisor em relação à ergologia. Essa discussão poderia ter contribuído para as reflexões acerca da formação e da atuação dos profissionais de texto, e, sem dúvida, consiste em um tema relevante para a área.

Alguns termos exibidos na estrutura conceitual proposta na metodologia não foram definidos, e podem ser tema de futuras pesquisas. Além disso, questões como a variação terminológica (termos com significados iguais utilizados em contextos diferentes), o incremento da base definicional, a expansão do *corpus* e a definição terminológica de outros termos da área têm lacunas que podem ser estudadas em outros momentos.

Também consideramos relevante o maior detalhamento do protocolo das fichas terminológicas direcionadas para o domínio, pois notamos a necessidade de mais campos ou campos melhor detalhados, como, por exemplo, campos específicos para o especialista de domínio fazer sugestões e alterações, próximos daqueles preenchidos pelo terminológo.

Por último, destacamos que seria fundamental realizar uma análise detalhada de cada definição proposta aqui, para distinguir seus traços semânticos. Além disso, os morfemas podem ser observados de modo que a presença de afixos implique ou não alterações no texto definitório. Tal conteúdo pode servir de base para outras pesquisas terminológicas, bem como revelar as informações essenciais para a redação das definições referentes à Revisão.

Desejamos, por fim, que mais pesquisas possam dar continuidade às inquietações acerca da Edição de Textos. Neste trabalho, iniciador dos estudos terminológicos acerca da Revisão,

temos como resultados DTs que abrem discussões na direção da valorização do domínio e do profissional do texto, abrindo ainda espaço para os não falados e propondo reflexões, sistematizações e estruturações da área. A partir das DTs propostas, esperamos ter estabelecido um diálogo entre os estudos relativos à Terminologia e à Revisão de Textos, contribuindo para ambos.

Referências

ALMEIDA, G. M. B. **Teoria Comunicativa da Terminologia**: uma aplicação. 2000. v. 1. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2000a.

_____. **Teoria Comunicativa da Terminologia**: uma aplicação. 2000. v. 2. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2000b.

_____. O percurso da Terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **TradTerm**, São Paulo, v. 9, p. 211-222, dez. 2003. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49087. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 85-101, 2006. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/index.php/alfa/article/viewFile/1413/1114. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. Fazer Terminologia é fazer Linguística. *In:* PERNA, C. L.; DELGADO, H. K.; FINATTO, M. J. (org.). **Linguagens especializadas em Corpora**: modos de dizer e interfaces de pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 72-90.

ALMEIDA, G. M. B.; OLIVEIRA, L. H. M. Ambiente web para elaboração de produtos terminológicos: e-Termos. *In:* LAPORTE, É.; SMARSARO, A.; VALE, O. A. (org.). **Dialogar é preciso**: linguística para processamento de línguas. 1. ed. Vitória: PPGEL/UFES, 2013. p. 21-30.

ALMEIDA, G. M. B.; OLIVEIRA, L. H. M. de; ALUÍSIO, S. M. A Terminologia na era da Informática. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 58, n. 2, p. 42-45, 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200016. Acesso em: 12 abr. 2019.

ALMEIDA, G. M. B.; SOUZA, D. S. L. de; PINO, D. H. P. A definição nos dicionários especializados: proposta metodológica. **RITerm - Debate terminológico**, n. 3, p. 1-20, jan. 2007. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/riterm/article/view/23812/13814. Acesso em: 12 abr. 2019.

ALUÍSIO, S. M.; ALMEIDA, G. M. B. O que é e como se constrói um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa linguística. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 4, n. 3, p. 156-178, set./dez. 2006. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6002. Acesso em: 12 abr. 2019.

ANTCONC. Disponível em: http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/. Acesso em: 22 abr. 2019.

ARAÚJO, E. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro; Brasília: Nova Fronteira; INL, 1986.

BAKER, P.; HARDIE, A.; McENERY, T. **A glossary of corpus linguistics**. Edinburgh: University Press, 2006.

BALESTERO, M. S. **Definições terminológicas para o processo de intensificação agropecuária**: termos referentes a “clima”, “termo”, “água” e “solo”. 2017. Monografia (Bacharelado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

_____. A instabilidade terminológica no tratamento editorial de textos: uma proposta. *In:* SALGADO, L. S.; PENTEADO, A. E. de A. (org.). **Mediação editorial**: o que é? quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2018. p. 73-84. *E-book*. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/907a66_324d251a96294da394c6bf08b305cfec.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

BALESTERO, M. S.; ALMEIDA, G. M. B; PIEROZZI JUNIOR, I. Quando o especialista de domínio e as novas tecnologias entram em cena: impactos na definição terminológica. **Linguasagem**, São Carlos: v. 30, n. 1, p. 1-27, 2019. Disponível em: http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/issue/view/20/showToc. Acesso em: 03 jun. 2019.

BARROS, L. A. **Curso Básico de Terminologia**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

BERBER SARDINHA, T. Linguística de Corpus: histórico e problemática. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n2/a05v16n2.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. Que tipo de corpus é a Web? **Revista da ANPOLL**, Belo Horizonte, v. 1, n. 15, p. 191-220, jul./dez. 2003. Disponível em: https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/430. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Linguística de Corpus**. São Paulo: Manole, 2004.

BESSA, M. **Perfil dos profissionais que trabalham com revisão de texto no município do Rio de Janeiro**. 2014. Monografia (Especialização em Revisão de Textos) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BEYOND COMPARE. Disponível em: https://www.scootersoftware.com/download.php?zz=beta42. Acesso em: 22 abr. 2019.

BIBER, D. Representativeness in Corpus Design. **Literary and Linguistic Computing**, v. 8, n. 4, p. 243-257, 1993. Disponível em: http://otipl.philol.msu.ru/media/biber930.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. **Corpus linguistics**: Investigating language structure and use. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BIDERMAN, M. T. Conceito linguístico de palavra. **Palavra**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 81-97, 1993.

_____. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 35-37, jun. 2006. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200014. Acesso em: 12 abr. 2019.

BOUTIN-QUESNEL, R.; BÉLANGER, N.; KERPAN, N.; ROUSSEAU, L-J. **Vocabulaire systématique de la terminologie**. Québec: Publications du Québec, 1985. (Cahiers de l´ Office de la Langue Française).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. 3. ed. Brasília: MTE; SPPE, 2010. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/CLASSIFICA%C3%87%C3%83O-BRASILEIRA-DE-OCUPA%C3%87%C3%95ES-MEC.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

BUENO, S. S. Em lugar de “la Mancha”... Procesos de control de calidad del texto, libros de estilo y políticas editoriales. **Panace@**, v. VI, n. 21-22, p. 355-370, set./dez. 2005. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1389765. Acesso em: 12 abr. 2019.

CABRÉ, M. T. **La terminologia**: la teoria, els mètodes, les aplicacions. Barcelona: Les Naus d'Empúries, 1992.

_____. **La terminología**: teoria, metodologia, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida; Empúries, 1993.

_____. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, p. 1-15, 1995. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000000832/8a798a23d6c8222ef1796a21daf0b639/. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **La terminología**: representación y comunicación – elementos para una teoria de base comunicativa y outros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüistica Aplicada, 1999.

_____. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. **Terminology**, v. 9, n. 2, p. 163-200, 2003. Disponível em: https://benjamins.com/catalog/term.9.2.03cab. Acesso em: 12 abr. 2019.

CASTILLO, R. A. **Cómo hacer un diccionario científico técnico?** Buenos Aires: Editorial Memphis, 1997.

CASTRO, B. D. de R.; SANTIAGO, M. S. A importância da Terminologia para prática de revisão do texto técnico-científico. **Domínios de Lingu@gem**, v. 9, n. 5, p. 1-15, dez. 2015. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/29255. Acesso em: 12 abr. 2019.

CHARTIER, R. **A Ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2. ed. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CLARES, L. M. **Ritos genéticos editoriais do impresso ao audiolivro**: o revisor de textos e as manobras de intervenção. 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de

Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: https://grupopesquisacomunica.files.wordpress.com/2016/04/tcc_letc3adciaclares-ritos-genc3a9ticos-editoriais-do-impresso-ao-audiolivro-o-revisor-de-textos-e-as-manobras-de-intervenc3a7c3a3o.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Mediação editorial na comunicação científica**: um estudo de dois periódicos de humanidades. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://grupopesquisacomunica.files.wordpress.com/2016/04/dissertacao_leticiaclares-versaocorrigida.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

COELHO NETO, A. **Além da revisão**: critérios para revisão textual. 3. ed. Brasília: Editoria Senac, 2013.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DOMÉNECH, E. V. **Patrones de la definición terminológica en el ámbito de la cerámica**: una contribución a la automatización de las definiciones. 2014. Tesis (Doctorat) – Universitat Jaume I, Castellón, 2014.

DUBUC, R. **Manual práctico de terminología**. Tradução de Ileana Cabrera. Chile: RiL Editores, 1999.

EDITPAD PRO 7. Disponível em: https://www.editpadpro.com/. Acesso em: 22 abr. 2019.

E-TERMOS. Disponível em: https://www.etermos.cnptia.embrapa.br/index.php. Acesso em: 22 abr. 2019.

FINATTO, M. J. B. **Definição terminológica**: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1516. Acesso em: 12 abr. 2019.

FLUSSER, V. **A escrita – Há um futuro para a escrita?** Tradução do alemão por Murilo Jardelino da Costa. São Paulo: Annablume, 2010.

FONSECA, S. O Livro. *In:* _____. **Alma, Versos & Coração**. 1. ed. [*S.l.*]: Editora Ler para escrever, 2016.

GATTO, M. **From body to Web**: An Introduction to the Web as Corpus. Bari: Editori Laterza, 2008.

GOMES, M. Radiografia do mercado de trabalho em editoração. **Cadernos de Jornalismo e Editoração**, São Paulo, n. 22, dez. 1988.

HOUAISS, A. **Elementos de bibliologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Ministério da Educação e Cultura, 1967.

International Organization for Standardization – ISO. **ISO 1087:1990**: Terminology – Vocabulary. 1. ed. [*S.l.*]: ISO, 1990.

_____. **ISO WD 704.1. TC/37**: Terminologia – princípios e métodos. [*S.l.*]: ISO, 1996.

_____. **ISO 1087-1: 2000**: Terminology Work – Vocabulary – Part 1: Theory and application. [*S.l.*]: ISO, 2000.

KENNEDY, G. **An Introduction to Corpus Linguistics**. London; New York: Longman, 1998.

KRIEGER, M. G. Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual. *In:* KRIEGER, M. G.; ISQUERDO, A. N. (org.). **As ciências do léxico**: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. p. 327-339.

_____. Termos técnico-científicos em minidicionários: problemas de inclusão e de definição. *In:* CARVALHO, O. L. de S.; BAGNO, M. (org.). **Dicionários escolares**: políticas, formas & usos. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 73-85.

_____. A heterogeneidade do léxico especializado e perfis terminológicos. *In:* MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L. (org.). **Terminologia**: uma ciência interdisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 23-41.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LE GOFF, J. **Os intelectuais na idade média**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

LEMOS, M. E. **A regulamentação da profissão de revisor de textos**: uma medida social necessária. 9. ed. Porto Alegre: Cenários, 2014.

MACHADO, C. Especializações em revisão de texto. **Revisão para quê?**, 2 jan. 2013. Disponível em: https://revisaoparaque.com/blog/especializacoes-em-revisao-de-texto/. Acesso em: 26 abr. 2019.

MAINGUENEAU, D. **Pragmática para o discurso literário**. Tradução de Mariana Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Leitura e Crítica).

MALTA, L. R. **Manual do revisor**. São Paulo: WVC, 2000.

MARTINS FILHO, P; ROLLEMBERG, M. A preparação de texto e Revisão de provas. *In:* MARTINS FILHO, P; ROLLEMBERG, M. **Edusp**: um projeto editorial. São Paulo: Ateliê/Imprensa Oficial, 2001. p. 85-90.

MEDRADO, B. Textos em cena: a mídia como prática discursiva. *In:* SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro: Edição virtual, 2013. p. 215-241.

MONTE, M. Diariamente. *In:* MONTE, M. **Mais**. Artista & intérprete: Marisa Monte. Composta por: Nando Reis. [*S.l.*]: EMI, 1991.

MUNIZ JR., J. de S. A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. **Anais [...]** Curitiba: Intercom, 2009. p. 1-15.

_____. **O trabalho com o texto na produção de livros**: os conflitos da atividade na perspectiva ergodialógica. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17022011-122845/pt-br.php. Acesso em: 12 abr. 2019.

MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L. **Terminologia**: uma ciência interdisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Série Trilhas Linguísticas).

NEVES, M. H. M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

NEWOCR. Disponível em: https://www.newocr.com/. Acesso em: 8 out. 2018.

O PAVEL: curso interativo de Terminologia. 2003.

OLIVEIRA, L. H. M. de. **e-Termos**: um ambiente colaborativo web de gestão terminológica. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Computação e Matemática Computacional) – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-19012010-150638/pt-br.php. Acesso em: 12 abr. 2019.

PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de Terminologia**. Tradução de Enilde Faulstich. [*S.l.*]: 2006.

PERUCHI, R. M. G. **O Léxico da Apicultura e da Meliponicultura no Brasil**: limites e flexibilidade para sua fixação em um dicionário terminológico. 2014. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2014.

PIEROZZI JUNIOR, I.; OLIVEIRA, L. H. M. de; SOUZA, K. X. S. de. Construindo ontologias de domínio: o (re)conhecimento da intensificação agropecuária no Brasil. *In:* SEMINÁRIO DE PESQUISA EM ONTOLOGIAS NO BRASIL, 3., 2010, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2010. p. 100-108.

PINTO, I. O. **O livro**: manual de preparação e revisão. São Paulo: Editora Ática, 1993.

POSSENTI, S. Observações esparsas sobre discurso e texto (notas de trabalho). **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 44, p. 211-222, jan./jun. 2003. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637077. Acesso em: 12 abr. 2019.

RENOUF, A. (ed.). **Explorations in Corpus Linguistics**. Amsterdam: Rodopi, 1998.

RIBEIRO, A. E. O que é e o que não é um livro: suportes, gêneros e processos editoriais. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2011, Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2011. p. 1-9.

_____. **Em busca do texto perfeito**: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. 1. ed. Divinópolis: Artigo A, 2016.

RODRIGUES, D. L. D. I. Para além da normalização: aspectos discursivos das normas de padronização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, p. 357-368, 2015. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2015v19n36p357. Acesso em: 12 abr. 2019.

RUGONI, L. S. **O imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos editoriais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: https://grupopesquisacomunica.files.wordpress.com/2016/04/disserac3a7c3a3o_luciana-rugoni-o-imaginc3a1rio-do-revisor-de-textos-nos-ritos-genc3a9ticos-editoriais.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

SAATKAMP, H. **Preparação & revisão de originais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Age, 1996.

SAGER, J. C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Tradução de Castelhana de Laura C. Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirámide, 1993.

SALGADO, L. S. **Ritos genéticos no mercado editorial**: autoria e práticas de textualização. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/268892. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. Ritos genéticos editoriais: uma abordagem discursiva da edição de textos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 57, p. 253-276, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rieb/n57/11.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Ritos genéticos editoriais**: autoria e textualização. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2016.

_____. **Quem mexeu no meu texto?** questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. 1. ed. Divinópolis: Artigo A, 2017.

SALGADO, L. S.; PENTEADO, A. E. de A. (org.). **Mediação editorial**: o que é? quem faz? Revisão de textos, ofícios correlatos e materialidades editáveis. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2018. *E-book*. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/907a66_324d251a96294da394c6bf08b305cfec.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 26. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: 1995 [1916].

SILVA, O. L. da. **Das ciências do léxico ao léxico nas ciências**: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária. 2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2008.

SINCLAIR, J. Corpus and Text - Basic Principles. *In:* WYNNE, M. (ed.). **Developing Linguistic Corpora**: a Guide to Good Practice. Oxford: Oxbow Books, 2005. p. 1-16.

TERMCAT. **La definició terminològica**. Vic: Eumo Editorial, 2009.

VERDELHO, T. Portugiesisch: Lexikographie: Lexicografia. *In:* HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMITT, C. (org.). **Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)**: Band VI/2: Galegisch, Portugiesisch. Tubingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. p. 673-694.

VERDELHO, T. **As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas**. 1. ed. [*S.l.*]: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995. (Linguística).

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Tradução de Anne-Céceli Nokerman. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

YAMAZAKI, C. Editor de texto: quem é e o que faz. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., Santos. **Anais [...]** Santos: Intercom, 2007. p. 1-16. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r1153-1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

_____. **Edição de texto na produção editorial de livros**: distinções e definições. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-31082015-132242/pt-br.php. Acesso em: 12 abr. 2019.

ANEXO

Stoplist

de
a
o
que
e
do
da
em
um
para
é
com
não
uma
os
no
se
na
por
mais
as
dos
como
mas
foi
ao
ele
das
tem
à
seu
sua
ou
ser
quando
muito
há
nos
já
está
eu
também
só
pelo
pela
até
isso
ela
entre
era
depois
sem
mesmo
aos
ter
seus
quem
nas
me
esse
eles
estão
você
tinha
foram
essa
num
nem
suas
meu
às
minha
têm
numa
pelos
elas
havia
seja
qual
será
nós
tenho
lhe
deles
essas
esses
pelas
este
fosse

dele
tu
te
vocês
vos
lhes
meus
minhas
teu
tua
teus
tuas
nosso
nossa
nossos
nossas
dela
delas
esta
estes
estas
aquele
aquela
aqueles
aquelas
isto
aquilo
estou
está
estamos
estão
estive
esteve
estivemos
estiveram
estava
estávamos
estavam
estivera
estivéramos
esteja
estejamos
estejam
estivesse
estivéssemos
estivessem
estiver
estivermos
estiverem
hei
há
havemos
hão
houve
houvemos
houveram
houvera
houvéramos
haja
hajamos
hajam
houvesse
houvéssemos
houvessem
houver
houvermos
houverem
houverei
houverá
houveremos
houverão
houveria
houveríamos
houveriam
sou
somos
são
era
éramos
eram
fui
foi
fomos
foram
fora
fôramos
seja
sejamos
sejam
fosse
fôssemos
fossem
for
formos
forem
serei
será
seremos
serão
seria

seríamos
seriam
tenho
tem
temos
têm
tinha
tínhamos
tinham
tive
teve
tivemos
tiveram
tivera
tivéramos
tenha
tenhamos
tenham
tivesse
tivéssemos
tivessem
tiver
tivermos
tiverem
terei
terá
teremos
terão
teria
teríamos
teria